

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**Karolina Kuhn Würdig**

**IDEOLOGIA E COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA QUANTO À  
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES: CONTRIBUIÇÕES À  
COMPREENSÃO DA CULTURA DO ESTUPRO**

Santa Maria, RS  
2019





**Karolina Kuhn Würdig**

**IDEOLOGIA E COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA QUANTO À VIOLÊNCIA SEXUAL  
CONTRA MULHERES: CONTRIBUIÇÕES À COMPREENSÃO DA CULTURA DO  
ESTUPRO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Psicologia**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriane Roso  
Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Camila dos Santos Gonçalves

Santa Maria, RS  
2019

Würdig, Karolina Kuhn

IDEOLOGIA E COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA QUANTO À VIOLÊNCIA  
SEXUAL CONTRA MULHERES: CONTRIBUIÇÕES À COMPREENSÃO DA  
CULTURA DO ESTUPRO / Karolina Kuhn Würdig.- 2019.

147 p.; 30 cm

Orientadora: Adriane Roso

Coorientadora: Camila dos Santos Gonçalves

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2019

1. Mídia 2. Estupro 3. Cultura do estupro 4. Feminismo  
5. Ideologia I. Roso, Adriane II. Gonçalves, Camila dos  
Santos III. Título.

Karolina Kuhn Würdig

**IDEOLOGIA E COMUNICAÇÃO MIDLÁTICA QUANTO À VIOLÊNCIA  
SEXUAL CONTRA MULHERES: CONTRIBUIÇÕES À COMPREENSÃO DA  
CULTURA DO ESTUPRO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Aprovada em 25 de abril de 2019:



---

Camila dos Santos Gonçalves, Dra. (UFN)  
(Presidente/Coorientadora)



---

Nikelen Acosta Witter, Dra. (UFSM)



---

Rosa Maria Frugoli da Silva, Dra. (UMESP)  
(videoconferência)

Santa Maria, RS  
2019



“Triste louca ou má  
Será qualificada  
Ela quem recusar  
Seguir receita tal  
A receita cultural  
Do marido, da família  
Cuida, cuida da rotina  
Só mesmo rejeita  
Bem conhecida receita  
Quem não sem dores  
Aceita que tudo deve mudar  
Que o homem não te define  
Sua casa não te define  
Sua carne não te define  
Você é seu próprio lar”

Francisco el Hombre – Triste, Louca ou Má



## RESUMO

### **IDEOLOGIA E COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA QUANTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES: CONTRIBUIÇÕES À COMPREENSÃO DA CULTURA DO ESTUPRO**

AUTORA: Karolina Kuhn Würdig  
ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriane Roso  
COORIENTADORA: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Camila dos Santos Gonçalves

A cultura do estupro tem sua manifestação consolidada quando há a culpabilização das mulheres em casos de violência sexual. Essa dissertação teve como objetivo analisar como a mídia online constrói sentidos acerca da violência sexual contra as mulheres, identificando possíveis estratégias ideológicas utilizadas que podem estar reforçando a cultura do estupro. Além disso, nos interessou identificar como as vítimas e os agressores são descritos na mídia online, bem como, observar se as interseccionalidades (entre gênero, classe e raça) são consideradas nas matérias. A pesquisa faz parte do projeto guarda-chuva “Vidas Precárias no ciber mundo” - Estudos sobre violências, poder e interseccionalidade nos sistemas hierárquicos. Partimos da perspectiva da Psicologia Social Crítica e de uma construção teórica sustentada nos modos de operação da ideologia proposta pelo sociólogo John B. Thompson. A Teoria das Representações Sociais, os Estudos de Gênero e as Teorias Feministas também contribuíram para as análises. Trabalhamos com 99 reportagens envolvendo estupros de mulheres adultas, a partir de uma abordagem quali-quantitativa. A abordagem quantitativa colaborou para uma visão mais ampla dos dados disponíveis nas reportagens e as relações estabelecidas com os discursos. Qualitativamente, empregamos a metodologia da Hermenêutica de Profundidade proposta por Thompson e a Análise Crítica do Discurso proposta por Van Dijk. A partir disso, alguns resultados das análises nos ajudaram a pensar a culpabilização das mulheres em situação de violência sexual como, por exemplo, nas reportagens que se referiam aos locais, e às circunstâncias da situação onde ocorreu a violência. Percebemos que essas especificações contribuíam para uma responsabilização das mulheres e para a criação do estereótipo de vítima ideal. Os dados que envolveram a análise dos homens, autores das violências sexuais, possibilitou reconhecermos o recorte de classe como forma de noticiar diferentemente os casos. Os agressores inseridos nas elites simbólicas—tiveram seus casos contextualizados de formas distintas, proporcionando um espaço maior para defesa, especificando suas vidas pessoais e sua carreira. Concluímos que a forma como são apresentadas as reportagens analisadas sobre estupro acabam por fortalecer a cultura do estupro, pois apresentam expressões que enfatizam a participação das vítimas sobre a atuação dos autores. As estratégias ideológicas vinculadas às notícias envolvendo as vítimas e os agressores, possibilitaram reconhecermos movimentos ainda no sentido de manter a ideologia dominante, corroborando com o manutenção de relações de dominação a partir dos recortes de gênero e classe.

**Palavras-Chave:** Mídia; Estupro; Cultura do Estupro; Feminismo; Ideologia; Representações Sociais

## ABSTRACT

### **IDEOLOGY AND MEDIA COMMUNICATION REGARDING SEXUAL VIOLENCE AGAINST WOMEN: CONTRIBUTIONS TO THE COMPREHENSION OF RAPE CULTURE**

AUTHOR: Karolina Kuhn Würdig

ADVISOR: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Adriane Roso

CO-ADVISOR: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Camila dos Santos Gonçalves

The rape culture has its manifestation consolidated when there are women being blamed in cases of sexual violence. This dissertation had as objective to analyze how online media constructs meanings about the sexual violence against women, identifying possible ideological strategies used which could be reinforcing the rape culture. Furthermore, we were interested in identifying how the victims and the aggressors are described in online media, as well as to observe if the intersectionalities (between gender, class, and race) are considered in the articles. The research is part of the integrated project called “Precarious Lives in the cyberworld” – Studies about violence, power and intersectionality in the hierarchical systems. We start from the perspective of the Critical Social Psychology and of a theoretical construction sustained in the operational methods of the ideology proposed by the sociologist John B. Thompson. The Theory of Social Representations, the Gender Studies and the Feminist Theories also contributed to the analyses. We worked with 99 newspaper reports involving rapes of adult women, starting from a quali-quantitative approach. The quantitative approach contributed for a broader view of the available data in the news reports and the relationships established with the discourses. Quantitatively, we employed the methodology of the Depth Hermeneutics proposed by Thompson and the Critical Discourse Analysis proposed by Van Dijk. Thereafter, some results from the analyses helped us to think about women being blamed for being in a position of sexual violence such as, for example, in the news reports that referred to places and circumstances of the situation where happened the violence. We perceived that these specifications contributed with the idea of co-accountability of women and the creation of the ideal victim stereotype. The data that involved the analysis of men, perpetrators of the sexual violence, enabled us to recognize the class aspect as a way of reporting differently the cases. The aggressors who were part of symbolic elites had their cases put in context in distinctive ways, providing a larger space for defense, specifying their personal lives and careers. We concluded that the way the analyzed news reports about rape are presented end up strengthening the rape culture, as they present expressions that emphasize the participation of the victims over the action of the aggressors. The ideological strategies attached in the news reports involving the victims and the aggressors, made it possible to recognize activities yet in the sense of maintaining the dominant ideology, corroborating with the maintenance of relations of domination through structures of gender and class.

**Keywords:** Media; Rape; Rape Culture; Feminism; Ideology; Social Representations.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	13
<b>2. REVISÃO TEÓRICA</b>	18
2.1. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDEOLOGIA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA UMA LEITURA DE MUNDO/DO COTIDIANO	18
<b>2.1.1. Teoria das Representações Sociais: demarcações conceituais e articulação com estudos sobre Ideologia</b>	18
<b>2.1.2. Ideologia e estratégias de construção simbólica</b>	24
2.2. PERSPECTIVAS CRÍTICAS QUANTO À CULTURA DE ESTUPRO E À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA AS MULHERES	29
<b>2.2.1. Reflexões sobre preceitos que amparam a concepção de violência contra as mulheres</b>	29
<b>2.2.2. A criminalização da violência sexual contra as mulheres</b>	32
<b>2.2.3. Cultura do Estupro enquanto categoria de análise</b>	35
2.3. COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA QUANTO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	41
<b>2.3.1. Contribuições das mídias para a construção de realidades</b>	41
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	46
3.1 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS E ONTOLÓGICOS	46
3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA	49
<b>3.2.1 Campo de estudo</b>	49
<b>3.2.2 Detalhamentos do levantamento documental</b>	50
<b>3.2.3 Hermenêutica de Profundidade (HP) e Análise de Discurso Crítica (ADC)</b>	53
<b>3.2.4 Considerações éticas</b>	56
<b>3.2.5 Procedimentos</b>	56
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	59
4.1 SOBRE AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL	59
<b>4.1.1 Contexto: o público, o privado e os roteiros de estupro</b>	60
<b>4.1.2 Contexto: festas e consumo de bebidas</b>	64
<b>4.1.3 Os contextos e o caminho para a representação da vítima ideal</b>	69
4.2 SOBRE OS HOMENS AUTORES DAS VIOLÊNCIAS	75
<b>4.2.1 Contextos dos autores das violências: identificação e vinculação com a vítima</b>	75
<b>4.2.2 Contexto: posição social e as representações dos agressores</b>	76
4.3 TECENDO ESTRATÉGIAS: REFLEXÕES A PARTIR DO MATERIAL EMPÍRICO E TEÓRICO	85
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	89
<b>REFERÊNCIAS</b>	93
<b>APÊNDICE A – QUADRO COM AS DESCRIÇÕES VINCULADAS AS VÍTIMAS E AOS AGRESSORES: REPORTAGENS DO JORNAL ZERO HORA</b>	103
<b>REFERÊNCIAS ACERVO REPORTAGENS</b>	139



## 1. INTRODUÇÃO

“Ela pediu!”, “Ninguém mandou sair de casa a essa hora da noite!”, “Mas também, olha a roupa que ela estava usando!”. Por meio de discursos publicados no Facebook™, manifestados nas rodas de conversa e visibilizados nos meios de comunicação, a cultura do estupro passa a ser vivenciada e perpetuada de diversas formas. Discursos e ações que banalizam e naturalizam a violência sexual contra as mulheres, fomentam esta cultura.

A expansão na mídia e redes sociais do termo cultura do estupro influenciou, grandemente, a escolha do tema desta pesquisa. As Nações Unidas do Brasil (ONU BR, 2016) define cultura do estupro como o reconhecimento da sociedade que culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens, consequência, muitas vezes, de comportamentos machistas, sexistas e misóginos, que estimulam a violência contra as mulheres, reconhecendo assim uma cultura do estupro.

Merril D. Smith (2004) refere que o termo “cultura do estupro” começou a ser utilizado na década de 70, inicialmente por americanas durante a segunda onda do feminismo, que promoviam e atentavam para a conscientização da sociedade sobre a realidade do estupro. Em 1975, foi publicado um importante trabalho da Susan Brownmiller, em que abordava a cultura do estupro como um mal social grave, no livro intitulado “Against our Will: Men, Women and Rape” (SMITH, 2004).

A cultura do estupro tem sua manifestação consolidada quando há a culpabilização das mulheres em casos de violência sexual, em que a agressão passa a ser responsabilidade delas. Mariana Rost e Miriam Vieira (2015) entendem que de alguma forma, a legitimação se daria por meio de suas decisões de como se vestir, se comunicar ou viver sua vida, principalmente, no campo sexual e afetivo. Esta cultura seria o reflexo do machismo, do patriarcalismo<sup>1</sup> e do sexismo, os quais tradicionalmente encorajam a supremacia do homem sobre a mulher, e o contrário também a submissão das mulheres aos homens, além de “coisificar” as mulheres em objetos sexuais (BROWNMILLER, 1975).

A partir dessa contextualização do termo, consideramos, além de sua abrangência, a potência da problematização dessa naturalização da violência de gênero, como forma de compreender a contribuição que os meios de comunicação podem ter na perpetuação, e também transformação, dessa cultura. Quando nos referimos à violência de gênero, podemos pensar em violências sofridas tanto por homens como por mulheres, já que gênero é

---

<sup>1</sup> Termo utilizado pela autora Susan Brownmiller.

caracterizado pela construção social do feminino e do masculino, deixando aberta a possibilidade do vetor dominação-exploração. Porém, por mais aberta que seja essa possibilidade, ainda assim, Heleieth Saffioti explicita que “a violência de gênero caminha no sentido homem contra a mulher, tendo a falocracia como caldo da cultura” (SAFFIOTI, 2015, p. 75).

É inevitável que nesse processo de pesquisar tenhamos que definir alguns limites para abrangência da pesquisa, considerando, principalmente o tempo. Com isso, enfocaremos o discurso sobre a violência sexual, essencialmente o estupro, sofrida por mulheres. Fundamenta-se esses delineamentos da pesquisa em alguns dados sobre a violência contra as mulheres. Uma em cada cinco mulheres consideram já ter sofrido algum tipo de violência, por parte de algum homem, conhecido ou desconhecido, sendo o parceiro responsável por mais de 80% dos casos reportados (FPA; SESC, 2010). A violência contra a mulher é especificada como um ato violento baseado no gênero, podendo ter enquanto consequência, a “morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública ou na esfera privada” (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994, p. 2).

Segundo dados levantados pelo IPEA (2014a), em que 3.810 pessoas foram entrevistadas, 58,5% afirmaram que se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros, referindo a violência como forma de correção, já que haveria mulheres que merecem e devem ser estupradas; ainda, 26% dos entrevistados concordaram que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Esses dados nos apontam para a culpabilização das mulheres vítimas de violência sexual.

É importante salientar que dentre as 3.810 pessoas entrevistadas para essa pesquisa do IPEA, 66,5% são mulheres, que nos mobiliza a pensar as construções sociais, envolvendo o gênero, de forma relacional, em que homens e mulheres são constituídos e constituintes da nossa sociedade.

Em 2015, foram registrados 45.460 estupros no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, tendo uma redução de 10% em relação a 2014, mas ainda assim contabiliza 125 vítimas por dia, o que demonstra um número extremamente alto (ABSP, 2015). Nesses dados são contabilizadas vítimas do sexo masculino e feminino, porém vale ressaltar que 88,5% das vítimas de estupro no Brasil são mulheres (IPEA, 2014b), assinalando para questões de gênero. Salientamos que os números são ainda maiores se levamos em conta as subnotificações, que por meio da “culpabilização de vítimas de estupro, respostas negativas das autoridades e as descrenças aos relatos de abuso, afetam diretamente a decisão das vítimas em denunciar” (ABSP, 2015, p. 39).

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2008) revela que as mulheres são as principais vítimas de violência sexual. Em muitos casos, as vítimas passam a ser culpabilizadas pelo ocorrido, tendo como justificativa o ambiente frequentado, a roupa que usava, ou seu comportamento (IPEA, 2014a), respaldando certa tolerância e incentivo a perpetuação da cultura do estupro.

Ao analisar a cultura, entramos em diversas camadas de significados, descrevendo e redescrevendo ações e expressões que são já significativas para os próprios indivíduos que estão produzindo, percebendo e interpretando essas ações (THOMPSON, 2011). Por meio, das “formas simbólicas – isto é, ações, objetos e expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas” (THOMPSON, 2011, p. 181), estamos manifestando um interesse de entender a expressão que as formas simbólicas adquirem nos discursos dos meios de comunicação sobre a cultura do estupro.

Pensando na transmissão e produção de formas simbólicas, temos nos meios de comunicação uma ferramenta viável para análise e produção de conhecimento, onde atualmente “alguma realidade, algum fato, existe ou deixa de existir, se é, ou não, veiculado pelos meios de comunicação” (GUARESCHI, 2012, p. 82). Essa afirmação nos remete à importância dos meios de comunicação como (re)produtores de significados.

Compreendendo a mídia e sua produção de sentido, apreendemos a ideologia como uma estratégia de análise aos meios de comunicação. Os modos de operações da ideologia podem ser explicitados a partir de cinco estratégias, sendo elas, a legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a reificação (THOMPSON, 2011). A partir desses modos e das estratégias ideológicas, aprofundaremos a compreensão das formas simbólicas e de seus sentidos, debruçando-nos, mais especificamente, nos sentidos que servem para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 2011).

Esses operadores teóricos nos ajudarão a refletir sobre a forma como é descrito o discurso sobre mulheres vítimas de violência sexual expressos na mídia, mais especificamente, como reportagens sobre estupro de mulheres podem estar criando e reforçando a culpabilização das vítimas. Para isso, refletiremos acerca das relações de gênero e poder, e apoiadas na ideia de Elaine Pimentel (2017), buscaremos promover uma visão interseccional da realidade das mulheres, possibilitando visualizar a situação de opressão, não apenas pela via da condição feminina, mas de outras forças socialmente legitimadas, como o poder punitivo e sua constituição dentro da cultura.

Partimos da perspectiva da Psicologia Social Crítica (GUARESCHI, 2012) e de uma construção teórica sustentada nos modos de operação da ideologia proposta pelo sociólogo John B. Thompson. A Teoria das Representações Sociais, os Estudos de Gênero e as Teorias Feministas também contribuíram para as análises (ARRUDA, 2014; ARRUDA, 2002; BADINTER, 2005; BUTLER, 2016; DAVIS, 2016; GUARESCHI, 2011; HIRATA, 2014; MOSCOVICI, 2015; RUBIN, 1993; SCOTT, 1995). A partir do panorama da cultura do estupro e de nosso interesse pela mídia, tivemos o objetivo de analisar como a mídia online constrói sentidos acerca da violência sexual contra as mulheres, identificando possíveis estratégias ideológicas utilizadas que podem estar reforçando a cultura do estupro. Para tanto, nos interessa mapear as representações e as (relações entre) descrições de vítimas e agressores na mídia online, atentando para o caráter ideológico das representações sociais; e observar (como) se as interseccionalidades (entre gênero, classe e raça) são delimitadas nas matérias (e podem construir e reforçar uma cultura do estupro).

A dissertação será composta, inicialmente, por uma revisão teórica abordando: 1) Teoria das Representações Sociais e Ideologia – pressupostos teóricos para uma leitura de mundo; 2) Perspectivas críticas quanto à cultura do estupro e à violência sexual contra as mulheres; e 3) Comunicação midiática quanto à violência contra as mulheres. Essa revisão teórica possibilitará compreender os caminhos teóricos que utilizamos e a forma como entenderemos o fenômeno e seus possíveis desdobramentos.

Sobre o método utilizamos a proposta quali-quantitativa. Quantitativamente, contabilizamos e estabelecemos critérios de interesse sobre as 99 reportagens envolvendo o estupro de mulheres adultas, além disso expressamos em porcentagens simples alguns resultados da pesquisa. Qualitativamente, recorreremos a Análise Crítica do Discurso proposta por Van Dijk (2017; 2005) e a Hermenêutica de Profundidade proposta por John B. Thompson (2011) que possibilitou a análise a partir das estratégias ideológicas.

A dissertação terá em seus resultados e discussões três eixos principais, sendo eles: a) Sobre as mulheres em situação de violência; b) Sobre os homens autores das violências; e c) Tecendo redes e estratégias: reflexões a partir do material empírico e teórico. No primeiro eixo, nosso intuito será problematizar os diversos contextos envolvendo os casos de mulheres em situação de violência sexual, onde primeiramente discutiremos os contextos atribuídos a partir das esferas públicas, privadas e que roteiros de estupros são descritos por meio desses locais; posteriormente, abordaremos como a expressão da esfera pública, implicada em roteiros de estupro, apresentam relações com a contextualização de festas e consumo de bebidas por parte das mulheres em situação de violência sexual. E por fim, estabelecemos

reflexões a partir dos contextos estabelecidos anteriormente e as contribuições para a representação do que compreenderemos como “vítima ideal”.

No segundo eixo dos resultados abordaremos, inicialmente, dados específicos referidos nas representações dos nomeados agressores e autores da violência sexual. Dividimos em dois tópicos principais: a) contextos dos autores das violências: identificação e vinculação com a vítima; e b) contexto: posição social e as representações dos agressores. Nosso intuito foi problematizar a forma como esses agressores são noticiados, estabelecendo algumas relações e discursos que fomentavam um possível recorte de classe no momento de atribuir as formas simbólicas.

O terceiro e último eixo, descrito por “Tecendo estratégias: reflexões a partir do material empírico e teórico”, visibilizamos alguns discursos e relacionamos com apontamentos teóricos de possíveis estratégias de enfrentamento da cultura do estupro. Nosso intuito nesse último capítulo foi condensar algumas sugestões dos autores/teóricos sobre a possível superação da cultura do estupro.

## 2. REVISÃO TEÓRICA

### 2.1. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDEOLOGIA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA UMA LEITURA DE MUNDO/DO COTIDIANO

Nesse subcapítulo, pretendemos explicitar um panorama em relação à Teoria das Representações Sociais, compreendendo os caminhos possíveis para construção e aprofundamento teórico, assim como, a relação aos estudos de Ideologia e possíveis desdobramentos a este estudo. O intuito é apresentar elementos da Teoria das Representações Sociais (TRS), revisitando conceitos que possam contribuir no aprofundamento do estudo. Acreditamos que o discurso midiático, as descrições delineadas do estupro e da vítima, bem como a “escritura” de outros elementos que constituem o cenário da cultura do estupro estão intrinsecamente conectadas às representações sociais relativas às masculinidades e feminilidades, constituintes do ser homem e do ser mulher.

#### 2.1.1. Teoria das Representações Sociais: demarcações conceituais e articulação com estudos sobre Ideologia

A TRS foi criada por Serge Moscovici em 1961, a partir de seu estudo “Psicanálise: sua imagem e seu público” (DUVEEN, 2015). Segundo Ivana Marková (2017), foi por meio desse estudo, que Moscovici se propôs a compreender a apropriação da teoria psicanalítica por parte de diferentes grupos sociais, interessado, principalmente, na dinâmica dos fenômenos sociais.

As representações sociais são descritas como sendo, um conjunto de conceitos, proposições e explicações da vida cotidiana através da comunicação interpessoal (MOSCOVICI, 2015). Além disso, são entendidas como fenômenos que se relacionam com modo de compreender e de se comunicar, criando a realidade, assim como, o senso comum (GUARESCHI, 2017).

A TRS vai se ocupar, basicamente, de fenômenos que se explicitam como de interesse público, que atuam no cotidiano e que, por vezes, acabam provocando tensões/polêmicas (MOSCOVICI, 2015). Segundo Angela Arruda (2002), esta teoria também se propõe a viabilizar facetas omitidas do conhecimento humano, valorizando o saber do senso comum, as conversações cotidianas e a criatividade das pessoas comuns ao traduzir a realidade.

“Existe uma necessidade contínua de reconstituir o ‘senso comum’ ou a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem o qual nenhuma coletividade pode operar” (MOSCOVICI, 2015, p. 48). O jornalismo online e as reportagens apresentam-se como expressão midiaticizada de discursos que comunicam e reconstituem a realidade, nos ajudando a entender que operações são feitas pela/para coletividade.

As representações sociais se apresentam, segundo Guareschi (2017), como fenômeno, como já explicitado anteriormente, lembrando ainda, que sua especificidade estaria na substância simbólica que carrega e na criatividade. Criatividade essa que se apresenta na prática, (re)produzindo a substância simbólica e conseqüentemente, as representações sociais (GUARESCHI, 2017). A partir disso, rememoramos a relação intrínseca estabelecida pelas representações sociais, a comunicação e a prática.

Além disso, as coletividades funcionam e criam suas bases, muitas vezes, a partir de representações sociais assentadas em teorias e ideologias que são transformadas em realidades compartilhadas (MOSCOVICI, 2015). Realidades essas que ganham força e expansão, quando veiculadas aos meios de comunicação. O objetivo da teoria seria “descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível, a partir de tal diversidade” (MOSCOVICI, 2015, p. 79). Esse objetivo da teoria coincide com nosso objetivo, já que pretendemos compreender como os indivíduos e grupos constroem a cultura do estupro, ou melhor, como a mídia pode estar sendo parte da criação desse mundo estável e permissivo às violências contra as mulheres.

Pedrinho Guareschi e Adriane Roso (2014) referem que as Representações Sociais (RS) se constituem enquanto tentativa de avanço e superação (dessas) das dicotomias que se estabeleceram no decorrer da história da Psicologia Social. A Psicologia Social teria como pretensão analisar a dupla realidade constituída pela “pessoa que é a realização e concretização de uma sociedade e da sociedade que é uma totalidade de pessoas e relações” (MARTIN-BARÓ, 2017, p. 117). Nessa dicotomia entre o individual e o social, Pedrinho Guareschi e Marília Veronese (2000) compreendem como uma tentativa, também, de superação, as representações sociais se configuram como, ao mesmo tempo, individual, ancorando-se em um sujeito e também, do mesmo modo, no social (GUARESCHI; VERONESE, 2000), demonstrando ser uma teoria com potencial para o estudo da Psicologia Social (MARKOVÁ, 2017).

Quando nos referimos às mulheres vítimas de violência sexual compreendemos que não há como olhar apenas para o fato em si, para agressão ou para aquele indivíduo em particular, pois assim estaríamos desconsiderando o contexto, social e cultural que valida e

reforça, muitas vezes, violências como essas. Considerar a dicotomia individual e social, assim como as relações estabelecidas, conforme Guareschi e Roso (2014), é favorecer uma ampliação e compreensão das representações sociais presentes em nossa sociedade. Entendemos o social como uma relação, onde algo passa a ser compreendido no encontro com os outros.

Com isso, a TRS é proposta com o intuito de compreender o pensamento social em sua dinâmica e diversidade. Refere-se que existem formas diferentes de conhecer e de se comunicar, guiadas por objetivos diferentes, formas essas, que são dinâmicas (ARRUDA, 2002). Caracterizamos ainda, que “as representações podem ser o produto da comunicação, mas também é verdade que, sem a representação, não haveria comunicação” (DUVEEN, 2015, p. 22), o que demonstra a dinamicidade e sua importância na comunicação, já que é a partir das representações sociais que há a possibilidade de vivermos em sociedade e estabelecermos interações possíveis de serem compreendidas.

A forma de compreender a sociedade a partir da coexistência de duas classes distintas de universos de pensamento, descritos como, o universo consensual e o universo reificado, nos permite entender melhor as representações sociais. No universo consensual estão compreendidas as conversações informais, relatadas na vida cotidiana, onde todos podem falar com a mesma competência (ARRUDA, 2002), também podem ser descritas como sendo “as atividades intelectuais da interação social cotidiana pelas quais são produzidas as representações sociais” (SÁ, 1993, p. 28).

Já o universo reificado se caracteriza no espaço científico, onde temos sistemas de papéis e classes diferentes, onde o direito à palavra é desigual, pois quem poderá falar é o especialista (ARRUDA, 2002). Esse universo onde circulam as ciências e sua compartimentalização em especialidades, mostram a dinamicidade estabelecida entre esses dois universos, onde a construção das realidades consensuais, muitas vezes, são ancoradas e derivam dos universos reificados (SÁ, 1993).

A percepção científica nunca entra no reino do pensamento cotidiano antes de passar pelos filtros que separam o mundo como ele não deve ser, do mundo como deve ser. Estabelece, assim, a ciência popular obedecendo aos limites do moralmente admissível, possibilitando tornar um meio válido para a compreensão e comunicação cotidianas (WAGNER; ELEJABARRIETA; LAHNSTEINER, 1995, tradução nossa).

A forma como criamos as representações sociais tem como intuito tornar familiar aquilo que não é familiar (MOSCOVICI, 2015). Utilizamos do processo de ancoragem e objetivação para que isso aconteça. A ancoragem é o processo pelo qual procuramos

classificar (MOSCOVICI, 2015), encontrar lugar, encaixar o não familiar. Fátima Oliveira e Graziela Werba (2010) referem que é um movimento que implica, na maioria das vezes, juízo de valor, pois ao ancorarmos, classificamos pessoas, ideias e objetos em alguma categoria que comporta esta dimensão valorativa. “Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras” (MOSCOVICI, 2015, p. 61).

Classificar é confinar um conjunto de comportamentos e regras que “estipulam o que é, ou não é, permitido, em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe” (MOSCOVICI, 2015, p. 63). Refletir sobre a categoria mulheres e as implicações que isso tem no social, é reconhecer continuamente os comportamentos e regras esperados. Por exemplo, podemos pensar a partir da explicitação da Angela Davis (2017) acerca dos mitos que envolvem a violência sexual, onde a vítima de estupro é, muitas vezes, moralmente responsável pelo crime cometido contra ela, já que mulheres controlariam seus corpos definindo se serão ou não violados, referindo que a não demonstração de resistência é porque está, implicitamente, pedindo a violação de seu corpo (DAVIS, 2017). Esses são desdobramentos de várias classificações e ancoragens referentes a esse ser mulher, pois passamos a “formular exigências específicas relacionadas a nossas expectativas” (MOSCOVICI, 2015, p. 63).

Refletir sobre esse processo de ancoragem nos possibilita entender as construções históricas e sociais, pois se apresenta como um “indicador do dinamismo e historicidade da representação social” (ARRUDA, 2011, p. 359). Como compreender as opressões e o que estamos estabelecendo como interesse dessa pesquisa, sem nos voltarmos para a historicidade? A ancoragem é ferramenta e prática, é possibilidade de delinear caminhos percorridos pela substância simbólica das representações sociais.

O outro processo, nomeado como objetivação, contribui por tornar concreto, visível, uma realidade, procurando aliar um conceito a uma imagem (OLIVEIRA; WERBA, 2010). A objetivação vai unir a ideia de não familiaridade com a de realidade, onde “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso, é reproduzir um conceito em uma imagem” (MOSCOVICI, 2015, p. 71). Pensar em objetivação é refletir acerca dos “elementos que adquirem materialidade e formam expressões de uma realidade vista como natural” (VALA, 1993, p. 360).

A objetivação, caracterizada por tornar o conhecimento abstrato concebível no discurso cotidiano, é alcançada pelo uso de imagens e metáforas. Exemplificando esse trecho, podemos pensar em uma pesquisa relacionada às representações sociais acerca da concepção,

onde o comportamento sexual estereotipado dos homens estabelece uma relação com os “comportamentos”<sup>2</sup> dos espermatozoides, em que ambos são representados como ativos. O comportamento sexual estereotipado das mulheres também é estabelecido nessa relação com o “comportamento” do óvulo, entendido como passivo (WAGNER; ELEJABARRIETA; LAHNSTEINER, 1995, p. 680, tradução nossa). A partir dessa breve explicitação da pesquisa, retomamos a dinamicidade e a importância que a ciência, o universo reificado tem na compreensão e objetivação da realidade.

Lembramos, ainda, que as representações sociais não se referem apenas ao processo de familiarização do objeto, “mas também em relação à familiaridade com o grupo e a dimensão afetiva está na base desse trânsito, apoiada na memória, na experiência, nas contingências da situação” (ARRUDA, 2014, p. 75). Este aspecto da dimensão afetiva viabiliza pensarmos as representações sociais para além e em relação aos processos de ancoragem e objetivação, processos esses de familiarização, que tem nos afetos “a base da construção das representações sociais porque o objeto nos provoca” (ARRUDA, 2014, p. 74). Pensando nisso, que afetos podem estar envolvidos nas representações referentes às mulheres? Que caminhos conseguimos fazer nesse processo de familiarização, considerando que para alguns, a mulher em uma situação de estupro é vista como culpada?

Os processos de familiarização constituem-se, também, a partir da compreensão das relações do indivíduo e sociedade, obviamente, fomentados pelos processos de comunicação. Atentamos que ao longo do tempo, concepções individualistas, referentes, muitas vezes, a fatores biológicos de aprendizagem contribuíram e também se relacionam as concepções onde o social é visto como mediador para que o indivíduo reconheça as regras sociais e possibilite sua adequação (MOSCOVICI, 2015; MARTIN-BARÓ, 2017). Porém, tem-se um novo nível de compreensão das relações do indivíduo e da sociedade, onde os processos da comunicação e da ideologia demonstram o social enquanto mutável e dinâmico (MOSCOVICI, 2015). Lembrando que “o objeto central e exclusivo da Psicologia Social deve ser o estudo de tudo o que se refira à ideologia e à comunicação” (MOSCOVICI, 2015, p. 154).

Thompson (2011) discorre sobre ideologia e a problemática na hora de definir a sua conceituação. Refere que o termo ‘ideologia’ foi utilizado pela primeira vez pelo filósofo francês Destutt de Tracy, em 1796, onde argumentou que “não podemos conhecer as coisas em si mesmas, mas apenas as ideias formadas pelas sensações que temos delas” (p. 45). Além dessa definição, outros autores ao longo do tempo também foram se apropriando da concepção de ideologia como, por exemplo, Napoleão, Marx, entre outros (c.f., THOMPSON,

---

<sup>2</sup> Aspas utilizadas pelos autores do estudo.

2011, pp.41-99). Poderíamos, ainda, definir ideologia a partir de duas concepções: a funcionalista, descrita como um conjunto de ideias e valores que orienta e dirige a ação de uma determinada sociedade; e a marxista, compreendendo ideologia como falsa consciência que acaba por encobrir e justificar o existente a partir dos interesses da classe social dominante (MARTIN-BARÓ, 2017).

A obra de Marx e suas contribuições para pensar as relações de classe são extremamente relevantes, pois essas relações demonstram a dominação e subordinação, constituindo um dos principais eixos da desigualdade e exploração nas sociedades, principalmente nas sociedades capitalistas. Thompson (2011) refere que as relações de classe seriam apenas uma das possíveis formas de dominação e subordinação, menciona ainda, que não devemos negligenciar a importância de pensarmos “as relações entre os sexos, entre os grupos étnicos, entre os indivíduos e o estado, entre outros” (THOMPSON, 2011, p.78), o que nos remete à concepção de interseccionalidade, descrita por Helena Hirata e que atualmente é bastante empregada pelos estudos feministas, que significa “a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe” (HIRATA, 2014, p. 62).

Acerca das funções que a ideologia pode assumir, a interpretação da realidade seria uma delas, assim como, o fornecimento de esquemas práticos de ação, a justificativa da ordem social existente, legitimação dessa ordem como válida para todos, convertendo em natural o que é histórico. Além disso, acaba por efetivar uma relação de domínio existente, onde reproduz o sistema social estabelecido (MARTIN-BARÓ, 2017).

Relacionar representação social com ideologia, segundo Bader Sawaia (1993) é buscar novamente uma superação das dicotomias indivíduo/sociedade, ciência natural/ciência social. Por meio de estudos sobre conceitos como hábitos, preconceitos, estereótipos, sistemas de crenças, entre outros, temos fenômenos que são inerentes da ideologia ou substitutos teóricos dela (MOSCOVICI, 2015). Adriane Roso, Moises Romanini e Ana Carolina Cadermatori (2017) acreditam que a Teoria das Representações Sociais pode ser complementada pelos Estudos da Ideologia. Compreendemos também, a influência da ideologia nas representações sociais e, portanto, nos processos de conhecimento (SEIDMANN, 2015).

Guareschi (2000) nos incita a pensar sobre as relações possíveis da ideologia com a Teoria das Representações Sociais, onde refere que o conceito de representações sociais é mais abrangente que o de ideologia, implicando às RS ambas as dimensões. A concepção de ideologia se refere, então, às “formas simbólicas que se consolidam em Representações Sociais, onde são usadas para reprodução ou manutenção de relações de poder, desiguais ou assimétricas” (GUARESCHI, 2000, p. 44). A principal característica que difere RS dessa

ideologia seria já supor que as RS servem para reprodução de relações desiguais, deixando de fora, a possibilidade de outros significados (GUARESCHI, 2000). Quer dizer: é preciso olhar atentamente para cada caso e verificar se a representação social em análise é ou não ideológica, se está ou não a serviço das relações de dominação.

As representações sociais que sustentam de alguma forma um sistema ideológico, apresentam-se a partir do “uso que os meios de comunicação fazem das Representações Sociais, quando se utilizam das representações mostradas como naturais, imutáveis e como única possibilidade de compreensão de determinado fenômeno” (GUARESCHI; VERONESE, 2000, p.45). Atentamos assim, para como a mídia, posicionada em um lugar de fala reconhecido e detentora de capital simbólico e material, mobiliza sentidos que são convocados em uma reportagem, por exemplo, para conduzir o leitor a determinadas representações e significados. Investigar como e porque isto acontece é essencial para entendermos o caráter ideológico das formas simbólicas.

### **2.1.2. Ideologia e estratégias de construção simbólica**

Os sentidos múltiplos que o termo ideologia pode assumir já foram apontados por Guareschi (2012), quando propôs, a partir da Psicologia Social Crítica, algumas definições e especificações acerca desse operador teórico. Ideologia, então, pode ser dividida em dois eixos, o primeiro eixo seria para definir ideologia como sendo algo positivo (bom) ou negativo (enganador). O segundo eixo já se caracteriza na ideologia referida enquanto estática ou dinâmica. A interlocução desses dois eixos nos possibilita definir quatro compreensões sobre ideologia, podendo ser positiva e estática, negativa e estática, positiva e dinâmica e, por último, a ideologia negativa e dinâmica (GUARESCHI, 2012).

Aprofundaremos a compreensão sobre a noção de ideologia negativa e dinâmica, por ser a conceituação que teremos como base para pensar essa pesquisa. Essa compreensão da ideologia tem como principal autor o John B. Thompson, sendo seu foco de interesse compreender as maneiras que as “formas simbólicas se entrecruzam com as relações de poder” (p. 75), apontando para os modos que o sentido é mobilizado e salientando que não estamos falando de qualquer relação de poder, mas sim, aquelas que servem para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 2011). Lembrando que entendemos por formas simbólicas, as expressões linguísticas, gestos, ações, entre outras, que se manifestam na vida social (THOMPSON, 2011).

A ideologia negativa e dinâmica é descrita, como “o sentido construído e usado pelas formas simbólicas, servindo ou não para manter relações de poder sistematicamente assimétricas” (THOMPSON, 2011, p.16). Com essa concepção, confluiremos com a proposta de pensar as relações de poder, tendo na assimetria das relações a possibilidade de repensar os diferentes marcadores sociais que se estabelecem.

Salientamos a importância das formas simbólicas (amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, entre outras) e os sentidos mobilizados que estão inseridos nos contextos sociais e circulando no mundo social, pois demonstram estar ativamente envolvidos tanto em criar como em manter as relações entre pessoas e grupos, promovendo a constituição da realidade social (THOMPSON, 2011). Ao pensarmos esse vasto campo das formas simbólicas, acreditamos que seja necessário discorrer sobre os cinco aspectos propostos para analisar o caráter significativo das formas simbólicas. Eles se dividiriam em: aspecto intencional, convencional, estrutural, referencial e contextual.

Esses aspectos seriam possibilidades de compreender os processos como socialmente estruturados, afirmando assim, que existem diferenciações sistemáticas em termos de distribuição ou de acesso a vários recursos. Por exemplo, a localização social das pessoas e suas qualificações vão dizer, num campo social ou em uma instituição, que esses indivíduos exercem diferentes graus de poder, possibilitando refletir sobre a dominação e sua definição, sendo as relações estabelecidas de poder que exercem sistematicamente assimetrias (THOMPSON, 2011). Só poderemos pensar no sentido e na forma como ele pode servir às relações de dominação se tivermos claro a interação entre sentido e poder contextualizadas na vida social (THOMPSON, 2011).

Para isso, os modos de operações da ideologia referem-se às estratégias de construção simbólica, onde se destacam cinco modos dos quais a ideologia pode operar: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação, conforme sintetiza o *Quadro 4*, a seguir:

Quadro 1 – Modos de operação da ideologia e alguns exemplos

Modos gerais	Algumas estratégias típicas de construção simbólica
<b>Legitimação</b>	Racionalização Universalização Narrativização
<b>Dissimulação</b>	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
<b>Unificação</b>	Estandarização Simbolização da unidade
<b>Fragmentação</b>	Diferenciação Expurgo do outro
<b>Reificação</b>	Naturalização Eternalização Nominalização/Passivização

Fonte: quadro criado por Thompson, 2011, p. 81.

Cada um desses modos de operações tem um campo de características e definições que serão descritas ao longo dos próximos parágrafos. Iniciamos com a legitimação, sendo o primeiro *modus operandi* da ideologia, em que pode ser exercida, por meio, da racionalização, onde “o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender ou justificar um conjunto de relações, persuadindo uma audiência de que isso é digno de apoio” (THOMPSON, 2011, p. 82). Um possível exemplo dessa estratégia pode ser visto nas reportagens sobre estupro, onde se estabelece uma cadeia de raciocínio sobre o lugar frequentado pela vítima, a roupa que usava, legitimando ou não a violência sexual sofrida.

Uma estratégia inclusa na legitimação seria, também, a universalização, onde o interesse de alguns indivíduos é referido como se fossem de todos. A narrativização também se apresenta como estratégia, pois seriam as “exigências inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável” (THOMPSON, 2011, p. 83). Outro exemplo, agora como estratégia da narrativização, pode ser o histórico de vida da vítima de estupro, se é ou foi usuária de drogas, se participou ou não de festas consideradas “perigosas”, como, por exemplo, um baile funk, isso passa a legitimar a notícia do estupro pelo viés da culpabilização da vítima.

A dissimulação seria o segundo *modus operandi* da ideologia, onde propõe “que as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes” (THOMPSON, 2011, p. 83). O deslocamento pode ser uma das estratégias utilizadas para contribuir nessa dissimulação. Essa estratégia tem como característica utilizar de um termo para se referir a um

determinado objeto ou pessoa sendo usado para se referir a um outro, transpondo conotações positivas ou negativas do termo aos objetos ou pessoas (THOMPSON, 2011). A dinamicidade estabelecida nas estratégias é algo importante de ser frisado, pois, por exemplo, pode-se utilizar da estratégia de deslocamento, onde a reportagem é sobre um caso de estupro, mas o foco central se dá na roupa que a vítima estava usando, se estava andando à noite sozinha. Com isso, se desloca a atenção do fato em si, do estupro, e responsabiliza a mulher pela violência sofrida. Quando referimos à dinamicidade das estratégias, queremos demonstrar que por meio do deslocamento, se sustenta a dissimulação, mas ocorre também uma estratégia de legitimação, já que produz um raciocínio passível de justificar a violência.

A eufemização seria outra estratégia que contribui na dissimulação, sendo “ações, instituições ou relações sociais que são descritas e redescritas de modo a despertar uma valoração positiva” (THOMPSON, 2011, p. 84). Essa estratégia pode ser expressa a partir da contextualização do agressor pela via do profissionalismo e da carreira de trabalho assumida, que de forma privilegiada e com intensa descrição, desperta uma valoração positiva em relação ao agressor, por exemplo. Assim como, o tropo seria outra estratégia, caracterizado pelo uso figurativo da linguagem ou das formas simbólicas. As formas mais comuns seriam: sinédoque, a metonímia e a metáfora (THOMPSON, 2011).

O terceiro *modus operandi* da ideologia é a unificação. Busca-se unidade, no nível simbólico, sendo uma forma que interliga os indivíduos numa “identidade coletiva, independente das diferenças e divisões que possam separá-los” (THOMPSON, 2011, p. 86). Uma de suas estratégias é a padronização, onde as formas simbólicas são “adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica” (THOMPSON, 2011, p. 86). Outra estratégia seria a simbolização de unidade, caracterizada pela construção de símbolos que reforcem a identidade e identificação coletiva, por meio, de bandeiras, hinos nacionais, emblemas, entre outros exemplos (THOMPSON, 2011).

O quarto modo de operação da ideologia é descrito como fragmentação, quando “segmenta-se indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar em um desafio real aos grupos dominantes ou, ainda, dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso e ameaçador” (THOMPSON, 2011, p. 87). Uma das estratégias aqui utilizada seria a diferenciação, em que se dá ênfase às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos. A segunda estratégia apresenta-se como expurgo do outro, definido como a construção de um inimigo, retratado como mau, perigoso e ameaçador. Essa estratégia pode ainda consolidar o terceiro modo de operação já descrito anteriormente, pois o

inimigo é tratado como desafio ou ameaça, promovendo por fim a unificação (THOMPSON, 2011).

O quinto e último modo de operação da ideologia é a reificação, onde uma situação transitória, histórica, passa a ser retrata como se fosse permanente, natural e atemporal. Envolve ainda a eliminação do caráter sócio-histórico dos fenômenos, sendo uma possível estratégia, a naturalização. Essa estratégia desconsidera um estado de coisas que fazem parte de uma construção social e histórica, tratando como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais (THOMPSON, 2011; MARTIN-BARÓ, 2017). Por exemplo, a divisão o trabalho entre homem e mulher, estabelecida pelas características biológicas dos sexos (THOMPSON, 2011). Em resumo, consiste em transformar o que é cultural em natural (GUARESCHI, 2012). Outra estratégia desse modo de operação é a eternalização, onde “fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis, recorrentes. Eles se cristalizam na vida social” (THOMPSON, 2011, p. 88).

Ainda sobre possíveis estratégias utilizadas por esse quinto *modus operandi*, é a nominalização e passivização, ambos processos concentram a atenção do ouvinte ou leitor em certos temas com prejuízo de outros. Nominalização “acontece quando as sentenças, ou parte delas, são transformadas em nomes” (THOMPSON, 2011, p. 88). Por fim, a passivização “se dá quando os verbos são colocados na voz passiva” (THOMPSON, 2011, p. 88). Ambas estratégias são utilizadas, muitas vezes, para o apagamento de atores e ações, onde se tenta representar processos como coisas ou acontecimentos, sem a presença de um sujeito que produza essas coisas.

As estratégias foram descritas na tentativa de deixar mais claro os caminhos que a pesquisa terá no momento de analisar os conteúdos das reportagens, verificando se, quando e como elas são ideológicas. Nem todos *modus operandi* foram especificados com exemplos, pois o intuito não foi exemplificar de forma fechada tais estratégias que têm expressões tão amplas, mas apontar referências que já havíamos percebido em algumas dessas estratégias.

## 2.2. PERSPECTIVAS CRÍTICAS QUANTO À CULTURA DE ESTUPRO E À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA AS MULHERES

Nesse subcapítulo, pretendemos explicitar algumas compreensões acerca das violências sofridas pelas mulheres, entendendo as relações estabelecidas entre violência e poder. Assim como, atentaremos para as implicações da criminalização da violência sexual e seus marcos temporais. Por fim, aprofundaremos a compreensão da cultura do estupro e sua relação com a construção social de gênero.

### 2.2.1. Reflexões sobre preceitos que amparam a concepção de violência contra as mulheres

“Não se nasce mulher, mas se morre por ser uma mulher!”, segundo Lourdes Bandeira (2017). As discussões que serão apresentadas nesse subcapítulo têm o intuito de explicitar como entendemos a violência e seus desdobramentos, para tanto, é preciso descrever alguns preceitos norteadores para a concepção de violência contra as mulheres. Por desdobramento/preceitos, compreenderemos, de forma breve, as questões que embasam a violência de gênero.

Marilena Chauí (2006) resume a ideia de violência, tendo como base os diversos significados nos dicionários, como sendo “um ato brutal e antinatural de transgressão e violação da natureza, do direito, da justiça, das leis, dos costumes, do sagrado, das mulheres e dos mais fracos” (p. 120). A autora identifica ainda, que nas relações, a violência também pode se dar pela coerção, a coação ou a repressão, em que se utiliza da força física, psíquica ou moral.

Permeando a definição de Chauí, e contribuindo para uma concepção de violência, Hannah Arendt (1994) discute o significado da violência e sua relação com poder, afirmando que, onde há violência não tem poder, sendo a violência o último recurso do poder. Define ainda que o poder se caracteriza pelo comum acordo, não sendo obtida por um indivíduo, mas sendo a essência de um governo. Já a violência é referida enquanto instrumento e viabilizada por formas de implementação diversas para destruir o poder. Com isso, “a violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo” (ARENDR, 1994, p.35).

Se pensarmos o poder a partir da Hannah Arendt (1994), compreenderemos a força de uma sociedade que culpa as vítimas de violência sexual, refletindo assim, o comum acordo que valida discursos e subjuga mulheres violentadas. A violência é vista como um

instrumento utilizado, muitas vezes, para impor uma obediência que não é conquistada pelo poder, mas requisitada por meio da violência. Atentamos ainda, que o poder e a violência são fenômenos distintos, mas geralmente apresentam-se juntos (ARENDR, 1994). Viabilizar essa compreensão possibilita pensar a violência de gênero nos seus mais diversos jogos de poder. Por exemplo, o jogo de cristalizar a posição de vítima apenas na mulher e do agressor no homem, impossibilita reconhecer as diversas implicações que as construções de gênero reafirmam. Além disso, a violência sexual pode apresentar-se enquanto forma de impor uma obediência, principalmente quando estamos falando em estupro. Atentamos ainda que nosso interesse não é cristalizar a posição de vítima apenas nas mulheres, mas reconhecer a partir das reportagens sobre violência sexual contra mulheres, em específico, como se dá essas construções de gênero o que acaba delimitando o caminho que essa pesquisa percorreu.

A violência de gênero foi definida pelo Comitê CEDAW como “violência dirigida a uma pessoa com base no sexo. Inclui atos que infligem danos físicos, mentais ou dano ou sofrimento sexual, ameaça de tais atos, coerção e outros privações de liberdade” (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2003, p.10). A compreensão da violência de gênero refere-se a vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. Obviamente que violência de gênero pode envolver violências sofridas por homens, já que o conceito de gênero é caracterizado de forma aberta e por ambos os sexos. Porém, há uma expressiva concentração, historicamente constituída, deste tipo de violência sobre os corpos femininos (BANDEIRA, 2014; SAFFIOTI, 2015). De modo geral, as mulheres são os principais alvos de todo tipo de violência, seja ela física, simbólica ou sexual, violência doméstica ou abuso sexual (BRASIL, 2008).

Refletindo sobre estereótipos e sistemas de crenças, as ideologias decorrentes da feminilidade apresentam-se, por meio, da espera por submissão, dependência, domesticidade e passividade, como sendo atitudes e comportamentos das mulheres (ANYON, 1990). Essas definições nos possibilitam pensar sobre a ideologia de gênero, onde se debruça para compreender a naturalização de atribuições sociais baseando-se nas diferenças sexuais (SAFFIOTI, 2015), que, além disso, podem se apresentar enquanto promotora da violência para uma garantia de obediência dessas atribuições (SAFFIOTI, 2001). Aqui, especificamente, estamos pensando na violência de gênero e os dados apresentados, em que as mulheres são as principais vítimas de violência sexual.

Cecília Santos e Wânia Izumino (2005) referem que a definição de patriarcado, por exemplo, auxilia a reflexão quanto aos papéis sociais rígidos, condicionados culturalmente pelas diferenças biológicas entre homens e mulheres. O termo ‘gênero’ vem como uma

possibilidade de luta contra o patriarcado, pois o argumento patriarcal refere que as mulheres estão naturalmente submetidas aos homens, decorrendo da biologia e do sexo para justificar. Então, falar em gênero indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia, mas é resultado de uma invenção social e política (PATEMAN, 1993; SANTOS; IZUMINO, 2005).

Compreendemos o uso do termo patriarcado como sendo apenas uma das manifestações históricas da dominação masculina, já que corresponde a uma forma de organização política que se deu em determinada época (MIGUEL, 2014). As instituições patriarcais foram transformadas, mas a dominação masculina permanece, exemplo disso, seria a “substituição de relações de subordinação direta de uma mulher a um homem, próprias do patriarcado histórico, por estruturas impessoais de atribuição de vantagens e oportunidade” (MIGUEL, 2014, p. 19). Estamos falando de novas configurações, mas ainda pautadas nas desigualdades de gênero.

Há ainda a relação do exercício da violência com a aprendizagem da virilidade, expressas em relações entre poder masculino e sexualidade, sendo legitimadas socialmente (ALEMANY, 2009; BOURDIEU, 2017). Ao refletirmos acerca das ideologias de gênero binárias e dominantes, conforme Karen Giffin (2005) visibilizamos as estruturas e relações de poder que foram legitimadas pela ciência e naturalizadas, onde, muitas vezes, os homens são representados como poderosos e as mulheres como oprimidas, reproduzindo, ainda mais, o binarismo (GIFFIN, 2005). Ao fazermos essa reflexão nosso intuito não será reforçar o binarismo, mas problematizar a construção mútua de sujeitos e da realidade social.

Se continuarmos estabelecendo uma divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, perpetuaremos relações sexuais como uma relação social de dominação. Referimos a isso, pois esse “princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo, onde o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada” (BOURDIEU, 2017, p. 38).

As relações violentas existentes demonstram suas bases nas relações assimétricas de poder. “Traçar perfis e mapear sua incidência não é estratégia suficiente, embora necessária” (BANDEIRA, 2014, p.34), pois, vale lembrar que a violência de gênero, segundo Karin Smigay (2002), tem seu enlace profundo e persistente na trama social, se articulando com outros problemas sociais e estruturais, referidos por recortes de gênero, de classe e de raça/etnia (SMIGAY, 2002). Com isso, a compreensão do conceito de interseccionalidade se faz necessário, já que há “a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe” (HIRATA, 2014, p. 62), quando além de reconhecermos a multiplicidade dos sistemas de

opressão, desejamos compreender a interação na produção e reprodução de desigualdades sociais.

Jim Sidanius e Felicia Pratto (2012) argumentam que a opressão, a discriminação e o preconceito intergrupais são meios pelos quais as sociedades se organizam como hierarquias em grupo. Esses grupos são divididos em grupos dominantes e grupos subordinados, onde a hierarquia é mantida pelas desigualdades. Pensando nessa hierarquia social baseada em grupo teremos três sistemas distintos para sua manutenção, sendo eles: um sistema de idade, onde adultos detêm um poder social desproporcional referente a crianças e jovens; um sistema de gênero ou sistema patriarcal, onde os homens têm poder social e político desproporcional em relação as mulheres; e um sistema de conjunto arbitrário no qual algumas categorias construídas socialmente são arranjadas hierarquicamente, como, por exemplo, raça, casta, etnia, nacionalidade classe social, religião e qualquer outra distinção que a interação humana seja capaz de construir.

As desigualdades baseadas em grupos e esses três sistemas propostos acima, abrangerão os sistemas de poder, a compreensão da promoção da hierarquia e o papel que a ideologia tem na atenuação desse sistema (SIDANIUS; PRATTO, 2012). Processos responsáveis pela produção, manutenção e reprodução da hierarquia social baseada em grupo, contribui ao pensarmos no sistema de gênero ou dominação masculina que se estabelece e nas ideologias que são continuamente atenuantes nos meios de comunicação.

### **2.2.2. A criminalização da violência sexual contra as mulheres**

A violência contra as mulheres pode ser entendida como um fenômeno multifacetado, com raízes histórico-culturais, que é permeado por questões de raça, classe e gênero. A partir, das relações desiguais de gênero, como forma de reprodução do controle do corpo feminino e das mulheres, percebendo a violência contra as mulheres na sua expressão máxima, compreendida como uma violação dos direitos humanos (BRASIL, 2011). Angela Davis (2017) ainda refere que a violência contra mulher abrange outros tipos de violência que, muitas vezes, tem seu impulso em violações sistemáticas contra os direitos econômicos e políticos femininos, inserida na violência de gênero.

A violência, a partir da Lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006, é descrita por meio de cinco eixos: a violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral. Essa lei, em específico, abrange casos para além do âmbito familiar, sendo previstos três casos: quando é cometido por pessoas que moram na mesma casa, mas não tem

um vínculo familiar, quando acontece dentro da família, seja por laços naturais, de afinidade ou vontade expressa; e quando há (ou houve) uma relação íntima de afeto, independentemente da coabitação, valendo para casais de namorados (BRASIL, 2006). Essa retomada que trazemos da lei demonstra que a passos lentos fomos visibilizando algumas violências e situações que antes não eram respaldadas por lei, indicando um avanço na legislação.

A criminalização da violência contra as mulheres foi potencializada, desde a criação das primeiras Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), na década de 80 (BRASIL, 2011). A Lei Maria da Penha, outra potência nessa luta, e mais recentemente, a Lei do Feminicídio - Lei 13.104/2015, onde refere a crimes contra mulheres que tem como critério a condição do sexo feminino (BRASIL, 2006). Relembramos a frase que iniciamos o primeiro subcapítulo, “Não se nasce mulher, mas se morre por ser uma mulher!” (BANDEIRA, 2017). Essa judicialização e estratégias de atendimento, conforme Leila Linhares e Jacqueline Pitanguy (2016) promovem a visibilidade crescente da questão da violência contra as mulheres, reafirmando a necessidade de implementação de políticas públicas integradas e articuladas.

A violência sexual é crime, mesmo quando exercida por alguém da família ou pessoa com um vínculo afetivo com a vítima, sendo “toda ação na qual uma pessoa envolvida ou não em situação de poder, obriga a outra à realização de práticas sexuais contra a sua vontade, por meio de força física, influência psicológica ou ameaça, uso de armas ou drogas” (BRASIL, 2008, p. 18). Ainda nessa edição, no painel dos indicadores do SUS, temos algumas especificações do que se enquadraria enquanto violência sexual, sendo elas: assédio sexual, atentado violento ao pudor, pornografia infantil, exploração sexual, pedofilia, voyeurismo e estupro.

Segundo Wilza Villela e Tânia Lago (2007) a violência sexual pode ser compreendida enquanto abuso (ato sexual entre adulto e uma criança), estupro (conjunção carnal forçada por meio de violência) e atentado violento ao pudor (prática de ato libidinoso diverso da conjugação carnal mediante coerção) (VILLELA; LAGO, 2007). Esta definição da violência sexual demonstra compartilhar o caminho feito pela Lei Federal 12.015, de 7 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), a qual passou por uma alteração da conceituação de "estupro", passando a incluir, além da conjunção carnal, os "atos libidinosos" e "atentados violentos ao pudor".

Por meio desta Lei, há o reconhecimento que estupro caracteriza-se por “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” – art. 213. Anteriormente a essa lei, o estupro

era entendido como conjunção carnal que fosse comprovadamente forçada e com penetração vaginal. Renata Sousa (2017) refere a essa antiga concepção de estupro como sendo a demonstração da valoração excessivamente fálica e heteronormativa, onde ignorava outras “práticas de violências sexuais como o sexo oral, anal, masturbação, beijo e qualquer prática sexual que não contemplasse a penetração vaginal” (SOUSA, 2017, p.11).

O Código Penal, a partir da Lei nº 2.848 de 1940, tipifica o estupro como crime contra a liberdade sexual (BRASIL, 1940). Atualmente, houve uma alteração na lei, em que passou, também, a tipificar os crimes de importunação sexual e divulgação de cena de estupro, dando visibilidade a crimes como estupro coletivo e estupro corretivo. Essa alteração foi feita a partir da Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018, que além de atualizar, tem o intuito de dar conta da realidade dos estupros e das diversas violências expressas no contexto brasileiro (BRASIL, 2018).

O estupro caracteriza-se como uma das formas mais difundidas de violência de gênero (SOUSA, 2017). Feministas americanas já nos anos 70 denunciavam a violência sexual, apontando para o estupro, referido enquanto não consentimento da vítima (ALEMANY, 2009). O movimento antiestupro no início da década de 1970 contestou alguns mitos que envolviam esse tema, como, por exemplo, a vítima de estupro é moralmente responsável pelo crime cometido contra ela, já que mulheres controlariam seus corpos definindo se serão ou não violados, como já apontamos anteriormente; outro mito, se apresenta quando a mulher ao não demonstrar resistência estaria, implicitamente, pedindo a violação de seu corpo (DAVIS, 2017). Mitos como esses são manifestados ainda atualmente, onde ajudam a perpetuar práticas e considerações acerca da violência sofrida, como algo de responsabilidade da vítima, além de reforçar a cultura do estupro (ZALESKI, et al., 2016). Muitos desses mitos são reforçados, especialmente, pela mídia, que por meio de reportagens, filmes e propagandas validam isso de alguma maneira (SMITH, 2004).

Os “mitos legitimados” (*legitimizing myths*) podem ser definidos, como uma ideologia consensualmente compartilhada que acaba por organizar e justificar as relações sociais. Esse movimento que define ou reforça o que é ou não é um discurso legítimo utiliza-se dos estereótipos, valores, atribuições e representações compartilhadas para embasar os mitos legítimos, sugerindo como as pessoas e as instituições devem se comportar (SIDANIUS, PRATTO, 2012).

Outro mito, problematizado agora por Angela Davis (2016) como o mito do estuprador negro, denuncia que as leis contra estupro foram inicialmente criadas nos Estados Unidos da América e em outros países capitalistas, para proteger homens de classes mais

altas, em sua maioria brancos, cujas filhas e esposas corriam o risco de serem agredidas. Atenta ainda que, durante a história, “os homens negros eram vistos trazendo em si compulsões sexuais irresistíveis e animais, sendo toda raça investida de bestialidade” (DAVIS, 2016, p. 186). Essas representações reverberam ainda hoje; o mito do estuprador negro é mantido, por meio, da ideologia racista, lembrando-nos que a estrutura de classe do capitalismo “encoraja homens que detêm poder político e econômico a se tornarem agentes cotidianos da exploração sexual” (p. 202), sendo o racismo e o sexismo, centrais para a estratégia doméstica de aumentar a exploração econômica (DAVIS, 2016).

Kimberle Crenshaw (2004) discorre que historicamente, no século XIX, o estupro foi considerado um crime racial nos EUA, em que um processo por estupro poderia ser anulado se não ficasse provado que a vítima era branca. Regras essas, que foram formalmente eliminadas, mas estatisticamente sugerem que elas ainda constituem um problema interseccional (CRENSHAW, 2004). Há todo um sistema que se mantém estabelecido e alimentado por diversas estratégias e se não, percebermos a interseccionalidade nos casos de violência sexual, poderemos cair em uma retroalimentação da mesma, reforçando mitos legítimos que acentuam, ainda mais, a hierarquização e o desejo de manter a desigualdade baseada em grupo.

### **2.2.3. Cultura do Estupro enquanto categoria de análise**

Merril Smith (2004) e Pamela Fletcher (2010) referem que o termo “cultura do estupro” (*rape culture*) foi cunhado, pela primeira vez, por feministas americanas na década de 70, estabelecendo reflexões acerca das formas como a sociedade cultiva crenças e convenções que naturalizam a violência sexual contra as mulheres. A “cultura do estupro” tem sua expressão no seio social que por meio de um complexo de crenças acaba incentivando e tolerando a violência contra as mulheres, atribuindo a culpa às suas respectivas vítimas (FLETCHER, 2010).

Segundo Emillie Buchwald, Pamela Fletcher e Martha Roth (2005) em uma cultura do estupro, ambos homens e mulheres assumem que a violência sexual é um fato da vida, tão inevitável quanto a morte e os impostos. Esta violência, contudo, não é biologicamente, nem divinamente ordenada. Muito do que aceitamos como inevitável é de fato a expressão de valores e atitudes que podem mudar. Com isso, a cultura do estupro se apresenta como

crenças que encorajam a agressão sexual masculina, apoiando a violência contra as mulheres (BUCHWALD; FLETCHER; ROTH, 2005, tradução nossa).

Os mitos envolvendo o estupro, de acordo com Martha Burt (1980), também podem se apresentar com o intuito de negar ou reduzir o prejuízo percebido, culpando as vítimas por sua própria vitimização. Essa definição dos mitos de estupro nos remete a definição da cultura do estupro, onde há o apoio a objetificação e o abuso sexual e violento de mulheres através de filmes, televisão, publicidades e revistas femininas (BURT, 1980, tradução nossa). A hipótese é de que a exposição a esse material aumentaria a aceitação do mito de estupro porque tenderia a normalizar a sexualidade coercitiva e brutal. Jericho Hockett, Donald Saucier e Caitlyn Badke (2016) referem que os mitos de estupro seriam elementos que evocam culpa, refletindo falsas crenças dos indivíduos. Será que a forma como as reportagens são construídas aumentam a aceitação de mitos envolvendo o estupro?

A ocorrência de um estupro desperta falsas crenças que foram alimentadas com o passar do tempo. Acreditar que somente é estupro quando houve o uso de meios físicos violentos e coercitivos, onde o corpo da mulher terá hematomas confirmando a violência sofrida, seria um deles. Mitos como este, desconsideram a existência de agressão sexual que pode ocorrer com coerção que não seja a força física. Além disso, crenças como essas também negam a existência da violência sexual, a menos que indicadores óbvios de força sejam manifestamente evidentes (HOCKETT; SAUCIER; BADKE, 2016, tradução nossa).

Quando referimos acerca dos valores e atitudes, assim como, as crenças que reforçam a cultura do estupro e os mitos, podemos pensar inicialmente as concepções estabelecidas acerca da masculinidade e feminilidade, já que “designam as características e qualidades atribuídas social e culturalmente aos homens e às mulheres” (MOLINIER; WELZER-LANG, 2009, p. 101).

Cíntia Engel (2017) expõe que a cultura do estupro refere-se, principalmente, “ao compartilhamento de valores, crenças e práticas sobre os papéis de gênero e sobre as interações sexuais que não só permite como também estrutura relações desiguais nas quais o interesse sexual ativo deve conquistar (homens) e submeter o objeto de desejo (mulheres)” (ENGEL, 2017, p. 11). Com isso, reconhecemos algumas bases que configuram e alimentam a cultura do estupro atentando, principalmente, a essa diferença sexual enquanto diferença política.

A definição da masculinidade e da feminilidade apresenta-se ‘em relação’; são as relações sociais vinculadas ao sexo que, marcadas pela dominação masculina, determinam aquilo que será considerado como “normal” ou como “natural” para o homem e para a mulher

(MOLINIER; WELZER-LANG, 2009; BOURDIEU, 2017). Explicitando isso, podemos referir acerca dos anatomistas do século XIX, que tentavam encontrar no corpo da mulher a justificativa de seu estatuto social que lhes era imposto, apelando para oposições tradicionais entre o interior e o exterior, a sensibilidade e a razão, a passividade e a atividade (BOURDIEU, 2017), como se vivêssemos e nos constituíssemos apenas a partir de dualidades e oposições.

Judith Butler expressa que essa noção binária de masculino/feminino constitui tanto a forma como podemos ser reconhecidos, assim como, descontextualiza aquilo que se especifica no feminino, já que permanece separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder (BUTLER, 2016). A tentativa é que, a partir do reconhecimento dessas noções de feminilidade e masculinidade, possamos aprofundar as implicações que isso tem na identidade de gênero, assim como, as intersecções de raça e classe que interatuam nessas relações. Considerando isso, percebemos a relação com todas as estruturas de poder existentes em nossa sociedade, referindo ainda, que “essa relação não é simples, mecânica, mas envolve construções complexas que refletem a interligação da opressão de raça, gênero e classe característica da sociedade” (DAVIS, 2017, p. 49).

A divisão socialmente construída dos sexos, como naturais e evidentes, passam a adquirir o reconhecimento de sua legitimação (BOURDIEU, 2017). Almeida (1996) refere que a “masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de ação, como tal acessíveis a homens e mulheres” (ALMEIDA, 1996, p. 162). Ainda assim, compreendemos o quanto a masculinidade hegemônica estabelece um modelo cultural ideal, em que na prática e de forma inalterada se mostra como sendo inatingível por qualquer homem e com isso, exerce sobre todos os homens e sobre todas as mulheres um efeito controlador (ALMEIDA, 1996).

A lógica paradoxal que se estabelece entre a dominação masculina e a submissão feminina, só pode ser compreendida a partir dos “efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com essa ordem que as impõe” (BOURDIEU, 2017, p. 60). Características remetidas às mulheres, incorporadas a partir de classificações, assim naturalizadas, compreendem o poder simbólico exercido ao estabelecer que todas as mulheres devam ser femininas, relacionadas ao casamento e a gestação (BOURDIEU, 2017). A tentativa de uma revolução na totalidade dos sistemas de classificação simbólica apresenta-se, ainda, como uma utopia cultural, uma luta que segue sendo travada em torno dos significados dos símbolos (ALMEIDA, 1996). Seria essa luta que estamos travando?

Elisabeth Badinter (2005) refere que a ideia simplificadora e unificadora da ‘dominação masculina’, serviria para evitar pensarmos na complexidade, na historicidade e na evolução da relação entre os sexos. “Esse conceito que abarca tudo, encerrando homens e mulheres em dois campos opostos, fecha a porta a qualquer esperança de compreendermos a influência recíproca que eles exercem e de medir sua inserção comum na humanidade” (BADINTER, 2005, p. 53).

Corroborando ainda, podemos refletir acerca das críticas feitas pela Judith Butler (2016) quando refere que essa busca do movimento feminista em conferir um status universal ao patriarcado ou a dominação masculina, com o propósito, muitas vezes, de fortalecer a aparência de representatividade do feminismo, unindo as mulheres em uma categoria, “motivou ocasionalmente um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres” (BUTLER, 2016, p. 22). Estaríamos nós, fazendo o mesmo quando afirmamos que há uma cultura do estupro? Estamos criando/visibilizando mais uma estrutura de dominação que subjuga as mulheres, fomentando, ainda mais, um sistema que parece não parar de se retroalimentar?

A dominação masculina, explicitada por Bourdieu (2017), não apresenta o intuito de ser eternizada, como se seu estabelecimento não pudesse se desfazer. Porém, seu principal intuito foi “provar que elas são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado” (BOURDIEU, 2017, p. 56).

A partir desses agentes específicos, reconhecemos “a masculinidade como uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (CONNELL, 1995, p. 188). Se tratando de uma posição estabelecida para os homens, apresenta-se importante enfatizar que a masculinidade tem a ver com as relações sociais estabelecidas, se referindo também as relações com esse corpo (CONNELL, 1995).

A virilidade compreende-se a partir dos atributos sociais associados aos homens e ao masculino como, por exemplo, “a força, a coragem, a capacidade de combater, o ‘direito’ à violência e aos privilégios associados à dominação daquelas e daqueles que não são viris: mulheres, crianças” (MOLINIER; WELZER-LANG, 2009). Além disso, a virilidade pode ser entendida a partir do princípio da conservação e aumento da honra, mantendo-se indissociável da virilidade física, por meio, sobretudo, “das provas de potência sexual – defloração da

noiva, progenitura masculina abundante, que são esperadas de um homem que seja realmente um homem” (BOURDIEU, 2017, p. 25).

Nos casos de estupro, a pesquisadora Lia Zanotta Machado (1998) entrevistou alguns homens que praticaram estupros e visibilizou como resultado, que se os estupros não fossem tornados públicos, seriam confundidos com atos confirmativos da virilidade. O homem não corresponder ao ideal de virilidade destinado a si, implica, muitas vezes, em uma virilidade que precisa ser validada por outros homens, atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo. Por exemplo, os estupros coletivos podem ter por finalidade “pôr os que estão sendo testados em situação de afirmar diante dos demais sua virilidade pela verdade de sua violência” (BOURDIEU, 2017, p. 78). Demonstrando assim, parâmetros nos quais podemos pensar a implicação que a noção de masculinidade e de virilidade no contexto brasileiro.

O estupro apresenta-se como um crime recorrentemente praticado, em que se estima que 527 mil pessoas são estupradas por ano no Brasil. Em um cenário em que a cada 11 minutos uma dessas pessoas são violentadas, reconhecemos ainda, que 89% dessas vítimas são mulheres (IPEA, 2014). Complementando reflexões anteriores com os dados apresentados, como não falarmos de uma cultura do estupro? Visibilizar ou não a partir de uma estrutura de dominação realmente está retroalimentando o sistema ou só estamos reconhecendo a sociedade com a qual vivemos?

A cultura do estupro é perpetuada, também, por meio do uso da linguagem misógina e da objetificação do corpo da mulher. A maioria das mulheres e meninas limitam seu comportamento por causa da existência do estupro e o medo envolvido. É assim que o estupro funciona como um meio poderoso pelo qual as mulheres são mantidas em uma posição de subordinação aos homens, embora muitos homens não estuprem e muitas mulheres nunca sejam vítima de estupro. Este ciclo de medo é o legado da cultura do estupro (WOMEN’S CENTER OF MARSHALL UNIVERSITY, 2016), além da demonstração da internalização da dominação, como refere Flávia Biroli (2014b).

O controle estabelecido pelas noções de masculinidade e feminilidade exercem influências também sobre as mulheres. Ana Maria Colling (2015) aponta que a diferença entre a sexualidade masculina e feminina reproduz o poder, e diferença é igual a poder. A partir da virilidade referida anteriormente, a vulnerabilidade da honra parece estar “depositada” inteiramente no espectro da feminilidade e das mulheres, sendo seus corpos um “corpo-para-outra, incessantemente, expostos à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros” (BOURDIEU, 2017, p. 59).

As evocações do ‘ser mulher’ ainda são permanentemente envolvidas a partir do entendimento de cuidado e do respeito, o que nos indica que a violência possa estar ancorada em questões culturais. A representação da mulher imbrincada em desempenhar o papel de cuidado da família, enquanto as representações sociais do ‘ser homem’ voltada ao espaço público, na função de provedor. Papéis sociais da mulher e do homem, socialmente naturalizados, parecem legitimar a violência de gênero (RODRIGUES; MACHADO; SANTOS; SANTOS; DINIZ, 2016).

## 2.3. COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA QUANTO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Nesse subcapítulo, pretendemos explicitar nossa compreensão acerca dos meios de comunicação, especificamente do jornalismo online, referente ao nosso campo de estudo. Ainda, refletiremos acerca da cobertura midiática nos casos de estupro, problematizando as implicações envolvidas na publicação, ou não, de notícias sobre a violência sexual.

### 2.3.1. Contribuições das mídias para a construção de realidades

Adentramos este capítulo salientando a importância que os meios de comunicação têm na dialogicidade – isto é, na capacidade de conceber, criar e comunicar sobre as realidades sociais em termos de diversidade (MARKOVÁ, 2006, p.135) da vida contemporânea. Pensando na intrínseca relação da mídia com a ideologia, discorreremos sobre as contribuições das mídias para a construção de realidades através da comunicação das formas simbólicas, e das estratégias ideológicas utilizadas pelas mídias e sua relação com a Psicologia Social.

A Psicologia Social teria como pretensão analisar a dupla realidade constituída pela “pessoa que é a realização e concretização de uma sociedade e da sociedade que é uma totalidade de pessoas e relações” (MARTIN-BARÓ, 2017, p. 117). A partir dessa tentativa de compreender como o social se converte em pessoal e o pessoal em social, os meios de comunicação são intermediários importantes, como também, são agentes de produções ideológicas. Os processos de comunicação através das mídias, então, seriam um elemento essencial da ação humana, por meio, do estabelecimento relacional com a realidade social.

Os termos ‘informação’ e ‘comunicação’ são noções que remetem a fenômenos sociais. Logo, “Informação, comunicação, mídias, eis as palavras de ordem do discurso da modernidade” (CHARAUDEAU, 2006, p.15). Segundo o autor, mídias seriam “um suporte organizacional que se apossa dessas noções para integrá-las em suas diversas lógicas – econômica, tecnológica e simbólica” (p. 15). Ele atenta, ainda, para a importância da lógica simbólica, já que seria a partir dela que os indivíduos regulam as trocas sociais, constroem as representações de valores, criando e manipulando signos e, por fim, produzindo sentido (CHARAUDEAU, 2006).

Consideramos que as megamídias contribuem para a construção da realidade sobre a sociedade, sobre esse novo ambiente social e cultural do mundo globalizado (ROSO; GUARESCHI, 2007). Além disso, elas reinventam as relações e tendem a produzir

significados e valores hegemônicos, configurando-se “ator chave no exercício de poder” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 91).

Os meios de comunicação vão se configurar pela influência nos modos de interação, em que transformam o acesso e o consumo de bens simbólicos, além de “reestruturar a política institucional e como não poderia deixar de ser, há a mudança radical das fronteiras entre a esfera pública e a privada” (JOVCHELOVITCH, 2000, p.89). Nesse movimento de mudança nas fronteiras entre público e privado, as mídias digitais inserem-se como agentes ativos nessa transformação (MARTINO, 2014).

O que antes era estabelecido com fronteiras e limites demarcados da vida privada e da vida pública, hoje tem como característica a mobilidade desses limites. Enquanto o espaço público seria definido como sendo um espaço de discussão de temas de caráter político, isto é, que dizem respeito ao indivíduo como cidadão, o espaço privado se restringiria, sendo um espaço de intimidade, protegido do olhar público. Vale ressaltar com isso, que a agressão, por exemplo, não diz de uma curiosidade pela vida da pessoa, pois se trata de uma violação de direitos e que, portanto, se caracteriza como um problema de caráter público (MARTINO, 2014).

As relações sociais que mantemos podem ou não sofrer interferências da mídia, pois boa parte do que se sabe sobre o mundo é feito através dela, via computadores, *smartphones*, *tablets* e da televisão. Nessa realidade mediada, salientamos a reprodução de estereótipos e desigualdades nas representações sociais construídas e reforçadas na mídia, percebendo que alguns terão maior visibilidade, enquanto outros serão esquecidos ou representados por pontos de vista negativos, sendo essas representações, a constituição da realidade mediada a partir da qual se conhece o mundo (MARTINO, 2014). Isso diz de como a mídia difunde e transforma as representações sociais, segundo Sandra Jovchelovitch, isso se dá “pelo próprio ato de pô-las em circulação. Em meio a conversações cotidianas, a rumores e comentários que se produzem quando sujeitos sociais apropriam o conteúdo da mídia, este sistema representacional se abre para a possível transformação” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 108).

Ao pensarmos na difusão e circulação das formas simbólicas, atentamos aos meios de comunicação de massa, tendo em mente, que o termo ‘massa’ não se refere, somente, a quantidade. Com esse termo, desejamos expressar que os produtos estão disponíveis a uma pluralidade de receptores. Além disso, a comunicação de massa configura-se pela transmissão de mensagens de mão única, do transmissor para o receptor, evidenciando, pouca ou nenhuma contribuição dos receptores no processo de comunicação (THOMPSON, 2011). Essa forma de compreender a comunicação de massa nos ajuda a pensar a estrutura inicial dos jornais

tradicionais, com uma relação verticalizada entre aqueles que detêm as mensagens, notícias, as formas simbólicas e aqueles que as receberiam.

Silvia Ramos e Anabela Paiva referem que a mídia, devido a sua configuração escrita, feita de palavras, desenhos, imagens fixas, já se caracteriza essencialmente por uma “relação distanciada entre aquele que escreve e aquele que lê, a ausência física da instância de emissão para com a instância de recepção” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 113). Ressaltamos, ainda, que não somos, apenas, receptores inertes e indiferenciados das mensagens, somos constituintes de um processo ativo, profundamente crítico (THOMPSON, 2011). Hoje, com a versão online de jornais, compreendemos que a relação estabelecida entre leitor e o produto (notícia) se dá de outras formas, por vezes, mais direta, conforme interesse, disponibilidade e acesso às reportagens. Possibilitando assim, uma permeabilidade maior nessa comunicação.

Pensando essas relações, é importante destacar que as transformações das mídias tradicionais e suas interlocuções com os novos circuitos, como a internet, vai estabelecendo um novo espaço, uma nova linguagem. Atentamos que essa relação não é estabelecida por oposição, uma não exclui a outra, mas passa a ser marcada por consideráveis tensões e convergências (PALACIOS; MINHOZ, 2007).

O jornalismo online irá se caracterizar por potencializar a multiplicação e penetração de canais alternativos, possibilitando uma conversação entre eles, sendo a internet definida enquanto um ambiente de comunicação, informação e ação. Ainda assim, devemos reconhecer que essas novas formas de se comunicar e estabelecer relações, criam inéditas formas de poder, de controle e centralização (PALACIOS; MUNHOZ, 2007).

Características como a convergência entre a internet e o uso de formatos considerados tradicionais, ainda são utilizados no jornalismo online, demonstrando essa interlocução. Além disso, a interatividade, a hipertextualidade, a atualização contínua e a personalização das notícias também configuram essa mídia (PALACIOS, 2002). Outro atributo considerado pelo jornalismo online é a ideia de memória, pois há maior disponibilidade de acesso já que a web possibilita acumular informações (PALACIOS, 2002), contribuindo assim para o levantamento das reportagens e maior oportunidade de contextualização dos materiais já produzidos.

Ao pensarmos nas visibilidades e invisibilidades produzidas no campo da mídia, refletimos acerca das implicações em casos de violência sexual contra mulheres. Ramos e Paiva (2007) ponderam para a fraca cobertura dos jornais sobre casos de estupro. Apontam que a cobertura da imprensa poderia contribuir na diminuição da “gravíssima situação de impunidade e extrair das autoridades de segurança medidas de prevenção e repressão dos

crimes sexuais” (p. 133). Além disso, referem que não é, apenas, aumentar a quantidade de reportagens sobre o assunto, mas que o desafio está fomentar reportagens de qualidade sobre violência sexual (RAMOS; PAIVA, 2007). A baixa cobertura acerca da violência sexual também se dá pela ocorrência das situações violentas na esfera privada, que se caracteriza por um acesso restrito, e também, por um “entendimento de que tratar o assunto publicamente seria submeter a agredida à nova violação” (RAMOS; PAIVA, 2007, p.134).

Heleieth Saffioti (2015) reitera que a violência pode ser experienciada por cada mulher e interpretada singularmente. Refere que algo pode ser considerado agressivo ou mais ainda, dependendo do contexto e da compreensão de cada uma sobre o que é violência. Com isso, a autora define violência a partir da compreensão do conceito de direitos humanos, “entendendo-se por violência todo o agenciamento capaz de violá-los” (p. 80) (SAFFIOTI, 2015). Essa definição feita por Saffioti corrobora com o que havia sido discutido anteriormente, quanto às novas fronteiras entre público e privado, não se trata de um interesse pela vida privada, mas se há violação de direitos, o assunto passa a ser um problema de caráter público (MARTINO, 2014). Pensando nisso, é importante salientar que casos (de violência sexual), muitas vezes, são tomados como de caráter público e evidenciados em reportagens de jornais.

A submissão a uma nova agressão, quando se tem a publicação do seu caso de estupro, por exemplo, pode ser explicitada por uma pesquisa que analisou os comentários em reportagens referentes à violência sexual. Este estudo escolheu os quatro periódicos de maior circulação nos EUA, chamando nossa atenção para análise dos dados, onde 25,8% (maior porcentagem referente aos demais eixos) utilizavam do sarcasmo e da culpabilização das vítimas (ZALESKI, et al., 2016), configurando uma nova violação, já que quando o caso é exposto na mídia, a vítima fica à mercê do julgamento alheio e do impacto que isso pode ter.

Jornais e sites que apresentam a vida particular da vítima anterior ao estupro apresentam-se como uma das formas de relativizar a violência sexual sofrida. Referimos a isso, pois ao caracterizar e diferenciar entre a mulher enquanto mãe, irmã, recatada, passíveis de desejo, admiração e respeito, o contraponto fica para as mulheres consideradas objetos, passíveis de uso e que podem ter feito por merecer (MARINI, 2016). Lembramos que a mídia disponibiliza o acesso e maior possibilidade de informação, o que tornará a efetivação das políticas públicas e legislação em vigor em defesa as mulheres vítimas de violência ter maior potência, reforçando sua responsabilidade na forma de explicitar um caso de estupro.

A utilização do termo ‘mundo cão’ no meio jornalístico, referindo-se a situações de desespero e miséria, na qual a violência é vista como consequência natural. Costuma ser

usado o termo “é muito mundo cão” para justificar a decisão de não noticiar crimes ou atos violentos (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 134). Refletir sobre esse termo ‘mundo cão’ nos faz lembrar da conceituação feita por Judith Butler (2015) acerca das vidas precárias. Descreve que a partir de determinados enquadramentos, teremos as vidas passíveis de luto ou não, dependendo de que forma o ser humano passa a ser reconhecido socialmente. Evidencia ainda, que determinadas pessoas ou situações não fazem parte do enquadramento, não sendo despendido espaço ou atenção para elas. Essa noção nos faz refletir sobre as mulheres que são violentadas, que vivenciam esse “mundo cão” e que, muitas vezes, são invisibilizadas. Pensando nisso, qual seria a responsabilidade social dos meios de comunicação frente a essas invisibilidades?

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS E ONTOLÓGICOS

A perspectiva epistemológica e ontológica da Psicologia Social Crítica amparou a realização desta dissertação. Boaventura de Souza Santos (2011) descreve a teoria crítica como àquela que tem como tarefa buscar as possibilidades, as alternativas para a superação daquilo que é criticado na realidade existente. A partir da teoria crítica, compreendemos que a realidade não se reduz, apenas, ao que existe, pois a realidade caracteriza-se a partir desse campo de possibilidades e alternativas.

O conhecimento é inventado para criar planos/possibilidades, para que se possa encontrar a solução de problemas, estabelecidos em grande medida pela conjuntura social. Por meio desse campo, Claudia Fonseca (2010) aponta que segregar a ciência do problema que está confrontando, caracterizaria como uma remoção de seu contexto, corrompendo com a perspectiva indissociável da técnica, da política e da ética ao qual se propõe (FONSECA, 2010). A realidade é socialmente construída e o saber é uma construção do sujeito, vinculada a sua inscrição social (ARRUDA, 2002).

A noção de sujeito que orientará essa pesquisa tem suas raízes na cosmovisão Comunitarista Solidária descrita por Guareschi (2012), entendendo o ser humano sempre em relação, compreendido como pessoa. Não se pode ser, sem que haja o outro, em uma relação contínua. Com isso, a singularidade que caracteriza o ser humano como único, dá lugar ao termo subjetividade, compreendendo o conteúdo das relações, onde nossa subjetividade é constituída pelos outros, pelas relações que estabelecemos, sendo fundamental para compreensão da noção de sujeito como pessoa-relação.

Prestaremos atenção especial nos acontecimentos caracterizados enquanto passageiros e possíveis de serem transformados, compreendendo a realidade ampla dos fenômenos. A essência dos fatos é analisada em suas contradições, no explícito e implícito, com a relatividade e a precariedade de todo o presente, tendo sempre a percepção de que tudo é incompleto e contém sua contradição (GUARESCHI, 2012).

Consideramos o ‘social’ como ‘relação’, algo que diz de um singular, mas contém em si, ontologicamente, o outro (GUARESCHI, 2003). Contribuindo nessa relação contínua para compreender o sujeito, Martha Narvaz e Silvia Koller (2006) apostam em uma epistemologia feminista, onde atentam para as implicações de fazer pesquisa sendo mulheres, onde a ciência tem gênero, havendo influência na produção de conhecimento de diversas maneiras (NARVAZ; KOLLER, 2006). A epistemologia feminista ao proclamar a experiência das

mulheres como característica específica na pesquisa viabiliza um saber mais contextualizado, descrito como saber local (ARRUDA, 2002).

Os Estudos de Gênero e as Teorias Feministas são campos teórico-metodológicos que contribuem intensamente com pesquisas de cunho crítico e de potencial transformador das relações sociais. Os estudos feministas irão se configurar pelo interesse em estudos das e pelas mulheres, mantendo uma estreita relação entre teoria e a política-militância feminista (NARVAZ; KOLLER, 2006; PINTO, 2010), o que não significa que eles excluam os homens em sua abordagem - eles apenas não são o sujeito central nas análises.

O feminismo é caracterizado por sua heterogeneidade de posições, demonstrando ser um movimento que abarca muitas reivindicações de diversas perspectivas culturais e políticas. Dentro do movimento essa heterogeneidade não se configura como uma fraqueza, mas como potência (PILCHER; WHELEHAM, 2004). Quando referimos que o feminismo é um campo político e também teórico-metodológico, desejamos explicitar que toda atividade humana que está implicada é política (NARVAZ; KOLLER, 2006).

O desenvolvimento histórico do feminismo foi caracterizado por momentos de ausência de pensamento e mobilização, e outros pelo crescimento do ativismo com uma participação abrangente. Esse padrão de ascensão e queda do feminismo levou a analogia de 'onda' (PILCHER; WHELEHAM, 2004). O movimento feminista é dividido em quatro ondas. Resumidamente, a primeira onda do feminismo teve como objetivo a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto; a segunda onda se caracteriza pela denúncia da opressão masculina e a busca de igualdade, mais especificamente pelas americanas, enquanto as francesas lutavam para serem valorizadas as diferenças entre os homens e as mulheres, dando visibilidade a experiência feminina (NARVAZ; KOLLER, 2006).

A terceira onda salienta uma análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade, definindo alguns rumos, como o conceito de gênero, o conceito de patriarcado e formas de produção de conhecimento (NARVAZ; KOLLER, 2006). Podemos referir, então, que o conceito de gênero nasceu nas entranhas do movimento feminista (ARRUDA, 2002), para ser mais exata, no início dos anos 70. Essa conceituação foi usada para demarcar a forma como as diferenças biológicas estavam sendo exageradas para manter um equilíbrio patriarcal no sistema de poder (PILCHER; WHELEHAN, 2004).

A quarta onda do movimento feminista tem sua demarcação na atualidade, caracterizando-se por afirmar as fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração. Isso passou a viabilizar o reconhecimento da

multidimensionalidade subjetiva e identitária do movimento, onde “os feminismos parecem fluir horizontalmente” (MATOS, 2010, p. 69). Essa quarta onda conflui com a categoria interseccionalidade, onde se pretende assinalar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe (HIRATA, 2014), fazendo reafirmar um movimento feminista condizente com as problemáticas que esses demarcadores sociais possam gerar.

Gayle Rubin (1993) nos apresenta uma das primeiras hipóteses acerca das relações de poder entre homens e mulheres. Para a autora, o sistema de sexo/gênero seria o *locus* da opressão de mulheres e minorias sexuais, pois estaria associado com os sistemas de parentesco, em que são construídos a partir de formas concretas de sexualidade socialmente organizada e em reprodução. Esse sistema de parentesco está calcado na rede de relações que estabelecemos, onde esta seria uma forma de organização que confere poder aos homens, colocando as mulheres como um objeto de troca. Refere-se enquanto troca, pois historicamente, a ideia de casamento está fundamentada na troca de presentes, demonstrando que o tabu do incesto seria mais bem compreendido como um mecanismo para assegurar que essas trocas permanecessem acontecendo entre famílias e grupos.

O conceito de gênero e seu uso como categoria analítica foi amplamente desenvolvido por Joan Scott, a qual caracteriza gênero como possibilidade de dar significado a relações de poder, assim como, seria um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, configurando-se enquanto construção sócio-histórica (SCOTT, 1995). Quando relacionamos os sistemas de parentesco às formas como estruturamos as relações e consensos sociais, percebemos ainda mais explicitamente a conceituação de gênero como construção sócio-histórica.

Avançando as discussões levantadas por Scott, Judith Butler (2016) critica as dicotomias que a divisão sexo/gênero produz, referindo que discutir essa dualidade foi o ponto de partida para que se questionasse o conceito de mulheres como sujeito do feminismo. Isso ocorreu, a partir do desmonte do conceito de gênero, como uma forma de desconstrução, repensando a identidade definida das mulheres como categoria. Afirma ainda que temos que refletir sobre essa identidade percebendo o estabelecimento de uma categoria descritiva e normativa e, portanto, de exclusão, pois um “sujeito que é construído e subordinado no mesmo movimento” (BUTLER, 1997, p.6).

Por meio dessas duas compreensões acerca do significado e usos de gênero, construímos um caminho para compreender dados sobre estupro, onde são as mulheres as principais vítimas dessa violência. A conceituação de gênero referida por Scott (1995), devido à contextualização histórica, nos permite compreendermos a cultura e o situar de gênero na

construção social. Simone de Beauvoir (2016) refere que a consciência que a mulher adquire de si mesma está conectada também a essa realidade histórica vivenciada.

### 3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de Levantamento de Documentos de Domínio Público, sustentada em uma abordagem quali-quantitativa, entendendo que não há contradição e nem continuidade entre investigação quantitativa e qualitativa. Ambas são de natureza diferente. A primeira atua em níveis da realidade, onde os dados se apresentam aos sentidos e busca trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. A segunda trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes, opiniões (MINAYO; SANCHES, 1993), com o intuito de compreender aquilo que é da ordem do simbólico e da materialidade também.

A pesquisa documental passa a ser nossa forma de coleta, onde “fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente” (GIL, 2009, p. 147). Algumas vantagens pela escolha desse tipo de pesquisa seriam: possibilita o conhecimento do passado; a investigação dos processos de mudança social e cultural; obtenção de dados com menor custo; e favorece a obtenção de dados sem constrangimento de sujeitos (GIL, 2009).

#### 3.2.1 Campo de estudo

O jornal Zero Hora (ZH) é caracterizado como sendo uma das empresas do grupo RBS (Rede Brasil Sul de Comunicações), que tem sua hegemonia comunicacional no Rio Grande do Sul e também, em Santa Catarina (FELIPPI, 2007). Acerca da escolha, dessa pesquisa, ser feita com o jornal online, percebemos que o Zero Hora está acompanhando as tendências da ambiência digital que, segundo Belochio (2009) o jornal ZH impresso e digital seria uma das marcas do processo de adequação dos meios jornalísticos às potencialidades das redes onlines.

Pensando na liderança de mercado que o jornal ZH detém, devemos incluir a Rádio Gaúcha e a então TV Gaúcha (RBS TV Porto Alegre), como respectivos segmentos, já que são administrados pelos mesmos donos, família Sirotsky (ROSO, GUARESCHI, 2007). A liderança dessas mídias é consequência da hegemonia que o conglomerado cultural vai conquistando no estado. Então, do ponto de vista econômico, “a indústria cultural RBS reproduz no Rio Grande do Sul a mesma lógica que permitiu à Rede Globo a monopolização do mercado televisivo no Brasil” (FONSECA, 2005, p. 187). Com isso, mesmo que

efetuemos um recorte do segmento jornal, para análise, estaremos em uma relação de interdependência com as outras mídias de massa – rádio, TV e jornal – lembrando que, “grande parte dos conteúdos produzidos são difundidos de forma compartilhada e todos se referenciam e, simbolicamente, capitalizam-se mutuamente junto a todos os extratos de público” (FONSECA, 2005, p. 188).

Outra característica dessa mídia, o jornal ZH, seria a estratégia chamada “localismo”, onde mantém vívida a circulação de seu material a partir de um leitor ‘imaginado’ do Rio Grande do Sul, que vai constituindo e sendo constituído pelo jornal, privilegiando os acontecimentos que tenham relação com a região de abrangência da cobertura. Com isso, os jornalistas ao escolherem parte dos acontecimentos considerados noticiáveis, impedem que tantos outros sejam publicados, contribuindo para a construção de identidade de um leitor, morador do Rio Grande do Sul e sobre o local onde atua (FELIPPI, 2007).

### **3.2.2 Detalhamentos do levantamento documental**

Definimos como palavra-busca “estupro” para selecionar as reportagens na internet. Iniciamos a busca, inserindo as palavras “estupro; jornal zero hora” no Google. Fizemos a primeira busca pelo Google, pois recentemente o Jornal Zero Hora se uniu com a Rádio Gaúcha, onde foi reformulado e atualizado todo o site, não sendo possível encontrar o ícone busca, específico para o acervo do jornal, diretamente no site “gauchazh.clicrbs.com.br”. Acreditamos que esse detalhe da busca não interferiu na seleção das reportagens, pois ainda foi possível acessar ao acervo do jornal, fazendo esse caminho ao qual descrevemos.

No Google abriram-se diversas páginas, mas a primeira delas é a que nos levou para o acervo do jornal, descrito pelo link <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ultimas-noticias/tag/estupro/>. Abrindo esse link temos um panorama das últimas reportagens publicadas sobre estupro e a possibilidade de ir direcionando a página para baixo, clicando em “exibir mais” e com isso, acessando o restante das reportagens. No site é possível visualizar o conteúdo atualizado em ordem decrescente até o ano de 2012, em que se explicita ser o ano que as publicações online do jornal iniciaram, transformando o conteúdo impresso em versão digital.

A assinatura do Jornal Zero Hora é um detalhe importante no momento da pesquisa ao acervo. Quando não se é assinante, há a possibilidade de acessar três reportagens na íntegra por dia, na quarta reportagem em diante, uma mensagem é ativada, não possibilitando que se leia todo o texto e indicando que se caso queira continuar o acesso, torne-se assinante do

jornal, maiores explicações a partir desse link < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/08/zero-hora-segue-tendencia-mundial-de-cobranca-em-sites-de-noticias-3850710.html>>, disponível no próprio jornal. Com isso, optou-se pela assinatura, desse meio de comunicação, para que fosse possível explorar de forma completa o que o jornal oferece. Após feito o “login” no site, iniciamos a busca pelas reportagens.

Foram coletadas todas as reportagens disponíveis no acervo, tendo como palavra-busca “estupro”. O novo modelo de site do jornal não disponibiliza o número total das reportagens, mas conforme fomos coletando, tendo início em 2012 e finalização no mês de dezembro de 2017, identificamos o número de 365 reportagens ao total, demonstrando um número expressivo de material. Essa coleta foi feita no dia 7 de janeiro de 2018. As 365 reportagens foram baixadas para o computador e, posteriormente, impressas, pois acreditamos que fica mais acessível ver todas juntas para pensar as categorias e estabelecimento dos critérios de exclusão.

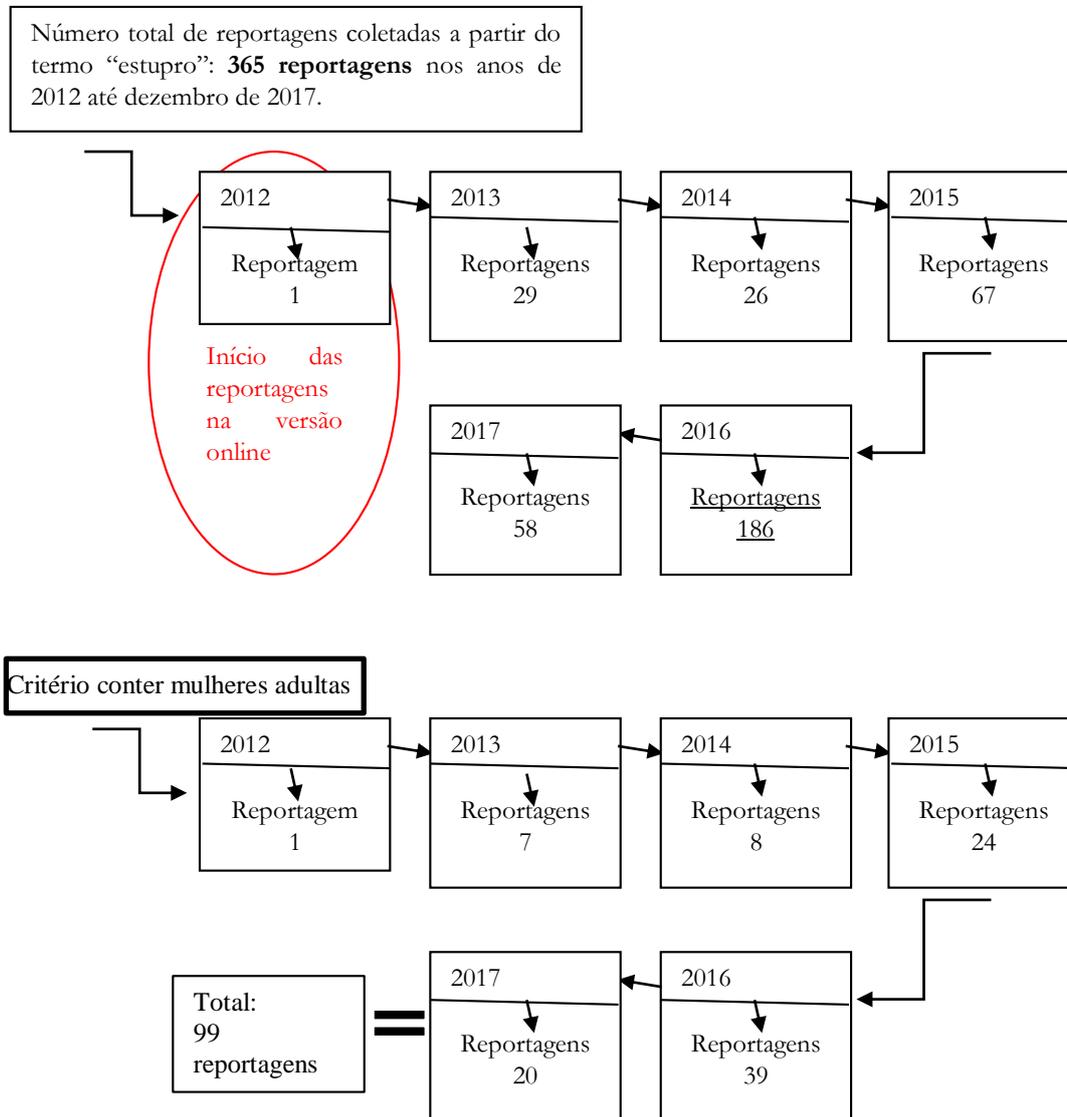
Estabelecemos inicialmente o critério de inclusão das reportagens que tivessem como notícia o estupro de mulheres adultas, acima dos 18 anos. Obtivemos como resultado, ao longo dos cinco anos de levantamento, 99 reportagens envolvendo os relatos de casos de mulheres adultas vítimas de estupro. Esse critério foi estabelecido no intuito de compreender a culpabilização e por acreditarmos que essa destinação da responsabilidade pode ter maior expressão em casos de mulheres adultas.

A organização das referências do material coletado foi feita no mês de julho de 2018. Conforme fomos inserindo os títulos e os links, percebemos que no ano de 2016 o acervo das reportagens não correspondia ao que havíamos coletado no início do ano, no dia 7 de janeiro de 2018 como havíamos mencionado. Essa indisponibilidade das reportagens no atual acervo online do jornal ZH, impossibilitou que colocássemos o link de acesso. Decidimos pela não exclusão dessas reportagens por acreditarmos que a sua indisponibilidade no acervo do site apresenta-se como possibilidade de resultado passível de análise nesse trabalho.

Ao descrevermos as referências, inserimos um número para cada reportagem, o título, dia da publicação, link de acesso e o dia que estava acessando cada uma delas no portal para copiar o link de acesso. Ficou assim: “ZERO HORA, nº. TÍTULO. Dia da publicação. Disponível em: < >. Acesso em: .”, exemplo: ZERO HORA, 1. Marcelinho Paraíba é indiciado por estupro e pode ser condenado a 12 anos. 19 de janeiro de 2012. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2012/01/marcelinho-paraiba-e-indiciado->

[por-estupro-e-pode-ser-condenado-a-12-anos-3636708.html](http://por-estupro-e-pode-ser-condenado-a-12-anos-3636708.html)>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

### Fluxograma - estabelecendo critérios



Fonte: elaborado pela autora

A forma inicial para organização do material empírico, as 99 reportagens, foi a criação de um quadro, constituído por duas categorias: as descrições vinculadas as mulheres em situação de violência sexual e as descrições vinculadas aos homens, autores da violência sexual. Essas duas categorias nos ajudaram a compreender que discursos e formas simbólicas constituíam mais a vítima e outras mais o agressor. Essas categorias foram organizadas em um quadro (APÊNDICE A), onde a partir da leitura atenta das reportagens, fomos separando

e reorganizando os materiais e os discursos noticiados. Sendo assim, esse quadro contendo os discursos e as contextualizações das notícias de estupro, delimitaram a forma como olhamos para todo o acervo.

O material empírico também foi explicitado quantitativamente, onde utilizamos cálculos simples como forma de visibilizar o apanhado total das reportagens. A escolha por uma abordagem quali-quantitativa proporcionou uma organização favorável e de acordo com o número de reportagens analisadas.

### **3.2.3 Hermenêutica de Profundidade (HP) e Análise de Discurso Crítica (ADC)**

Nossa proposta foi realizar uma análise aprofundada dos discursos, das formas simbólicas dispostas nesses materiais. Para esse momento, a metodologia descrita por John B. Thompson (2011), a Hermenêutica de Profundidade (HP), foi nossa referência de análise para as reportagens.

Esse referencial metodológico é caracterizado por três fases: análise sócio-histórica, análise discursiva e interpretação/reinterpretação, com isso, refletem acerca do objeto de análise como uma construção simbólica significativa que exige uma interpretação. Essas fases guiarão o nosso caminho de análise.

Na primeira delas, a fase sócio-histórica, objetiva-se “reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p. 366). Para isso, acreditamos que a representação da mulher, ao longo dos tempos, da feminilidade, assim como, da representação dos homens, da masculinidade, serão elementos importantes de serem estudados na hora de reconstruir essas condições. Além disso, o patriarcado e o papel social e sexual, tanto das mulheres como dos homens, deverão ser trabalhados nessa fase.

A proposta da hermenêutica de profundidade demonstra e “nos recorda que os sujeitos que constituem parte do mundo social estão sempre inseridos em tradições históricas” (p. 360) (THOMPSON, 2011), os seres humanos são parte da história, constituídos e constituintes de contextos sócio históricos. Ao reconstruirmos as situações no espaço e no tempo, voltando a atenção para os campos de interação, às instituições sociais e à estrutura social, poderemos “identificar as assimetrias na distribuição de poder e recursos, abordando temas como classe, trabalho, gênero, etnia, geopolítica, entre outros” (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 88), contribuindo também, na análise dos modos de operação da ideologia.

A segunda fase busca a compreensão dos objetos e expressões que circulam nos campos sociais, tendo em mente, que são “construções simbólicas complexas que apresentam uma estrutura articulada” (THOMPSON, 2011, p. 369), exigindo uma análise formal ou discursiva. A partir dessa análise formal poderemos compreender como o sentido opera, por meio de uma mensagem que é transmitida, seja pela imagem, pela fala ou pela escrita (VERONESE; GUARESCHI, 2006).

Thompson (2011) elenca cinco possibilidades de análise formal ou discursiva, sendo elas: análise semiótica, análise de conversação, análise sintática, análise narrativa e análise argumentativa. Guiaremos-nos por diferentes dimensões (níveis e estrutura), apoiados principalmente em elementos propostos: estruturas não verbais, sintaxe, léxico, significado local da oração, significado global do discurso, esquemas, dispositivos retóricos (c.f., VAN DIJK, 2017, p. 136).

Essas diversas dimensões estão contidas no que entendemos e nomeamos por Análise de Discurso Crítica (ADC) proposta por Van Dijk. A ADC interessa-se no papel do discurso “na instanciação, reprodução de poder e abuso do poder (dominância) e, assim, interessada no estudo detalhado da interface entre o local e o global, entre estruturas do discurso e estruturas da sociedade” (VAN DIJK, 2005, p. 57). A ACD caracteriza sua atenção aos problemas sociais, que estudam em geral muitas formas de (abuso) poder nas relações de gênero, étnicas e de classe, querendo saber como o discurso atua, expressa, justifica ou contribui para a reprodução de desigualdade (VANDIJK, 2005), contribuindo, ainda mais, para o aprofundamento desta dissertação.

A proposta de um estudo do poder social nos guia por diferentes instâncias que podem nos ajudar a compreendê-lo. Essas instâncias estão organizadas a partir da “ênfase e entoação, a ordem das palavras, o estilo lexical, a coerência, os lances semânticos locais, a escolha dos tópicos, a organização esquemática, as figuras retóricas e a maior parte das formas de interação” (VAN DIJK, 2005, p. 39) apontam pistas acerca do poder social.

Na terceira e última fase da HP, teremos espaço para a construção criativa de possíveis significados (VERONESE; GUARESCHI, 2006), tanto o método da análise sócio-histórica quanto o método da análise formal e discursiva contribuem para essa fase de interpretação/reinterpretação. Isso se dá, por meio, da “transcendência da contextualização das formas simbólicas tratadas como produtos socialmente situados (primeira fase), e o fechamento das formas simbólicas tratadas como construções que apresentam uma estrutura articulada (segunda fase)” (THOMPSON, 2011, p. 375). A partir dessas contribuições das fases anteriores, a interpretação/reinterpretação apresenta-se como possibilidade de

transcender os possíveis conflitos que se estabeleceram nessas duas análises anteriores, estabelecendo o potencial crítico da interpretação.

A reinterpretação trata-se de uma explicação interpretativa, onde o referencial teórico consistente dará sustentação as possíveis sínteses que integram “o conteúdo das formas simbólicas à análise do contexto de sua produção” (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 89). A proposta não é acessar e revelar verdades, mas de fazer uma leitura qualificada da realidade tal qual ela se apresenta, considerando os sentidos apreendidos do fenômeno (VERONESE; GUARESCHI, 2006). Com isso, o referencial metodológico da HP, constituído por essas três fases permitirá uma análise crítica do que está sendo produzido nas reportagens. Por mais que tenhamos explicitado a ordem dessas fases, compreendemos que elas se caracterizam no estabelecimento de relações entre a análise sócio histórica, a análise discursiva e a interpretação/reinterpretação. Isso quer dizer que iremos trabalhar essas fases concomitantemente, reconhecendo as potencialidades de cada uma, mas estabelecendo a fluidez no texto e a não separação de cada uma delas.

Além disso, temos como foco a interpretação da ideologia que se apoia em cada uma dessas fases. O que especificaria essa interpretação da ideologia seria a finalidade de realçar as maneiras como o significado serve para estabelecer e sustentar as relações de dominação. Interpretar a ideologia “é explicitar a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este sentido ajuda a estabelecer e sustentar” (THOMPSON, 2011, p. 379). Relações essas que, muitas vezes, “são estabelecidas e sustentadas por estratégias, por práticas, tantas vezes reproduzidas e naturalizadas que eventualmente os próprios atores não tenham consciência de seu potencial opressor” (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 88).

Acerca das funções que a ideologia pode assumir, a interpretação da realidade seria uma delas, assim como, o fornecimento de esquemas práticos de ação, a justificativa da ordem social existente, legitimação dessa ordem como válida para todos, convertendo em natural o que é histórico. Além disso, acaba por efetivar uma relação de domínio existente, onde reproduz o sistema social estabelecido (MARTIN-BARÓ, 2017). Com essa concepção, confluiremos com a proposta de pensar as relações de poder, tendo na assimetria das relações a possibilidade de repensar os diferentes marcadores sociais que se estabelecem.

### 3.2.4 Considerações éticas

Não haverá uma pesquisa com humanos, diretamente, e com isso, não foi necessário passar por um Comitê de Ética. Ainda assim, teremos como balizador da nossa pesquisa o projeto guarda-chuva VIDAS PRECÁRIAS NO CIBERMUNDO – Estudos sobre violências, poder e interseccionalidades dos sistemas hierárquicos, registrado no Gabinete de Projetos do CCSH/UFSM sob o número 23081.018544/2017-27, com aprovação do CEP CAAE 79231217.4.0000.5346, ao qual a dissertação está inserida.

Por mais que estejamos fazendo uma pesquisa que não estará em contato direto com participantes da pesquisa, ainda assim temos questões éticas a considerar. Como Cláudia Fonseca (2010) mesmo refere “a questão ética vai muito além do simples consentimento livre e esclarecido” (p. 45), há a necessidade de discussões constantemente renovadas a fim de examinar as exigências éticas da pesquisa. Ainda refere sobre o pesquisar em humanos e o pesquisar com humanos, atentando para a diferença. O intuito de se propor fazer uma pesquisa com humanos intui que seja a partir de uma construção conjunta, que diz de uma perspectiva onde a técnica, a política e a ética sejam indissociáveis. “Trata-se de uma inquietação ética que não se resolve com uma cartilha de regras nem se restringe a um só momento da pesquisa” (p. 62), entrando em todas as etapas da pesquisa. Com isso, propomos uma pesquisa que não reforce estigmas ou se coloque enquanto verdade incontestável, mas que se comprometa com o cuidado ético, o engajamento político e a competência cívica de travar diálogos nessa construção, acreditamos que isso vale para análise dos resultados e futura expansão de um conhecimento produzido a partir dessa pesquisa.

### 3.2.5 Procedimentos

A partir das 365 reportagens coletadas, percebemos que alguns dados poderiam ser referidos, ajudando a contextualizar melhor as produções disponíveis no Jornal. A coleta foi feita nessa plataforma online, como já referido anteriormente, do ano de 2012 (início das reportagens online) até o final do ano de 2017.

Inicialmente percebemos que algumas reportagens tinham um cunho mais informativo, onde problematizavam assuntos envolvendo a violência sexual, discussões polêmicas envolvendo a Câmara de Vereadores, projetos de leis e entrevistas com pessoas envolvidas na temática. Ao total foram 61 reportagens de cunho mais teórico-reflexivo, contabilizando 16,71% de todo o acervo.

Vale ressaltar que um caderno em específico foi apresentado, cujo caráter era teórico-reflexivo. Eram cinco reportagens divididas em: capítulo 1 – o terror desconhecido; capítulo 2 – o terror conhecido; capítulo 3 – as denúncias retiradas; capítulo 4 – um único preso; e por fim, capítulo 5 – violência sem sexo. Esse dossiê foi apresentado no ano de 2016 e com o material exposto em sequência. Acreditamos na influência e importância de dar visibilidade a discussões que possam aprofundar a temática da violência sexual, ainda mais quando estamos falando de um jornal, uma mídia online com ampla expansão.

O ano de 2016 teve o maior número de reportagens publicadas no jornal analisado, referente a casos de estupro, foram 186 reportagens, totalizando 50,95% de todo acervo. O principal caso noticiado foi do estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos, em que o vídeo do estupro circulou nas redes sociais. Desse caso, em específico, tivemos 58 reportagens, contabilizando 30,18% das reportagens no ano de 2016. Acreditamos que o alto número de reportagens envolvendo o mesmo caso, ocorrido no Rio de Janeiro, está relacionado a grande mobilização pública e interesse no desdobramento desse caso em específico.

Ainda assim, gostaríamos de chamar a atenção para o restante das reportagens que não fazem parte do material teórico-reflexivo, nem da coleta a partir do critério mulheres adultas. Temos 206 reportagens que explicitam casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes, contabilizando 56,43% de todas as reportagens disponíveis. É expressivo o número de casos e nos movimenta a pensar sobre a implicação da divulgação exacerbada de casos envolvendo o estupro de crianças e adolescentes.

Nessa busca ainda geral envolvendo o estupro, percebemos que ao estabelecermos o critério de materiais envolvendo mulheres adultas, a partir dos 18 anos, encontramos 99 reportagens. Isso contabiliza 27,12% de todo o acervo e direciona a nossa pesquisa para olhar para esse material em específico. Os extratos das reportagens analisadas ao longo dos resultados e discussões serão apresentados por ordem numérica conforme a data de publicação antecedida pela letra R de reportagem, exemplo R1 – referente a reportagem publicada).

Referimos que o acesso e a publicação de reportagens online não demonstra o número exato de vítimas ou de agressores, pois um mesmo caso pode ter diversas reportagens publicadas. Por isso, acreditamos que seja necessário exemplificar alguns desses casos que foram expressos em mais de duas reportagens. O caso de um estupro ocorrido na Praia Brava Itajaí teve 4 reportagens publicadas (R18, R19, R20, R21); o caso de uma tentativa de estupro no Parque Redenção/POA teve 5 reportagens publicadas (R22, R23, R24, R25, R26); o caso

do homem que ejaculou em uma mulher no ônibus teve 4 reportagens publicadas (R96, R97, R98, R99); o caso envolvendo o médico Roger Abdelmassih e as diversas vítimas foram noticiadas em 5 reportagens (R12, R61, R89, R91, R93); o caso de outro médico, nutrólogo Omar César Ferreira de Castro teve 9 reportagens publicadas (R41, R43, R45, R46, R49, R51, R52, R54, R90); e por fim, outro caso que teve maiores desdobramentos e publicações foi o caso envolvendo o vereador/pastor Marco Feliciano que teve 7 reportagens publicadas (R67, R68, R70, R71, R72, R73, R74). São casos que de alguma forma motivaram maior mobilização, por vezes, nas redes sociais e o fato de envolver pessoas em posições de maior visibilidade. Essas reportagens foram contabilizadas individualmente, mesmo se referindo aos desdobramentos de uma mesma história.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nosso objetivo no presente capítulo é analisar como a mídia online constrói sentidos acerca da violência sexual contra as mulheres, identificando possíveis estratégias ideológicas utilizadas que podem estar reforçando a cultura do estupro. Além disso, nos interessou identificar como as vítimas e os agressores são descritos na mídia online, bem como, observar se as interseccionalidades (entre gênero, classe e raça) são consideradas nas matérias.

### 4.1 SOBRE AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Nesse primeiro eixo, nosso intuito será problematizar os diversos contextos envolvendo os casos de mulheres em situação de violência sexual. Dividimos em três tópicos, onde primeiramente discutiremos os contextos atribuídos a partir das esferas públicas, privadas e os roteiros de estupros descritos por meio desses locais; o segundo tópico abordaremos como a expressão da esfera pública, implicada em roteiros de estupro, apresentando relações com a contextualização de festas e consumo de bebidas por parte das mulheres em situação de violência sexual. E por fim, o terceiro tópico nos proporcionará a reflexão a partir dos contextos estabelecidos anteriormente e as contribuições para a representação do que compreenderemos como “vítima ideal”.

O termo contexto, utilizado na descrição dos subcapítulos, foi inspirado em Van Dijk (2017), em que contexto é compreendido por categorias que podem expressar a situação, o cenário (tempo, espaço), as ações em curso, tendo como possibilidade a definição da situação comunicativa. Definição essa, que poderá “interferir, reforçar ou, por outro lado, transformar as relações” (VAN DIJK, 2017, p. 121), dando-nos a possibilidade de reconhecermos os contextos utilizados nas descrições de casos de estupro envolvendo mulheres adultas e os sentidos atribuídos.

Os contextos utilizados para pensar a cultura do estupro foram definidos a partir de alguns mitos envolvendo o estupro. Relembrando que, segundo Martha Burt (1980) e April Cobos (2014) os mitos de estupro são estratégias utilizadas para minimizar a violação da vítima, negando ou reduzindo o prejuízo percebido, culpando a vítima por sua própria vitimização, que por vezes, decorrem dos lugares onde as vítimas estavam, da roupa que utilizavam ou do comportamento expressado (BURT, 1980; COBOS, 2014, tradução nossa). Com isso, contextualizamos e fomos reduzindo o número de reportagens conforme visibilizamos casos na esfera pública, a noite e em festas, podendo explicitar o consumo ou

não de bebidas alcóolicas ou de drogas pela vítima, entendendo que por meio dessas especificações, poderemos compreender algumas manifestações da cultura do estupro.

Ressaltamos ainda, que dados acerca do recorte de classe não foram substanciais para serem apresentados como categoria, já que a tentativa de estabelecer esse critério se dava por suposições e não por informações reais. Assim como, o recorte de raça não pode ser explicitado, também, por falta de informações nas reportagens envolvendo a descrição das mulheres em situação de violência sexual.

#### **4.1.1 Contexto: o público, o privado e os roteiros de estupro**

A história dos contratos sociais nos ajudam a compreender o estabelecimento da sociedade civil, sua saída do regime paterno ou patriarcal, constituída então, a partir de uma história de liberdade civil e equitativa. Carole Pateman (1993) nos convoca a reconhecer o quanto ficamos concentrados em apenas um lado da história, lembrando-nos que para além do contrato social, fomos cerceados, também, pelo contrato sexual. O contrato sexual se estabelece por meio do direito político enquanto direito patriarcal, onde compreenderíamos melhor o poder que os homens exercem sobre as mulheres.

O contrato é encarado, muitas vezes, como um paradigma do livre acordo, onde esquecemos que as mulheres não nascem livres e não são detentoras dessa liberdade natural (PATEMAN, 1993). Esse paradigma do livre acordo remete a cosmovisão do liberalismo individualista, em que a concepção do ser humano é entendida a partir do indivíduo, livre e centro de tudo (GUARESCHI, 2012), reforçando a ideia, muitas vezes, da meritocracia e esquecendo das intersecções que podem corroborar ou dificultar a inserção na sociedade de forma equitativa.

Ao problematizarmos o livre acordo, relembremos que no contrato de casamento, por exemplo, as mulheres foram, por muito tempo, o objeto do contrato e ainda são em determinadas culturas (PATEMAN, 1993). Além de objeto do contrato, “as mulheres são transacionadas como escravas, servas e prostitutas, mas também simplesmente como mulheres” (RUBIN, 1993, p. 8), demonstrando as implicações da construção social de gênero.

Os homens e os atributos referidos a masculinidade contribuem para a ideia de que são eles, pessoas detentoras de capacidades necessárias para participação dos contratos e da esfera pública, relegando as mulheres à esfera privada (PATEMAN, 1993). Esse caminho histórico dos contratos sociais e sexuais contribuem no aprofundamento das discussões de gênero e sexo, onde partimos de que “a diferença sexual é uma diferença política, assim como, a

diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição” (PATEMAN, 1993, p. 21). Tentando assim, a partir das diferenças, estabelecer o caminho que faremos para um percurso coletivo, em conjunto, compreendendo as diferenças de forma relacional, entre as masculinidades e feminilidades.

Por vezes, a oposição feita entre a esfera pública, compreendida como o domínio da autonomia e da liberdade civil, e a esfera privada, descrita pelo domínio da sujeição e das hierarquias “naturais” (BIROLI, 2014b), balizou os domínios compreendidos e destinados aos homens e as mulheres, respectivamente. Com isso, acrescentamos que “é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática” (BIROLI, 2014a, p. 33). A partir disso, compreendemos a complexidade assumida quando falamos em público, privado e as possíveis intersecções de gênero.

A violência sexual se apresenta como uma ameaça difusa para as mulheres, podendo ser pensada como um dos aspectos que as definem como um grupo social distinto dos homens (BIROLI, 2014b). Essa ‘estratégia’, se é que podemos chamar assim, contribui para a perpetuação da dominação masculina e pela expansão do medo, em que a ameaça de um tipo de violência e violação como essa, (re)configura e mantém a mulher na esfera privada. Mas seria essa esfera privada segura?

Os dados disponíveis, a partir das 99 reportagens, demonstraram que os casos de estupro e tentativas de estupro noticiados, ocorridos na esfera pública foram expressão em 54 reportagens (R1, R2, R3, R4, R6, R8, R11, R14, R15, R16, R17, R18, R19, R20, R21, R22, R23, R24, R25, R26, R27, R30, R31, R32, R33, R34, R36, R37, R38, R39, R40, R42, R44, R47, R55, R56, R59, R60, R64, R65, R69, R76, R78, R81, R83, R85, R87, R88, R92, R95, R96, R97, R98, R99) contabilizando 54,54% do material, demonstrando ser a maioria dos casos noticiados. Ainda percebemos que 38,38% das reportagens levantadas, isto é, 38 reportagens, apontam que os casos de estupro e tentativa de estupro foram exercidos na esfera privada. Por esfera privada, destinamos os casos noticiados que referiam a residência da vítima ou ainda, a espaços como o consultório médico, onde a privacidade apresenta-se como critério, mesmo que não respeitado nesses casos de violência. O restante, 7 reportagens, não referiam o local onde a mulher em situação de violência sexual se encontrava ou, ainda, referiam a casos que foram noticiados como falsa comunicação de caso de estupro, contabilizando 7,7% do material.

Pensando na esfera pública e na implicação de gênero, recorreremos para a explicitação de algumas reportagens, onde as violências sexuais foram expressas enquanto as mulheres

estavam na esfera pública. A seguir alguns trechos que contextualizavam as notícias de estupro:

*“Caminho que faz para ir ao trabalho”*. Tentativa de estupro, esfera pública – R15;

*“Mulher abordada em uma parada de ônibus”*. Estupro, esfera pública – R60;

*“Mulher seguia para o trabalho quando foi abordada em uma parada de ônibus”*. Estupro, esfera pública – R83.

Recorremos a discursos como esses para refletirmos o quanto a esfera pública pode ser noticiada de forma a incitar o medo, mas ainda mais de fazer repensarmos se o espaço público de fato é um lugar possível e seguro para as mulheres. Ou ainda, será que podemos falar em um espaço público seguro para alguém? Dados referem que a esfera pública apresenta expressões a partir de homicídios, acidentes de transporte e suicídios, onde o recorte de gênero é destinado aos homens, que contabilizam 1,5 milhões de mortes anuais por causas violentas (WHO, 2010). Seria a esfera pública um lugar de expressões distintas da esfera privada quando falamos em violência sexual contra as mulheres? Ou ambas esferas são sustentadas pelo mesmo sistema?

Com isso, os casos que envolveram a tentativa de estupro ou o estupro na esfera privada devem ser, também, reconhecidos e ainda, possibilitar a desmistificação de que mulheres que estão na rua, na esfera pública, tem alguma responsabilidade pela violência sofrida, como se o estupro fosse perpetuado apenas em becos escuros. São casos que nos ajudam a refletir acerca das diversas expressões que a violência sexual contra as mulheres apresentam. Como já explicitado, os casos envolvendo estupro na esfera privada foram expressão em 38 reportagens, contabilizando 38,38% do acervo<sup>3</sup> (R7, R9, R10, R12, R13, R28, R29, R35, R41, R43, R45, R46, R48, R49, R50, R51, R52, R53, R54, R61, R63, R66, R67, R68, R70, R71, R72, R73, R74, R75, R77, R79, R84, R86, R89, R90, R91, R93). Explicitaremos alguns trechos de reportagens:

*“Homem é preso após estuprar ex-esposa pela segunda vez”* – R7;

*“Foragido invade casa e estupra idosa”* – R9;

---

<sup>3</sup> O acervo contabiliza 99 reportagens.

*“Ex-médico condenado por 56 estupros de pacientes” – R12;*

*“A idosa estava sozinha em casa quando um homem entrou na residência e a estuprou” – R13.*

Os mitos de estupro seriam estratégias utilizadas com o intuito de minimizar a lesão da vítima, negando ou reduzindo o prejuízo percebido, culpando a vítima por sua própria vitimização (BURT, 1980; COBOS, 2014). Reconhecer que os agressores podem ser conhecidos, vinculados a esfera privada, pode nos ajudar a desmistificar a crença e a responsabilização destinada as mulheres que saem à noite, participam de festas, por exemplo.

Por mais que tenhamos expressões consideráveis em casos noticiados de tentativa ou de estupros efetivados, vinculados a esfera privada, ainda assim é a esfera pública que nos disponibiliza pensarmos a responsabilização das vítimas pela estupro sofrido. Com isso, para refletirmos acerca das possíveis expressões de culpabilização das vítimas, seguimos a análise das reportagens a partir da categoria esfera pública, reduzindo nosso número total de 99 reportagens para 54 reportagens que noticiaram casos de violência sexual na esfera pública.

“Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”, pesquisa feita pelo IPEA, que encontrou alto grau de concordância entre os entrevistados, contabilizando 58,5% acerca dessa assertiva. Refere ainda que por trás dessa afirmação está a noção de que os homens não controlariam seu apetite sexual, destinando as mulheres a reponsabilidade, como se provocassem e expressando a necessidade de controle do comportamento da mulher e não do agressor.

Aimê Peixoto e Bárbara Nobre (2015) referem que a responsabilidade destinada às mulheres, em casos de violência sexual, tem argumentos respaldados desde a roupa curta demais, a ingestão de bebidas alcoólicas ou, ainda, o fato de saírem de casa tarde da noite desacompanhadas. Atentando a essas argumentações, reconhecemos a categoria ‘noite’, como um possível agravante, atribuindo as mulheres a responsabilidade pela violência sexual sofrida. Por meio, das 54 reportagens de estupro ou tentativa de estupro noticiadas na esfera pública, 27 delas ocorreram à noite (R1, R2, R4, R9, R10, R13, R18, R19, R20, R21, R27, R30, R31, R33, R36, R47, R55, R59, R60, R64, R65, R78, R81, R85, R87, R88, R92), contabilizando 50%.

Obviamente que a publicação de casos de estupro ocorridos na esfera pública e à noite, por si só, não demonstram uma destinação da culpa às mulheres em situação de violência sexual. Podemos referir que esses recortes (esfera pública e a noite) apresentam-se como um pano de fundo e uma construção de um cenário de risco que nos ajudará a refletir em que

contextos a responsabilidade pela violência sofrida demonstra-se de forma mais aceitável. Os roteiros de estupro contribuem na criação de expectativas envolvendo a violência sexual e a perpetuação da representação da vítima ideal, em que essas expectativas também referem-se ao cenário descrito nas reportagens.

#### 4.1.2 Contexto: festas e consumo de bebidas

Essas 27 reportagens noticiadas com casos de estupro ou tentativa de estupro na esfera pública à noite, nos encaminha para outro recorte. Atentamos que notícias que referem acerca da participação da vítima em uma festa ou ingerindo bebidas alcoólicas demonstram especulações e podem gerar dúvida, em relação ao acontecimento (COBOS, 2014).

A contextualização das reportagens que envolviam a esfera pública, a noite e a explicitação do local onde a vítima estava, sendo esse local de festas, bares e afins, foi apresentada em 16 reportagens, contabilizando 59,25% das reportagens que noticiavam o estupro na esfera pública e a noite (R1, R2, R4, R18, R19, R20, R21, R30, R31, R33, R59, R78, R85, R87, R88, R92). Explicitaremos alguns trechos em que se especifica o local onde a vítima estava:

*“Ela saiu com um rapaz de um **baile** na madrugada”*, vítima de 21 anos, estupro, esfera pública, noite, festa – R2;

*“Segundo relato da vítima, os homens a abordaram após um **baile-funk**”*, vítima de 18 anos, esfera pública, noite, festa – R4.

*“A jovem não informou exatamente onde era **a festa**, conforme a polícia”*, vítima de 18 anos, estupro, esfera pública, noite, festa – R4;

*“O local onde a mulher foi encontrada, é **local de bares e casas noturnas**, que funcionam especialmente no verão (...)”*, vítima de 31 anos, estupro, esfera pública, noite, festa - R18.

*“Ela (vítima) estava em **uma festa**”*, vítima de 21 anos, estupro, esfera pública, noite, festa – R59;

“*Ela (vítima) estava em **um bar***”, vítima de 34 anos, estupro, esfera pública, noite, festa – R78;

“*A jovem e a irmã dela saíam de **uma festa***”, vítima de 18 anos, estupro, esfera pública, noite, festas – R87;

“*Vítima relatou que estava em **um bar***”, vítima de 42 anos, estupro, esfera pública, noite, festas – R88;

“*Ela foi atacada quando voltava de **uma festa***”, vítima de 21 anos, estupro, esfera pública, noite, festas – R92.

Esses discursos contribuem com a responsabilização da mulher que, a partir do seu roteiro do estupro, reconfigura a dúvida e a abrangência de possíveis especulações sobre seu trajeto, colocando em jogo a sua escolha de ter saído. A estratégia ideológica nomeada por narrativização expressa “exigências inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável” (THOMPSON, 2011, p. 83). Reconhecemos que ao descrever os locais onde as vítimas estavam, principalmente quando se refere a bares e festas, acaba contribuindo com a legitimação de um perigo eminente assumido pela mulher que decidiu sair de casa.

Outro *modus operandi* da ideologia é possível de ser identificado quando falamos em notícias que referem que as mulheres estavam em festas e bares, a dissimulação. A estratégia utilizada é de deslocamento, onde a transposição de conotações positivas ou negativas são associadas as pessoas ou aos objetos (THOMPSON, 2011). Com isso, mesmo que sejam notícias de estupros a referência de que a vítima estava em um festa, desloca a atenção da violência sofrida para o contexto onde isso ocorreu, podendo demandar a responsabilidade à mulher, já que há conotações negativas envolvendo festas e bares quando falamos em violência sexual.

Compreendendo que a forma como os locais são descritos e atribuídos aos casos de estupro vão ter implicações na responsabilização destinada as vítimas, percorremos as reportagens com o intuito de contextualizar a faixa etária das mulheres em situação de violência sexual. Constatamos que 38 reportagens não referiam a idade das mulheres, vítimas de violência sexual (R3, R12, R16, R17, R28, R29, R35, R37, R41, R43, R44, R45, R46, R47, R49, R51, R52, R54, R55, R57, R61, R63, R64, R65, R66, R69, R75, R85, R89, R90,

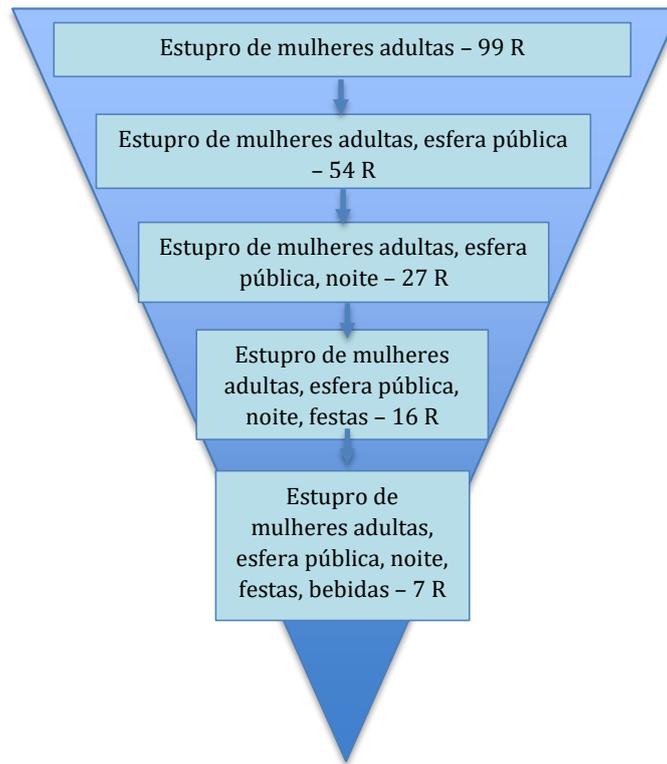
R91, R93, R94, R95, R96, R97, R98, R99), mas, ainda assim, possibilitavam, a partir de termos e da contextualização da reportagem, o entendimento de que se tratavam de mulheres maiores de idade permanecendo assim, na análise. A maior parte das reportagens que não referem a faixa etária eram de casos em que envolviam várias vítimas, como os casos conhecidos dos médicos Roger Abdelmassih e do nutrólogo Omar César Ferreira de Castro ou, também, casos em que se priorizava a privacidade das vítimas não referindo esse dado.

Percebemos que a faixa etária referida e mais noticiada, foram a de mulheres com idade entre 18 anos e 25 anos. Nessa faixa de idade, tivemos 35 reportagens (R2, R4, R5, R6, R11, R14, R15, R22, R23, R24, R25, R26, R27, R30, R31, R32, R33, R36, R42, R50, R56, R58, R59, R62, R67, R68, R70, R71, R72, R73, R74, R83, R84, R87, R92). Na faixa dos 25 anos aos 35 anos foram 10 reportagens (R1, R18, R19, R20, R21, R77, R78, R79, R81, R86). Na faixa entre os 35 anos e 50 anos foram 10 reportagens também (R7, R34, R39, R40, R48, R60, R76, R80, R82, R88). A partir dos 50 anos foram referidas 5 reportagens (R38, R9, R10, R13, R53).

Dados como esses são possíveis, pois as reportagens disponibilizam uma contextualização histórica maior em relação a vítima e ao estupro. Além disso, o local referente a festas e bares, que podem ter implicações na interpretação e na responsabilização dos casos de estupro, são também reportagens que envolvem vítimas de idades mais jovens. Lembrando que entendemos as relações estabelecidas entre jovens e a participação maior e mais frequente em festas, mas o que tentamos contextualizar é que desde a descrição do local, como festas e bares, já responsabiliza, de certa maneira, a mulher. Atentar para a idade é refletir sobre que mulheres estamos falando e com isso, os locais descritos, que responsabilizam de certa forma pelo estupro sofrido, referem-se também à mulheres jovens.

Além disso, a expressão de reportagens referindo o consumo de álcool por parte da vítima, está intimamente ligada as categorias estabelecidas anteriormente, a esfera pública, noite e festas, com o qual já contabilizamos 16 reportagens. Desse material, 7 reportagens ainda referiam o consumo de bebidas alcoólicas por parte da vítima (R18, R19, R20, R21, R31, R59 e R85), contabilizando 43,75% das reportagens de estupros ou tentativas de estupro na esfera pública, a noite, em festas.

Figura 1 - Os contextos e número de reportagens encontradas:



Fonte: elaborado autora

Atribuições individuais de culpa e responsabilidade a mulher pode ter mais influência quando manifesta a capacidade de resistir da vítima. Esta capacidade apresenta-se como mais evidente se a mulher não usasse álcool, por exemplo, refletindo assim, o mito de que as mulheres precipitam ou facilitam o estupro por não resistirem efetivamente. Não resistir “adequadamente” sugere que as mulheres podem ser vistas como culpadas pelo estupro (HOCKETT; SAUCIER; BADKE, 2016).

A seguir, alguns trechos das reportagens que descreveram o consumo feito pela vítima, colocando em jogo a capacidade de resistir ou não na mulher em situação de violência sexual. Atentamos ainda, que os discursos escolhidos que explicitaram esse consumo foi proferido por profissionais envolvidos no acolhimento e encaminhamento dessas mulheres.

*“Ela estava em uma festa quando recebeu um copo de bebida alcoólica e, após ingeri-la, tem pouca lembrança do que aconteceu. Depois disso ela foi levada para um veículo onde o crime foi cometido”,* refere advogada. Vítima 21 anos, estupro, esfera pública, noite, festas e bebidas – R59.

Outro caso:

*“O delegado explica que foi solicitada perícia médica no corpo dela para apurar se houve abuso sexual e o exame toxicológico para verificar se a mulher fez uso de drogas ou álcool”, diz delegado responsável pelo caso. Vítima 31 anos, estupro, esfera pública, noite, festas e bebidas – R21.*

O caso do estupro e da sua contextualização se fazem necessárias para os leitores compreenderem do que se trata, mas será que a expressão do consumo ou apenas a dúvida se houve consumo ou não, viabilizará uma reportagem que não tem o intuito de culpabilizar a vítima? Parece-nos que essa forma de estrutura, noticiando casos de estupro, possibilita responsabilizar a mulher pela violência sofrida, além de gerar dúvida acerca do estupro.

Nesses recortes de reportagem, podemos perceber o uso da dissimulação como uma das estratégias ideológicas. Este tipo de estratégia é utilizada, muitas vezes, desviando a nossa atenção e passando por cima de relações e processos existentes (THOMPSON, 2011). Desvia nossa atenção da violência sexual ocorrida, redirecionando para o uso do álcool ou alguma outra droga, abrindo espaço para culpabilizar a mulher.

A estratégia ideológica de narrativização também apresenta-se nessas reportagens que recorrem à tradições a partir de narrativas de eventos anteriores que legitimam o evento atual (THOMPSON, 2011). Ao visibilizarem a narração apenas das ações anteriores da vítima, acabam configurando o estupro e o legitimando como uma consequência a partir do comportamento “inadequado” da vítima noticiada.

O uso do álcool é assumido como algo que a vítima mulher poderia ter evitado, para assim ter maior capacidade de resistir as investidas do agressor. Essa incapacidade de resistir ao agressor, destina a mulher a culpa e a responsabilidade pela violência sofrida. Já o uso do álcool ou outras drogas pelos perpetradores da violência sexual, pode ser utilizada como causa para tal consequência, desresponsabilizando o agressor (HOCKETT; SAUCIER; BADKE, 2016). A seguir, outro trecho de reportagem, explicitando essa possível desresponsabilização do agressor:

*“A lagoa está complicada, é muito frequentada por usuários de drogas. Não atacam ninguém porque ninguém mais vai lá, a*

*presença deles intimidada*”, depoimento de um guarda-vidas. Vítima de 31 anos, estupro, esfera pública, noite, festas e bebidas - R19.

Ao afirma-se que “*Não atacam ninguém, porque ninguém mais vai lá*”, a reportagem apresenta a mulher que sofreu o estupro como alguém que assumiu o risco de ir até aquele local, com isso pagou o preço cobrado e pelo visto, já sabido pelas pessoas da região. A descrição deixa claro que a mulher estava no lugar errado, destinando a ela a responsabilidade do estupro.

A desresponsabilização do agressor caminha junto com a destinação da responsabilidade para a vítima. A reportagem e o trecho explicitado não deixa claro se a violência sexual foi perpetrada por um usuário de droga, mas podemos problematizar o fato de que enquanto o consumo de álcool e drogas feito pela mulher pode apresentar-se como uma informação relevante acerca da veracidade do estupro, o mesmo consumo, só que agora feito pelo agressor, se assim ele tiver feito, toma outro lugar, o lugar do ‘já sabido’, que avisa acerca da possibilidade de um ataque e que deveria, com isso, preparar as mulheres para estarem mais atentas, desresponsabilizando o agressor da violência exercida.

Atentamos ainda para o lugar dos discursos proferidos por profissionais envolvidos no acolhimento e encaminhamento de mulheres em situação de violência sexual. O acesso a formas específicas de discurso (como o político, científico ou da mídia) é em si um recurso de poder (VAN DIJK, 2017). Ajuda-nos a compreender as relações estabelecidas entre discurso e poder, pois ao termos o discurso vinculado na mídia e proferido por profissionais, reconhecemos a contribuição e o lugar de poder ocupado. Apontamos a isso, pois acreditamos na importância de entendermos o lugar que o discurso pode ocupar e a teia de poder que pode ser estruturada a partir dos sentidos atribuídos. Sentidos esses, que interferem na prática dos profissionais, mas principalmente, quando proferidos nas reportagens, contribuem para o estabelecimento da dúvida acerca da veracidade do estupro.

#### **4.1.3 Os contextos e o caminho para a representação da vítima ideal**

Apresentaremos nesse tópico os discursos e casos que podem nos ajudar a compreender as implicações da noção de vítima ideal em casos noticiados de estupro, a partir dos contextos explicitados anteriormente, a esfera pública, a noite, em festas e consumindo bebidas, refletindo acerca das relações estabelecidas. As noções de mitos envolvendo o estupro e, ainda, os roteiros esperados de um estupro caracterizam-se por expectativas

irrealistas, onde apresentam o que há de específico, estereotipando o estupro. Os roteiros demonstram uma imagem, por exemplo, de “vítima ideal” (HOCKETT; SAUCIER; BADKE, 2016) que contribui no crescimento de expectativas em relação a vítima.

Denise Jodelet (1989) compreende que as representações sociais seriam “como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais” (JODELET, 1989, p. 5). A construção dessa compreensão de “vítima ideal” é permeada por representações sociais que guiam a forma como as mulheres em situações de violência sexual serão reconhecidas.

Pensando em sistemas de valores que podem guiar a construção de uma “vítima ideal”, Susan Griffin (1971) aborda um ditado que diz: “o que uma vez foi contaminado não pode mais ser violado” (p. 30, tradução nossa), destina-se a espera de um comportamento civilizado feminino que se constitui a partir da castidade antes do casamento e fidelidade dentro dele. A partir disso, historicamente, vamos constituindo crenças e suposições de que uma mulher que não respeita os padrões estabelecidos merece tudo o que recebe ou, pelo menos, pede (GRIFFIN, 1971).

Padrões estabelecidos e a espera de comportamentos civilizados por parte das mulheres, como possibilidade de não serem violadas, contribui para pensarmos nos contextos estabelecidos anteriormente. A ocorrência do estupro na esfera pública e a noite, atribuindo a ida em festas pela vítima, o consumo ou não de bebidas alcóolicas, destinam uma maior culpabilização e responsabilização das mulheres nos casos de estupro noticiados. Estabelece e constrói, com isso, os roteiros esperados e as expectativas envolvidas quando estamos falando de estupro de mulheres.

A noção de “vítima ideal”, muitas vezes, representada como uma mulher branca, não intoxicada e ‘respeitável’ (HOCKETT; SAUCIER; BADKE, 2016), nos fez refletir acerca dos relatos e trechos de discursos proferidos pelos profissionais envolvidos no atendimento e encaminhamento das mulheres em situação de violência sexual. Nos indagamos, principalmente, acerca dos impactos da expectativa da vítima ideal, perante a prática de cuidado desempenhada pelos profissionais. A seguir, um trecho da fala de um dos profissionais envolvidos no atendimento:

*“Comecei a conversar com ela, mas ela falava coisas cronologicamente **desconexas**”,* relatou o bombeiro que prestou ajuda para a mulher encontrada em um matagal. Vítima 31 anos, estupro, esfera pública, noite, festas e bebidas - R18.

A partir do dicionário Aurélio, procuramos o significado da palavra ‘conexão’, sendo ela: “relação de dependência; em que há lógica, nexos; coerência” (FERREIRA, 1988). Percebemos que ao caracterizar a fala da mulher em situação de violência sexual, como uma fala desconexa, há implicitamente um pedido de coerência e isso se dará em outros trechos de reportagens.

A vítima ideal está inserida nos scripts interpessoais que representam o mecanismo pelo qual as identidades apropriadas são feitas congruentes com as expectativas desejadas (SIMON; GAGNON, 1986, tradução nossa). Essa relação dos scripts com as expectativas desejadas conflui com os discursos de pedido de coerência, atentamos para o próximo trecho de uma das reportagens:

*“Existe muita coerência nos históricos trazidos pelas 14 mulheres ouvidas, que até então não se conheciam, e sobre os detalhes de como o médico abusava delas”,* refere delegado responsável pelas investigações. Estupros, esfera privada e durante o dia. – R45.

Novamente, a coerência aparece como importante na hora de definir se há ou não veracidade no relato das mulheres. A legitimação, enquanto estratégia ideológica foi utilizada, apresentando-se a partir dessa espera por um relato coerente, onde busca a racionalização e a produção de uma cadeia de raciocínio condizentes (THOMPSON, 2011). Com isso, se a cadeia de raciocínio não se apresentar de forma clara e coerente, os discursos parecem perder a credibilidade e sua legitimação. Esse caso também apresenta especificações distintas, refere-se a casos de estupro ocorridos em um consultório médico, definido por nós, como esfera privada e ocorridos durante o dia. Além dos históricos trazidos pelas 14 mulheres, seria o contexto noticiado mais passível de ter coerência? Seriam essas a expressão das vítimas ideais?

A coerência nesse caso apresenta-se no contexto grupal, onde diversas mulheres relataram as violências sexuais sofridas. Com isso, como poderemos falar e encontrar coerência no discurso singular? Os exames e provas por meio do corpo da mulher que sofreu a violência sexual, demonstra ser a principal forma de validar a sua denúncia. Segundo Arielle Scarpati e Valeschka Guerra (2013) o enfraquecimento da denúncia verbal, destina ao corpo a resposta para o estupro e fomenta o mito de que as mulheres que de fato sofreram estupro terão marcas visíveis em seus corpos. Nosso intuito não é desqualificar a prática de exames e

a configuração de provas, mas problematizar a fragilidade destinada aos relatos de mulheres que sofreram o estupro e de mitos que corroboram com a culpabilização das mesmas referidas nas reportagens.

A detalhada descrição de estados variados de alteração, seja emocional, seja por uso de substâncias corrobora com o estereótipo da vítima “ideal”, já que fortalece a ideia de que mulheres que não correspondem a esse estereótipo podem ter reponsabilidade na violência sofrida. A partir dos roteiros de estupro, a expectativa por uma vítima “ideal” é percebido nessa espera de um relato condizente, coerente, que possa ser repetido e elaborado de forma clara e quando não referido dessa forma, fica passível de dúvida. O próximo discurso é referente a um outro caso de estupro que contribui na explicitação dessa cobrança por um relato coerente:

*“-ela estava muito **abalada psicologicamente**, disse que havia sido abusada sexualmente por três homens, mas em seguida falou que eles já estavam presos. Não sei se ela estava em choque **ou sob efeito de entorpecentes, porque estava com as pupilas bastante dilatadas**”, relato do guarda-vidas que socorreu. Vítima de 31 anos, estupro, esfera pública, noite, festa - R18.*

O problema está na descrição do caso, mas também na forma como a mulher em situação de violência sexual, foi percebida pelo profissional que a socorreu, mas a cadeia de raciocínio, estratégia ideológica de racionalização (THOMPSON, 2011) explicitada pela reportagem. Por estar abalada psicologicamente e por não apresentar coerência, a mulher em situação de violência sexual é caracterizada a partir do choque ou sob efeito de entorpecentes. A última frase apresenta-se como justificativa para afirmação do efeito de entorpecentes, “*porque estava com as pupilas dilatadas*”, redirecionando o discurso da violência, muita mais para o uso de drogas, do que para a violência sofrida, colocando em xeque a confiabilidade da vítima.

Atentar a isso, é reconhecer que as expectativas envolvendo a vítima, caracterizada como ideal, limita como as mulheres em situação de violência sexual serão reconhecidas ou não a partir desse parâmetro do que se espera. Consequentemente, se essa mulher não corresponde a esse ‘perfil’ de vítima ideal fica passível de julgamentos e intervenções que podem desrespeitar, assim como definir se será reconhecida como vítima ou não, se será responsabilizada ou não pela própria violência sofrida.

A escala de gravidade dos crimes em uma sociedade de classes, distribui o peso das violências segunda a condição das vítimas. “A posição social é decisiva. A dignidade do ‘ofendido’ orienta o cálculo e indica a extensão do mal. O direito apenas determina a força. Legitima uma relação de poder; não se funda sobre a equivalência entre indivíduos, mas sobre uma hierarquia entre sujeitos” (VIGARELLO, 1998, p. 23). A dignidade da ofendida e o reconhecimento da extensão do mal parecem não ter sido levados em consideração no caso acima, reproduzindo outras violências ao longo do percurso. No registro da ocorrência, as expressões utilizadas pelos profissionais responsáveis, demarca ainda mais o descompromisso com o cuidado, referindo:

“O policial escreveu expressões como ‘boquete triplo’, ‘fizeram anal e vaginal’, ‘não usaram camisinha, no pelo’, e ainda **‘que a declarante só gritou quando empurraram um galho de árvore na sua bunda’**”, Vítima de 34 anos, estupro, esfera pública, noite, festa – R78.

“A *declarante só gritou quando*” apresenta como se anterior ao grito, a mulher em situação de violência sexual estivesse consentindo. Retornamos novamente, aos mitos envolvendo o estupro, onde a vítima é moralmente responsável pelo crime cometido contra ela, já que mulheres controlariam seus corpos, definindo se serão ou não violados. Ou ainda, que se a mulher não demonstra resistência é porque está, implicitamente, pedindo a violação de seu corpo (DAVIS, 2017).

A realidade da negação do estupro decorre a partir da validade do consentimento dos indivíduos, onde homens e mulheres apresentam formas distintas de reconhecimento desse consentimento (BIROLI, 2014b). Essa validade do consentimento, ao longo da história, teve diversas implicações, onde o universo da falta, do pecado, esteve na base do julgamento, efetivando “a tendência a reduzir a mulher que “realizou” o ato ao estado de mulher que consente” (VIGARELLO, 1998, p. 43). Com isso, afirmar em um Boletim de Ocorrência “A *declarante só gritou quando*”, responsabiliza a vítima pelo estupro sofrido. “Raridade das queixas, raridade das penas, a vítima é encerrada no impudor que desejava denunciar” (VIGARELLO, 1998, p. 36).

Reconhecemos a partir dos discursos dos profissionais, a possibilidade de refletirmos acerca da crença na representação de uma vítima ideal e como isso interfere no acolhimento de alguns casos noticiados. Nosso intuito não foi generalizar a prática profissional apenas

pensar nos desdobramento possíveis que as representações sociais podem apresentar quando olhamos para a prática. Além disso, pensar em que contribuições a mídia oferece ao relatar esses detalhes em reportagens publicadas.

## 4.2 SOBRE OS HOMENS AUTORES DAS VIOLÊNCIAS

Nesse segundo eixo, abordaremos as representações envolvidas na forma de noticiar os possíveis agressores em casos de estupro. Inicialmente, apresentaremos alguns dados possíveis de serem contabilizados quando estamos falando em homens autores das violências e nas representações envolvidas em casos noticiados de estupro. Após explanação desses dados, aprofundaremos em um subcapítulo o recorte de classe como forma de análise de alguns discursos, atentando a posição social e a expressão de elites simbólicas.

### 4.2.1 Contextos dos autores das violências: identificação e vinculação com a vítima

Iniciamos, tentando responder uma pergunta feita por Angela Davis (2016) em seu livro “Mulheres, raça e classe”, descrita assim: “Mas, em primeiro lugar, porque existem tantos estupradores anônimos? Não seria esse anonimato um privilégio usufruído pelos homens cuja condição social os protege de processos judiciais?” (DAVIS, 2016, p. 192).

Tentando visibilizar as reportagens que tinham os possíveis agressores nomeados nas reportagens, constatamos que das 99 reportagens 51 delas tinham o nome próprio do agressor descrito, contabilizando 51,51% do material (R1, R2, R3, R6, R7, R8, R9, R10, R12, R14, R25, R28, R29, R32, R33, R37, R38, R41, R43, R44, R45, R46, R49, R51, R52, R53, R54, R61, R63, R64, R66, R67, R68, R69, R70, R71, R72, R73, R74, R75, R79, R83, R85, R89, R90, R91, R93, R94, R96, R97, R98, R99). Atentamos com isso, que o anonimato não se apresenta como um privilégio usufruído pela maioria dos agressores noticiados. Ainda assim, nos inquieta pensar nos privilégios, se assim se fazem presentes, que poderiam ser expressos na análise dos agressores. Referimos ainda, que ao contabilizarmos os nomes dos agressores não discriminamos as repetições que envolviam várias publicações de um mesmo crime.

A visão de mundo organizada a partir da divisão em gêneros relacionais é instituída na diferença entre os sexos, onde gêneros são construídos a partir de duas essências sociais hierarquizadas, o masculino e o feminino. Com essa construção arbitrária do biológico, em que a partir do corpo, masculino e feminino, de seus usos e suas funções, sobretudo da reprodução biológica, acabamos estabelecendo um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica, legitimando relações de dominação inscritas na “natureza biológica que é, por sua vez, ela própria, uma construção social naturalizada” (BOURDIEU, 2017, p. 40). Quando referimos representações naturalizadas, compreendemos que as representações sociais já são socialmente significativas e encontram um papel permanente na realidade social. O objeto

naturalizado torna-se um instrumento que pode ser usado para categorizar (HAKOKÖNGÄS; SAKKI, 2016), como exemplificamos a categorização do feminino e do masculino.

O estabelecimento de relações de dominação perpetuada pela categorização das relações de gênero, nortearam nosso interesse em compreender quantas reportagens referiam-se a agressores conhecidos e desconhecidos em relação as mulheres em situação de violência sexual. Quando falamos no tipo de vinculação com a vítima, estamos nos referindo à forma como as reportagens apresentam os agressores: conhecidos ou desconhecidos, em relação às vítimas. Deparamos-nos com 53 reportagens, contabilizando 53,53% agressores desconhecidos em relação a vítima (R2, R3, R4, R5, R6, R8, R9, R10, R11, R13, R14, R15, R16, R17, R18, R19, R20, R21, R22, R23, R24, R25, R26, R27, R32, R34, R35, R36, R37, R38, R42, R44, R47, R48, R53, R55, R56, R60, R62, R64, R65, R66, R69, R76, R81, R83, R87, R92, R95, R96, R97, R98, R99). Por agressores conhecidos em relação a vítima, compreendemos aqueles que tiveram contato com a vítima anteriormente à violência exercida. Nessa categoria, contabilizamos 39 reportagens noticiadas com agressores conhecidos (R1, R7, R12, R28, R29, R33, R39, R40, R41, R43, R45, R46, R49, R50, R51, R52, R54, R59, R61, R63, R67, R68, R70, R71, R72, R73, R74, R75, R77, R78, R79, R84, R85, R86, R89, R90, R91, R93 e R94).

Atentamos ainda, para a impossibilidade de definir a faixa etária dos agressores, pois não há dados suficientes para que esse critério se torne uma categoria. Outro recorte que não teve descrições suficientes para uma categorização, foi o recorte de raça, pois não há descrições ou imagens que possam nos ajudar a contabilizar o material de forma extensa. Por mais que não se torne uma categoria com expressões extensas no material analisado, esses dados nos ajudam a refletir acerca da escassa contextualização de vida, idade, local, vinculados aos homens agressores em comparação com os dados referidos das mulheres em situação de violência sexual.

#### **4.2.2 Contexto: posição social e as representações dos agressores**

A pobreza terá implicações distintas quando falamos em vítimas e em agressores. A posição social ocupada pela vítima estabelece uma relação acerca da gravidade que o crime terá. Uma vítima com classe social desfavorecida pode ter a violência sexual sofrida, minimizada, enquanto a pobreza do autor do estupro, ao contrário, aumenta a gravidade de sua ação (VIGARELLO, 1998). Assim como, o status social e posição privilegiada do agressor podem minimizar a violência sexual exercida.

A categoria de classe foi estabelecida a partir da descrição das profissões vinculadas aos agressores. Tentamos com isso, reconhecer se haveriam expressões desse favorecimento de agressores com posição social privilegiada, compreendendo a posição social a partir da profissão ou cargo exercido pelos autores. Das 99 reportagens, 41 delas referiam a profissão do possível agressor, contabilizando 41,41% do material (R1, R12, R17, R30, R31, R32, R35, R41, R43, R45, R46, R49, R51, R52, R54, R61, R63, R66, R67, R68, R69, R70, R71, R72, R73, R74, R75, R84, R85, R86, R87, R89, R90, R91, R93, R94, R95). Agressores da área esportiva foram noticiados em 4 reportagens (R1, R63, R69, R75); agressores da área médica foram notícia em 17 reportagens (R12, R35, R41, R43, R45, R46, R49, R51, R52, R54, R61, R84, R86, R89, R90, R91, R93); agressores com carreira política noticiados em 8 reportagens (R67, R68, R70, R71, R72, R73, R74, R85); agressor com carreira religiosa em uma reportagem (R94); agressores com vínculo empregatício em sistemas de segurança, como seguranças e vigilantes foram noticiados em 4 reportagens (R17, R30, R31, R66); e por fim, agressores vinculados a trabalhos autônomos, como taxistas foram noticiados em 3 reportagens (R32, R87, R95) e ajudante de serviços gerais noticiado em 4 reportagens (R96, R97, R98, R99).

Quanto as descrições geradas sobre os agressores, chama a atenção para aspectos como a omissão de dados em contraposição a riqueza de detalhes sobre a vítima. Dessas 41 reportagens percebemos que o detalhamento do material e os discursos vinculados poderiam ter expressões distintas. A seguir, dispomos alguns discursos dessas reportagens com o intuito de visibilizar a forma de representação dos agressores a partir dos cargos ocupados e das distintas formas de apresentação, reconhecimento e valorização da profissão.

*“Entende que o médico preparou o consultório como terreno seguro para satisfazer seus desejos sexuais”*, afirma o delegado sobre o caso – R43;

*“Suspeita de ter cometido crime sexual contra mais de 30 mulheres”*, descrição utilizada na introdução da reportagem sobre o caso do médico, onde também referia a prisão temporária exercida – R46.

*“Ainda estamos investigando, pois esse é um caso que seria diferente. A paciente cessou logo no início o ato abusivo, e ainda buscamos mais informações”*, refere delegada. Esse caso foi descrito na reportagem a partir da procura da jovem por atendimento médico

para tratar uma irritação em um olho. Após o exame no olho, o médico apalpou os seios e introduziu os dedos nas genitais da jovem sob o pretexto de realizar um exame ginecológico – R84;

O recorte de classe assumido a partir das profissões dos agressores, apresentou-se como um meio de análise e contextualização dos discursos vinculados nas reportagens. Atentamos que as elites simbólicas referem-se a pessoas que tem acesso especial ao discurso público como, por exemplo, políticos, jornalistas, advogados, entre outros. “As elites simbólicas controlam o estilo e conteúdo do discurso midiático e educacional, também são as que detêm o controle parcial, na sociedade, sobre os modos de exercer influência e, portanto, sobre a reprodução ideológica” (VAN DIJK, 2017, p. 50). Parece-nos que a forma de escrita e o espaço disponibilizado para aqueles com profissões de maior reconhecimento social, como os médicos nos casos acima citados, demonstram um abrandamento da notícia de estupro. A estratégia ideológica da eufemização, onde ações são descritas de modo a despertar uma valoração positiva (THOMPSON, 2011) apresenta-se nessa forma de abrandamento da violência exercida.

Como forma de comparação, os próximos discursos são referidos em casos noticiados de estupro e relacionados a profissões com menor reconhecimento social:

*“Acredita que o homem seja um estuprador em série”*, afirma a delegada sobre o vigilante suspeito de ter cometido outros dois estupros – R17.

*“Esses elementos são animais, predadores”*, afirmou o diretor do Sindicato dos taxistas de Porto Alegre – R32.

*“Um segurança do Parque Olímpico foi preso na madrugada deste domingo acusado de estupro”*, refere a introdução da reportagem – R66;

Referimos a isso, pois as reportagens nos possibilitaram reconhecer quem e como as elites simbólicas se estabelecem em descrições de casos de estupro a partir do recorte de classe. Percebemos que de forma mais direta, com nomeações e descrições fortes acerca dos agressores, o contrapondo estabelecido nas profissões e posteriormente, nas classes, ajudamos a reconhecer formas distintas de noticiar os casos. Nesses casos, não há a estratégia de eufemização, mas ainda seguimos na expressão da ideologia como forma de dissimulação das

relações de dominação, a partir da estratégia nomeada por tropo, onde há o uso figurativo de formas simbólicas (THOMPSON, 2011). Formas essas, que podem ser vistas com o uso das palavras “animais, predadores” e “estuprador em série”. O médico noticiado a partir dos estupros de cerca de 30 mulheres em seu consultório, sendo descrito como um “terreno seguro para satisfazer seus desejos sexuais”, seria um estuprador em série? Ou somente, se aplica ao vigilante?

Ao reconhecermos essas estratégias, aprofundaremos em mais alguns discursos envolvendo casos de estupro por agressores com maior reconhecimento social, pertencentes as elites simbólicas. Atentamos posteriormente, ao contexto expresso pelas reportagens:

*“Esta terça-feira seria um dia de várias consultas para o médico Omar César Ferreira de Castro, 66 anos. Rotina provável para o profissional que tem cadastro com cerca de 42 mil pacientes. E que, de acordo com a gerência da clínica, chega atender 70 pessoas ao dia” – R41.*

Médico, branco, classe social privilegiada, apresentado na reportagem com detalhes da rotina de cuidado e trabalho. Segue ainda, *“Eram 8h20min quando ele chegou da Torre A, do Ceisa Center, no centro de Florianópolis. Deu bom dia para a ascensorista e entrou no elevador que o levaria para o 11º andar” – R41.* Quais os interesses que envolvem a mídia ao expressar o agressor dessa forma? Será que é um interesse particular dessa mídia ou, na verdade, a expressão da ideologia dominante, que ao noticiar um médico, branco e famoso, fica com dificuldade de inseri-lo diretamente no crime cometido, no caso, o estupro exercido em várias mulheres. Confluindo com a ideologia dominante, seria essa a expressão das elites simbólicas?

A estratégia ideológica de eufemização apresenta-se a partir de “ações, instituições ou relações sociais descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva” (THOMPSON, 2011, p. 84). Reconhecemos de forma perceptível essa estratégia ideológica quando a descrição da notícia aposta na contextualização da carreira, do cotidiano do agressor, como forma de despertar essa valoração positiva e reivindicar a empatia do leitor. Agressores ou possíveis agressores com um lugar de privilégio social, tem na descrição de seus casos a exaltação do cargo e função social, assim como um aprofundamento da defesa acerca do seu caso. Destacamos que o “controle do discurso público é controle da mente do

público e, portanto, indiretamente, controle do que o público quer e faz” (VAN DIJK, 2017, p. 23).

Seguindo o caso do médico:

*“Mas ele (o médico) nega todas as circunstâncias. As informações levantadas são frágeis. É a palavra dela (vítima), que temo que possa ter mais peso nesse caso, contra a dele (médico)”*, afirma advogado de defesa – R43.

É exatamente com esses parênteses, referindo a todo momento a profissão do acusado de estupro, que percebemos como dependendo do caso, o agressor terá maior visibilidade e espaço para expressão na mídia. Ser médico é estar associado a noção de uma profissão voltada para o cuidado e a saúde. Ocultar as acusações de estupro, relegando a sua profissão e ao uso do status ‘ser médico’, percebemos a estratégia ideológica de deslocamento (THOMPSON, 2011) sendo utilizada novamente. “Uma ideologia proporciona coerência às atitudes sociais, que, por sua vez, codeterminam as práticas sociais” (VAN DIJK, 2017, p. 48), demonstrando a implicação que as estratégias ideológicas utilizadas tem e o estabelecimento da relação com as elites simbólicas.

A mulher, muitas vezes, categorizada e representada na sociedade como um ser frágil, o seu discurso também é acompanhado por essa característica, onde “*as informações levantadas são frágeis*”, foi o que alegou o advogado de defesa do médico acusado de diversos crimes sexuais – R43. Os discursos construídos pela defesa, muitas vezes, procuram desqualificar as vítimas. Kety March (2017) refere que, antigamente, isso era feito de forma a tornar pública a mulher em situação de violência sexual e a partir disso, menos detentoras do direito à proteção da honra, evidenciando que em algum momento essas mulheres teriam consentido com o ato sexual (MARCH, 2017). Reconhecemos ainda, que a classe social do estuprador não interfere na credibilidade da vítima, já que permanecem sendo descredibilizadas, independente se o estuprador seja detentor ou não de privilégios.

Ainda sobre o caso do médico, citado anteriormente, preso por crime sexual contra pelo menos 14 pacientes, em um dos trechos refere: “*é a palavra dela (vítima), que temo que possa ter mais peso nesse caso, contra a dele (médico)*”, relata o advogado do acusado – R43, apresenta-se a partir de uma gravação feita pela vítima, onde ao confrontá-lo, revelou-se a violência sexual exercida. O receio não está na potência da mulher, em situação de violência sexual, de relatar a violência sofrida, e ser reconhecida e validada a partir do seu discurso,

mas a importância também de uma prova. Ainda assim, percebemos que mesmo com uma prova física, uma gravação de áudio, há um temor que isso possa ter mais peso no caso e não, uma certeza que isso pode definir o caso. A fragilidade do caso se fixou até o ponto onde envolviam “apenas” os relatos verbais das violências sexuais sofridas pelas mulheres. A gravação, enquanto prova, retirou a fragilidade das informações e colocou peso no caso.

*“A paciente diz que, depois de sair do consultório, dormiu por 12 horas. Ao acordar, lembrou-se de flashes da cena. Ficou horrorizada com o que havia acontecido e decidiu voltar à clínica para confrontar o médico. – Ao chegar, disse a ele que parecia ter acontecido algo estranho. Foi quando ele me disse: ‘tu não lembra? A gente transou duas vezes e foi bem gostoso’” – R43.*

Referimos a continuação desse caso, explicitando a fala do acusado de estupro quando confrontado pela vítima, “*tu não lembra? A gente transou duas vezes e foi bem gostoso*”. Iniciamos com o ‘tu não lembra?’ problematizando a responsabilidade já direcionada à mulher acerca do que aconteceu. Se ela não lembra, voltamos aos mitos envolvendo o estupro, onde as mulheres que não conseguem resistir adequadamente e aqui, o não recordar apresenta-se como um agravante para a vítima e não para o agressor, fomentando ainda mais, a culpabilização da vítima.

A partir do fato dela não lembrar, o agressor sente-se à vontade para explicitar o estupro como sendo algo consentido “*a gente transou duas vezes e foi bem gostoso*”, demonstrando o estupro como uma relação sexual satisfatória, exercida por duas pessoas, durante duas vezes e descrito como sendo ‘bem gostoso’. Susan Griffin (1971) refere que a psique masculina persiste em acreditar que, mesmo com protestos e lutas, as mulheres desejam ser violadas. A noção de que o estupro é desfrutado pela vítima é conveniente para o agressor, alimentando ainda mais a responsabilização da vítima acerca do estupro sofrido (GRIFFIN, 1971).

As implicações de um discurso como esse, nos parece ser possível a partir de um agressor que assume com tranquilidade o poder exercido no corpo alheio, no corpo da mulher. Corroborando com isso, em outro caso de estupro referido anteriormente, um dos agressores refere a vítima “*fica tranquilinha, vai dar tudo certo*” – R78. Percebemos, além da ameaça, uma brandura ao falar, como se novamente a tranquilidade de ter violado o corpo feminino se faz presente, assim como a permanência irresponsável assumida pelo próprio agressor.

Outro caso foi publicado no jornal, onde o possível agressor é descrito como:

*“Especialista em Direitos Humanos e ex-coordenador-geral da Comissão de Mortos e Desaparecidos da Presidência da República, o brasileiro Rafael Schincariol foi detido nos EUA na semana passada sob acusação de ter estuprado uma universitária embriagada, após dar palestra na Universidade Tulane, na Louisiana” – R85.*

Depois de ser apresentado, a reportagem ainda refere que ele cooperou com as autoridades durante todo o processo, que seu advogado afirma sua inocência, ainda no comunicado à defesa declara que *“é relevante destacar que ele é presumivelmente inocente e espera que esse episódio seja superado o quanto antes”* – R85. Destacamos esses trechos afim de promover uma reflexão acerca da descrição do agressor, que pela posição ocupada tem o caso descrito com maiores detalhes, destinando um espaço até mesmo para a sua defesa. Esses detalhamentos não são encontrados em outras reportagens que envolvem agressores em posições menos privilegiadas. Novamente, a estratégia ideológica de eufemização descrita a partir de *“ações, instituições ou relações sociais descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva”* (THOMPSON, 2011, p. 84), apresenta-se de forma nítida quando contextualiza a notícia, apostando na descrição da carreira como forma de despertar essa valoração positiva. Outra estratégia ideológica reconhecida, foi a de racionalização, onde o produtor de uma forma simbólica, no caso o advogado de defesa, *“constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender ou justificar um conjunto de relações, persuadindo uma audiência de que isso é digno de apoio”* (THOMPSON, 2011, p. 82), atestando a inocência e o pedido de superação do episódio de estupro.

Outro caso nos convida a pensarmos sobre a ideologia dominante, em que um homem branco, classe social privilegiada, casado, com filhos e uma vida religiosa, pode se utilizar dessa posição para desqualificar a história do estupro e a credibilidade da vítima. Nesse caso, além de envolver o poder simbólico que corroborando o espaço destinado a elite simbólica, o poder político também o favorece (VAN DIJK, 2017). Sobre a reportagem o trecho a seguir já nos mostra uma contextualização diferente, uma defesa ao explicar acerca da possível violência praticada: *“Ao lado de sua esposa, Edileuza, o deputado lembra que é casado há 24 anos, tem três filhas, e sofre perseguições ‘há muitos e muitos anos’”* R67. As representações sociais de um homem, pai de família, casado e religioso, acabam sendo utilizadas como forma de não associar ou pelo menos, dificultar a associação desse homem com a tentativa de

estupro exercida. Percebemos que a estratégia ideológica de deslocamento foi novamente utilizada, em que se desloca a atenção da violência e coloca em pauta a “vida exemplar” do possível agressor. Não é nosso lugar confirmar a veracidade do discurso da defesa, mas sinalizar para as diferenças nos discursos no que se refere à classe social, à posição simbólica dos acusados. Para além disso, reconhecemos novamente o poder exercido pela elite simbólica na descrição da reportagem.

O *modus operandi* da legitimação, a partir da estratégia ideológica da racionalização também pode ser observado. Há uma construção de uma cadeia de raciocínio que procura defender, tentando assim, comprovar que é digno de apoio (THOMPSON, 2011). Ao referir que é casado, tem filhos e sofre perseguições, a cadeia de raciocínio incita um possível apoio.

“*Feliciano não entrou em detalhes sobre o ocorrido no vídeo repleto de referências religiosas divulgado neste sábado*” – R67. Até o jornal pontua que a mensagem não apresenta detalhes sobre o caso e é atravessada por várias referências religiosas. A religiosidade pode fornecer discursos que terão maior legitimação na nossa sociedade.

“*Quero dizer que embora esteja com o coração machucado, com minha família toda sofrendo, não vou julgar essa moça. Espero que Deus perdoe ela, embora espere que ela seja responsabilizada pela falsa comunicação do crime*”, disse o possível agressor – R67.

Nesse trecho da reportagem, o coração machucado, a família toda sofrendo, o perdão de Deus e a responsabilidade pela falsa comunicação do crime é destinada exclusivamente para a mulher que relatou a possível tentativa de estupro. Além disso, esses discursos veiculados a esse caso, em específico, demonstram o *modus operandi* da fragmentação, a partir da estratégia ideológica da diferenciação, em que a ênfase é dada as distinções, diferenças e divisões entre pessoas ou grupos (THOMPSON, 2011), utilizando nesse caso a religiosidade, sua relação com Deus e com a família como forma de demonstrar sua possível inocência.

Se, somente, agressores brancos têm maior possibilidade de explicações e defesa do seu caso noticiado, ainda assim poderíamos falar em mito do estupro negro? O mito do estupro negro, segundo Angela Davis (2016), é mantido, por meio, da ideologia racista, em que a intersecção de classe pode viabilizar e encorajar que homens detidos de poder político e econômico se tornem agentes cotidianos de exploração sexual, sem ao menos serem responsabilizados (DAVIS, 2016). Com isso, por mais que não tenhamos o acesso a descrição

de raça de todos os agressores como forma de contabilizar e comparar dados, ainda assim, nas expressões das reportagens envolvendo agressores de elites simbólicas, as fotos (que estão disponíveis apenas em alguns casos) nos ajudaram a identificar que se tratavam de agressores brancos. Reconhecer a partir da descrição e expressão desses casos de estupro envolvendo homens brancos de classe social privilegiada, nos possibilitam visibilizarmos as formas simbólicas que podem, ainda, sustentar o mito do estuprador negro.

### 4.3 TECENDO ESTRATÉGIAS: REFLEXÕES A PARTIR DO MATERIAL EMPÍRICO E TEÓRICO

Nesse terceiro eixo, temos o intuito de problematizar algumas estratégias que foram apontadas e formas de cuidado que poderiam estar permeando os locais de acolhimento à mulheres em situação de violência sexual.

O aumento das notificações de casos de violência como um todo e os casos de estupro, especificamente, entre os anos de 2011 e 2016, nos convocam a refletir acerca desse crescimento, em que um dos possíveis impulsores para esse aumento seriam as inúmeras campanhas feministas e governamentais (IPEA; FBSP, 2018). Considerando isso, percebemos que em algumas reportagens o discurso acerca do movimento feminista se fez presente, contribuindo para pensarmos nessa impulsão. Além disso, reconhecemos algumas estratégias que podem nos ajudar a tecer redes de cuidado mais consistentes em relação as mulheres em situação de violência.

“O feminismo introduziu não uma evolução, mas uma revolução na concepção da relação entre os sexos” (COLLIN, 2009). O movimento feminista para além de dar conta das relações estabelecidas entre os sexos, configura-se pela luta de direitos iguais. No trecho a seguir de uma das reportagens iniciamos essa reflexão acerca da potência do movimento feminista.

*“Eu faço parte de grupos feministas e sou engajada na causa. Mas, um dia antes de isso acontecer comigo, no Dia da Mulher, eu mesma não sabia que havia tanto descaso justamente onde deveríamos nos sentir mais protegidas. Fiquei chocada”* – resumiu ela, que detalha, no texto compartilhado, ter sido desestimulada a registrar a ocorrência dentro da delegacia, entre outras críticas ao atendimento policial – R22.

Nessa reportagem, a mulher que sofreu uma tentativa de estupro, refere certa contradição entre a vivência em grupos feministas e a realidade das delegacias de atendimento a mulheres em situação de violência. Seguimos no mesmo caso citado na reportagem citada anteriormente ferindo o discurso apresentado por uma das profissionais envolvidas no caso:

*“Tudo o que ela conta é exatamente o que não queremos que aconteça aqui. Nossa orientação é para um atendimento de atenção e acolhimento às mulheres”, diz delegada – R23.*

*“Enquanto mulher e militante feminista, fico constrangida e indignada. Isso não pode mais ser admitido. Temos que garantir atendimento de respeito”, diz diretora do Departamento de Polícia para as Mulheres da Secretaria da Justiça e dos Direitos – R23.*

Assim como as campanhas feministas e as governamentais impulsionaram uma maior conscientização e com isso, o aumento das notificações, percebemos que as redes sociais são as grandes aliadas nessa luta. Além disso, Rachel Loney-Howes (2015) aborda que as diversas plataformas de redes sociais e campanhas que envolvem a luta contra o estupro e um convite para a livre manifestação de mulheres para relatar violências sofridas, podem ser formas de explicitar relatos reais, que carregaram diversificados roteiros, abrangendo experiências e respostas reais, sem determinar o que seria uma narrativa de vítima “autêntica” (LONEY-HOWES, 2015, tradução nossa). Percebemos a partir das reportagens que alguns casos ganharam força e notoriedade, por meio, das redes sociais:

*“(...) em publicação anônima no **Facebook**, jovem conta detalhes do que aconteceu, e faz críticas ao descaso de moradores e da polícia” – R22.*

*“Escritora desabafa no **Instagram** após denunciar estupro e mostra rosto machucado” – R94.*

*“Liberação de homem que ejaculou em passageira dentro de ônibus gera reação em **redes sociais**” – R95.*

*“Jovem fez relato sobre o homem que ejaculou em ônibus no fim de 2016”, via **Facebook** – R98.*

*“Pela página no **facebook**, pacientes e ex-pacientes contavam histórias próprias e de conhecidas que também passaram por momentos de constrangimento com o médico” – R45.*

Aluísio Lima, Mariana Farias e Lia Plutarco (2017) referem que a exposição dos detalhes da violência sexual sofrida por essas mulheres, utilizando-se dos meios públicos como as redes sociais, expressa um processo de ressignificação da dor, demonstrando ser um

espaço potencial e com sentido emancipatório (LIMA; FARIAS; PLUTARCO, 2017). Além disso, contribui na desmistificação de roteiros e mitos envolvendo o estupro. A implicação desses relatos explicitados em meios públicos, nos permite, enquanto coletividade, processar determinado conhecimento veiculado na mídia, disponibilizando um repertório maior acerca da formação das representações sociais. “As representações sociais se modificam ou se atualizam dentro de relações de comunicações diferentes. Dessa forma, a mídia é responsável pela estruturação de sistemas de comunicação que visam comunicar, difundir ou propagar determinadas representações” (ALEXANDRE, 2001, p. 123). Conforme formos ampliando as representações sociais envolvendo casos de violência sexual, maior será o repertório e possibilidade de atualização, configurando assim, um espaço potencial e emancipatório, já que reconhecerá diversas realidades.

As mídias digitais, por meio da comunicação mais fluída, menos verticalizada, valida ferramentas digitais como forma de negociar reconhecimentos, assim como para nos reconhecermos como sujeitos de direitos e de desejos (MISKOLCI; PELÚCIO, 2017). Ainda assim, vale ressaltar que o acesso as mídias digitais não se dá de forma igualitária, onde devemos considerar os recortes de classe, renda, escolaridade e local de moradia (MISKOLCI, 2011). O que nos leva a problematizar: a manifestação de relatos reais acerca de violências sofridas por mulheres, reconhecendo a exposição dos relatos como uma estratégia viável ou ainda, consiste em uma estratégia viável apenas para mulheres privilegiadas com acesso as mídias digitais?

A Psicologia Social pode apresentar-se como a ciência do ‘entre’, onde o lugar acessado não está nem no indivíduo ou na sociedade apenas, mas nas relações estabelecidas entre os dois (JOVCHELOVITCH, 2004). Ainda estamos caminhando no reconhecimento das violências sofridas e recorrentemente direcionadas as mulheres. Falar em relatos autorais de suas próprias feridas, em uma ferramenta que deixará seu caso público, parece não ser algo tão acessível e sensível a essas experiências de diversas mulheres. Reconhecer as desigualdades de acesso é perceber o ‘entre’ e problematizar, desde já, esse espaço potencial que as redes sociais podem ou não fornecer.

“Os atos de comunicação não são sempre, ou não são só, atos de partilha de consensos, são muitas vezes atos de debate, de discussão e argumentação no interior dos grupos ou entre grupos” (VALA, 1993). Quando falamos em comunicar casos de estupro, atentar para relatos pessoais das vítimas ampliando o reconhecimento da violência sofrida, assim como, a expansão do repertório de roteiros de estupro, desmistificando outros tantos

mitos envolvendo a violência sexual, pode ser uma das possibilidades nesse emaranhado de debates envolvendo a violência contra as mulheres e ampliando, assim, a comunicação.

A tentativa de impedir a normalização dos valores da cultura do estupro que envolvem os meios de comunicação, se daria a partir de um discurso que reconheça todos os casos de agressão sexual e estupro como uma questão global de direitos humanos (COBOS, 2014). Isso nos ajuda a compreender o quanto os mitos e os roteiros de estupro dificultam a dissolução de uma cultura como essa, que culpabiliza as mulheres. E, quem sabe, não devemos ampliar roteiros de estupro, mas sim, confluir para uma estrutura de publicações e notícias que possam expressar o estupro a partir das questões dos direitos humanos apenas, sem muitas especificações da vida, local, repensando a forma das vítimas serem noticiadas.

A tarefa de prevenir o estupro equivale a renovar uma proporção significativa de nossos valores sociais e trabalhar nossos preconceitos. Desenvolver uma compreensão teórica precisa das atitudes de estupro e do comportamento agressivo ajudará a tornar os esforços de mudança social mais eficazes (BURT, 1980). Assim, pode ser importante para a educação sobre estupro lidar com os mitos de estupro, roteiros de estupro, assim como roteiros sexuais para mitigar, não apenas as percepções negativas de mulheres que foram estupradas, mas também, talvez, a prevalência de estupro em si (HOCKETT; SAUCIER; BADKE, 2016).

Por fim, reconhecemos que “quando as mulheres escrevem nas mídias sociais que elas querem o direito de controlar e cuidar de seu próprio corpo, elas estão lutando por democracia” (ROSO, 2017, p. 4). Atentar a isso, é perceber o quanto as mídias sociais podem ser espaços de resistência, mesmo com as questões envolvendo o acesso, pois visibiliza o quanto ainda nos sustentamos em uma “cultura masculinista, isto é, que para as mulheres a garantia de seus direitos é questão subalterna aos direitos dos homens” (ROSO, 2017, p. 8). Reconhecer a nossa cultura e garantir os espaços de resistência, fomenta nossa luta por democracia, por garantia de direitos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo com essa dissertação foi analisar como a mídia online constrói sentidos acerca da violência sexual contra as mulheres, identificando possíveis estratégias ideológicas utilizadas que podem estar reforçando a cultura do estupro. Além disso, nos interessou identificar como as vítimas e os agressores são descritos na mídia online, bem como, observar se as interseccionalidades (entre gênero, classe e raça) são consideradas nas matérias.

Reconhecemos que não temos como afirmar que o jornal, como um todo, reforça a cultura do estupro. Porém, conseguimos estabelecer alguns sentidos que a mídia online atribui à violência sexual contra as mulheres. Quando estabelecemos descrições com maiores detalhes em relação à vida da mulher em situação de violência sexual, estamos possibilitando um terreno fértil para maiores suposições e reforços de crenças acerca dos roteiros de estupro.

Refletir acerca da esfera pública, dos roteiros de estupro, os locais e o consumo de bebidas alcólicas exercido pela vítima, demonstraram o fornecimento de representações sociais que contribuem para a criação e expectativas envolvendo a “vítima ideal”. Expectativas essas, constituintes de outras tantas crenças que podem inviabilizar, muitas vezes, práticas de cuidado efetivas destinadas as mulheres em situação de violência sexual.

As descrições dos homens, autores das violências sexuais, demonstraram uma defasagem de informações nos materiais analisados em relação ao conteúdo das vítimas. Os agressores são descritos com menores detalhes, apresentando algumas reportagens sem a descrição dos mesmos. Obviamente que compreendemos o fato de que nem toda exposição de casos de estupro terá a descrição do autor da violência, já que muitas notícias são publicadas sem um desfecho ou sem o andamento acerca do caso.

Por entendermos que o detalhamento maior da vida da mulher em situação de violência fomenta sua culpabilização, a não descrição do agressor, por esses motivos e outros, ainda assim, estabelecem e possibilitam que a cultura do estupro tenha expressão. Quando discorremos acerca da categoria de gênero como relacional, estamos falando de manifestações que cooperam juntas para os estabelecimento de representações envolvendo as mulheres e os homens noticiados.

Contrapondo a isso, alguns agressores foram descritos e tiveram detalhes das suas vidas referidos. O recorte de classe envolvido na descrição dos agressores possibilitou visibilizar formas distintas de apresentação dos casos, onde havia um detalhamento maior das descrições dos agressores de classe social privilegiada. Logo, as questões de interseccionalidades como classe e raça foram indicadores de ‘exposição’ diferenciada dos

dados dos autores das violências sexuais, assim como a questão de gênero permitiu expor mais as mulheres (mesmo vítimas) dos que os homens.

Constatamos que o recorte de raça não foi possível de ser descrito, pois nas reportagens poucas eram as imagens que poderiam nos fornecer esse resultado e menor ainda, eram aquelas que descreviam a vítima ou o agressor a partir desse recorte. Ainda assim, assumimos o risco de problematizar o mito do estuprador negro, a partir do favorecimento de alguns agressores, onde o recorte de classe e as fotos disponibilizadas demonstravam referir à homens brancos com posições sociais reconhecidas e privilegiadas.

As principais estratégias ideológicas utilizadas nas descrições envolvendo as mulheres em situação de violência sexual, foram: dissimulação e legitimação. Essas duas estratégias corroboram em um mesmo sentido, onde as formas de representar e descrever desvia a atenção, contribuindo e legitimando uma cadeia de raciocínio que procura defender. No caso, a descrição das mulheres pelos contextos pesquisados, legitima a destinação da responsabilidade pelo estupro sofrido.

Reconhecemos ainda, que as estratégias ideológicas de dissimulação e legitimação também foram expressas nas descrições dos autores das violências sexuais. A dissimulação como uma estratégia de favorecimento aos agressores com maiores privilégios a partir das descrições de suas carreiras, legitimando a contextualização das suas vidas e práticas, enquanto uma cadeia de raciocínio digna de apoio.

Não houve um interesse em esgotar as análises possíveis, assim como, generalizar todas as reportagens, mas apontar a utilização de estratégias ideológicas que podem estar contribuindo e fomentando relações de dominação, é visibilizar que as formas de noticiar os homens autores de violências sexuais geram impactos e contribuições para a ideologia dominante. Homens esses, que a partir do recorte de classe, por meio, das profissões descritas nas reportagens, contribuíram para percebermos que nem todos agressores são noticiados da mesma forma.

As redes sociais apresentaram um protagonismo importante para a expressão dos relatos das mulheres. Alguns casos somente tiveram desdobramentos diferentes por meio dos relatos autorais e o compartilhamento na rede, o que reafirma as redes sociais como uma ferramenta possível para maiores mobilizações. Acreditamos também, que isso possibilita as mulheres mais um espaço de empoderamento e autonomia. Ainda assim, voltamos a reconhecer que nem todas as mulheres tem acesso ao meio virtual ou vão se utilizar desse meio ou até mesmo, devem, pois a cada relato exposto da sua vida há o contrapondo do que as

pessoas acham sobre isso nas redes, o que nem sempre pode ajudar, já que a culpabilização pode ocorrer. São muitos os recortes envolvidos na expressão de casos em redes sociais.

Acreditamos na potência das redes sociais, mas principalmente na potência do movimento feminista como prática, expressão e reconhecimento da autonomia das mulheres. A luta por direitos e por igualdade baliza nossos passos dentro do movimento feminista, reconhecer em algumas reportagens que esse movimento foi assumido por mulheres em situações de graves violações, inspira e fortalece a luta contínua que travamos diariamente.

Outro ponto importante está no fato de estarmos falando de estruturas de reportagens escritas por jornalistas e publicados em um veículo, produzido para noticiar, com diferentes objetivos e interesses. Acreditamos que seja importante salientar a possibilidade de cursos/capacitações envolvendo os profissionais da área da comunicação e estudantes, para discutir e repensar as formas de estruturação das notícias de estupro. O intuito seria de conscientizar os profissionais acerca da cultura do estupro e suas possíveis manifestações, atentando que quanto maiores os detalhes acerca da mulher em situação de violência, principalmente referindo se estava em festa ou consumindo bebida alcoólica podem contribuir na culpabilização das mesmas.

Essa sugestão caminha juntamente com nossa compreensão de que as formas simbólicas disponíveis na mídia contribuem na construção de representações sociais que são constituidoras da forma como enxergamos o mundo e nos reconhecemos. Reformular as notícias de estupro podem contribuir com a diminuição da responsabilidade destinada as vítimas, assim como, a descrição dos agressores de forma mais coerente e igualitária, podem diminuir o estabelecimento de relações de dominação. A identificação e leitura crítica fornecerá uma conscientização, necessária, e que refletirá na prática da psicologia. Propostas de rodas de conversa e cursos com alunos da graduação de psicologia poderão ter o intuito de refletir acerca da forma como os meios de comunicação corroboram com determinadas estruturas e interferem na construção da subjetividade.

Frisamos ainda, que as limitações do estudo são variadas. O tempo nos limitou e ditou, muitas vezes, os caminhos que percorremos na pesquisa. O volume do material também dificultou, em alguns momentos, o aprofundamento das análises, assim como, a escolha restrita do que conseguiríamos trabalhar.

Em pesquisas futuras, consideramos que seja importante reavaliar os critérios de análise utilizados para identificar a culpabilização das vítimas de estupro, ampliando e analisando outras plataformas midiáticas. A expansão da pesquisa por outros espaços

mediáticos poderá nos fornecer dados que podem contribuir com a construção de um modelo de identificação de estruturas e manifestações que podem reforçar a cultura do estupro.

Além disso, o espaço de uma pesquisa futura, possibilitaria que trabalhássemos não somente com novos dados de outras plataformas, mas aprofundar os dados que já foram coletados nessa pesquisa e que não tiveram espaço para serem trabalhados. Reconhecemos que o montante de reportagens no acervo do jornal Zero Hora, possibilita diversos outros recortes de análise que não puderam ser trabalhados nessa dissertação. Por exemplo, seria importante descrever de forma mais extensa os dados quantitativos, ampliando e exemplificando categorias que nos ajudaram a pensar a estrutura dos resultados e discussão, mas que não foram especificados, por exemplo, o número de reportagens que referem o recorte de raça, o número de reportagens onde o recorte de classe poderia ser extraído das descrições das vítimas pelos locais noticiados. A partir disso, estabelecer relações mais efetivas entre os dados quantitativos e qualitativos, ampliando e relacionando com os discursos suas possíveis expressões.

Ao tentar vislumbrar os caminhos que uma pesquisa futura poderia proporcionar, retomo os caminhos que o mestrado me possibilitou. Ao longo do mestrado, eu (Karolina) tive a oportunidade de vivenciar espaços potentes de discussões. A docência proposta em salas de aulas com turmas da psicologia e a coorientação de iniciação científica com alunas também do curso de psicologia, que me acompanharam ao longo dos dois anos de mestrado, desacomodaram e me fizeram reconhecer que a escrita e a construção da pesquisa em si, se daria em diversos espaços nem sempre imaginados. A potência estava realmente nesses espaços de trocas e de construção conjunta do percurso acadêmico e de vida.

A escrita desse trabalho, em específico, apresentou-se para mim como um trabalho incessante com questões. Perguntas que ficavam na minha cabeça, tomaram espaço quando escritas. Elaborei e tencionei questões que me constituem enquanto mulher, enquanto pessoa inserida em uma coletividade, em uma sociedade. O processo do mestrado possibilitou que questões profundas fossem visibilizadas e tivessem a dimensão necessária para produzir inquietações e mudanças na forma de ver e vivenciar. Espero que essas contribuições possam ajudar a integrar uma sociedade mais justa e igualitária, onde o recorte de gênero, classe e raça seja o caminho para pensarmos propostas coerentes e práticas para a mudança. Assim como, o estudo e a prática da Psicologia também estejam orientadas para esse caminho.

## REFERÊNCIAS

- ALEMANY, C. Violências. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H. L.; SENOTIER, D. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: editora UNESP, 2009.
- ALEXANDRE, M. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Rev. Comum**, v. 6, n. 17, p. 111-125, 2001. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17352/material/opapel%20da%20m%C3%ADdia%20na%20difusao%20de%20representacoes%20sociais.pdf>>.
- ALMEIDA, M. V. de. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. **Anuário antropológico 95**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. Disponível em: <<http://miguelvaledalmeida.net/wp-content/uploads/2008/06/genero-masculinidade-e-poder.pdf>>.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ABSP), 10 ed., 2015. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/storage/10\\_anuario\\_site\\_18-11-2016-retificado.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf)> Acesso em: 17/10/2017.
- ANYON, J. **Interseções de gênero e classe**: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais. Cad. Pesq., n. 73, São Paulo, 1990.
- ARENDT, H. **Sobre a violência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- ARRUDA, A. Teoria das Representações Sociais e Teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, 2002.
- ARRUDA, A. Representações sociais: dinâmicas e redes. In: ALMEIDA, A. M. de O.; SANTOS, M. de F. de S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, p. 335-369, 2011.
- ARRUDA, A. Meandros da teoria: a dimensão afetiva das representações sociais. In: SOUSA, C. P. de (Orgs). **Angela Arruda e as representações sociais**: estudos selecionados. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 67-85, 2014.
- BADINTER, E. **Rumo equivocado**: O feminismo e alguns destinos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BANDEIRA, L. M. Violência de Gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Rev. Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, 2014.
- BANDEIRA, L. M. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E.; PORTELA, C. (Orgs). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo o sexo**: fatos e mitos. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BELOCHIO, V. de C. **Jornalismo colaborativo em redes digitais: estratégia comunicacional no ciberespaço o caso de Zero Hora.com**. Dissertação de mestrado, PPGCOM, Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

BIROLI, F. O público e o privado. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014a, p. 31-46.

BIROLI, F. Autonomia, dominação e opressão. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014b, p.109-122.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017.

BRASIL. **Lei nº 2.848 de 1940**. Código Penal. Brasília, DF. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm)>.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 07 agosto de 2006. (Lei Maria da Penha). Brasília, DF: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)

BRASIL, **Ministério da Saúde**. Temática prevenção de violências e cultura da paz III. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.015**, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 10 de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Diário Oficial da União 2009.

BRASIL. **Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília: Presidência das República/ Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, 2011. Disponível em:  
<http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/pacto--nacional> .

BRASIL. **Lei nº 13.104**, de 9 de março de 2015. (Feminicídio). Brasília, DF: Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm)>

BRASIL. **Lei nº 13.718**, de 24 de setembro de 2018. Brasília, DF. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm)>.

BROWNMILLER, S. **Against our Will: men, women and rape**. New York: Fawcett Colombine, 1975.

BUCHWALD, E.; FLETCHER, P. R.; ROTH, M. **Transforming a rape culture**. Milkweed Editions, 2005.

BURT, M. R. Cultura myths and Supports for Rape. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 38, n.2, p. 217-230, 1980. Disponível em:  
<<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.474.5745&rep=rep1&type=pdf>>.

- BUTLER, J. P. **The psychic life of Power**: theories in subjection. Stanford, California: Stanford University Press, 1997. Disponível em: <  
<https://website.education.wisc.edu/halverson/wp-content/uploads/2012/12/Judith-Butler-The-Psychic-Life-of-Power-copy.pdf>>
- BUTLER, J. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto?. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, J. P. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHAUÍ, M. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- COBOS, A. “Rape Culture” language and the news media: contested versus non-contested cases. **ESSACHESS: Journal for Communication Studies**, v. 7, n. 2, p. 37-52, 2014. Disponível em: < <http://www.essachess.com/index.php/jcs/article/view/248/279>>.
- CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Rev. Educação e Realidade**, n. 20, v. 2, p. 185-206, 1995.
- CRENSHAW, K. W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.
- COLLIN, F. Diferença dos sexos (teorias da). In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H. L.; SENOTIER, D. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: editora UNESP, 2009.
- COLLING, A. M. A construção histórica do corpo feminino. **Caderno Espaço Feminino**, v. 28, n. 2, 2015. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/34170/18208>>.
- DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, A. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DUVEEN, G. Introdução: o poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- ENGEL, C. L. **As atualizações e a persistência da cultura do estupro no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Disponível em: <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2339.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2339.pdf)>.
- FELIPPI, A. O processo produtivo do jornal Zero Hora: a estratégia do “localismo”. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, n. 34, 2007.
- FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1988.

FLETCHER, P. R. **Dismantling rape culture around the world: a social justice imperative.** Forum on public policy, 2010. Disponível em: <  
<http://forumonpublicpolicy.com/vol2010.no4/archive.vol2010.no4/fletcher.pdf>>. Acesso em: 29/07/2018.

FONSECA, C. Que ética? Que ciência? Que sociedade?. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (orgs). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica.** Brasília: Letras Livres, 2010.

FONSECA, V. P. da S. **O jornalismo no conglomerado de mídia: reestruturação produtiva sob o capitalismo global.** Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (FPA); SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). **Pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado.** 2010. Disponível em: <  
<https://fpabramo.org.br/2011/02/21/pesquisa-mulheres-brasileiras-e-genero-nos-espacos-publico-e-privado-2010/>> acesso em: 17/10/2017.

GIFFIN, K. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRIFFIN, S. Rape: The all-American crime. **Ramparts Magazine**, p. 26-35, 1971.

GUARESCHI, P. A. Representações sociais e ideologia. **Rev. de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, edição especial temática, p. 33-46, 2000.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos Metafísicos e Epistemológicos na Pesquisa. vol. 16. n. 2. **Rev. Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2003.

GUARESCHI, P. A. **Psicologia Social Crítica: como prática de libertação.** 5 ed. Porto Alegre, RS: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

GUARESCHI, P. A. Enfrentando desafios: uma aproximação ontológica à Teoria das Representações Sociais. **Papers on Social Representations**, v. 26, n. 1, 3.1-3.14, 2017. Disponível em: <http://psr.iscte-iul.pt/index.php/PSR/article/view/84/48>.

GUARESCHI, P. A.; ROSO, A. Teoria das Representações Sociais: sua história e seu potencial crítico e transformador. In CHAMON, E. M. Q. O.; GUARESCHI, P. A.; CAMPOS, P. H. F. (Orgs.). **Textos e debates em representação social.** Porto Alegre: ABRAPSO, p. 17-40, 2014.

GUARESCHI, P.; VERONESE, M. V. **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HAKOKÖNGÄS, R.; SAKKI, I. The Naturalized Nation: Anchoring, Objectification and Naturalized Social Representations of History. **Journal of Social and Political Psychology**, v. 4, n. 2, 649-669, 2016.

HIRATA, H. **Gênero, classe e raça**: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Rev. Tempo Social USP*, v. 26, n. 1, 2014. p. 61-73.

HOCKETT, J. M.; SAUCIER, D. A.; BADKE, C. Rape Myths, Rape Scripts, and Common Rape Experiences of College Women: Differences in Perceptions of Women Who Have Been Raped. *Violence against women*, v. 22, n. 3, 2016, p. 307-323.

IPEA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social**: tolerância social à violência contra as mulheres, Brasília, 2014a. disponível em :<  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327\\_sips\\_violencia\\_mulheres\\_novo.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf)> acesso em: 01/06/2017.

IPEA. **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo os dados da saúde. n. 11, Brasília, 2014b. disponível em: <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/140327\\_notatecnicadiest11.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf)> acesso em: 01/06/2017.

IPEA; FBSP. **Atlas da violência 2018**: IPEA e FBSP. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf)>.

JODELET, D. **Representações sociais**: um domínio em expansão. Paris: PUF, p. 31-61, 1989.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e a esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, S. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. *Rev. Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 2, p. 20-31, 2004. Disponível em: <  
<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a04v16n2>>.

LEWIN, C. Compreensão e descrição de dados quantitativos. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. (Orgs.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 287-299.

LIMA, A. F.; FARIAS, M. G.; PLUTARCO, L. W. A metamorfose da identidade de vítimas de estupro. *Rev. Salud & Sociedad*, v. 8, n. 3, p. 264-274, 2017. Disponível em: <  
<http://www.redalyc.org/pdf/4397/439754607006.pdf>>.

LINHARES, L. B.; PITANGUY, J. **Violência contra as mulheres**: os serviços de responsabilização dos homens autores de violência. Relatório de Pesquisa, 25 anos CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação), Rio de Janeiro, 2016.

LONEY-HOWES, R. Beyond the spectacle of suffering: representations of rape in online anti-rape activism. *Outskirts*, v. 33, p. 1-17, 2015. Disponível em: <  
[http://www.outskirts.arts.uwa.edu.au/\\_data/assets/pdf\\_file/0003/2814411/Outskirts-Loney-Howes.pdf](http://www.outskirts.arts.uwa.edu.au/_data/assets/pdf_file/0003/2814411/Outskirts-Loney-Howes.pdf)>.

MACHADO, L. Z. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. Dossiê Brasa 97. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 231-273, 1998. Disponível em: <  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634634>>.

MARCH, K. C. de. Corpos subjugados: estupro como problemática histórica. **Oficina do Historiador**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 10, n. 1, 2017. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/download/26768/15676>>.

MARINI, A. A cultura do estupro. **Observatório da Imprensa**. Disponível em: < <http://observatoriodaimprensa.com.br/violencia-contra-jornalistas/cultura-do-estupro/>>. Acesso em: 27 de agosto de 2018.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais**: as dinâmicas da mente. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

MARKOVÁ, I. A fabricação da Teoria de Representações Sociais. **Rev. Cadernos de pesquisa**, v. 47, n 163, p. 358-375, 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v47n163/1980-5314-cp-47-163-00358.pdf>>.

MARTIN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na psicologia**: estudos psicossociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes, redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MIGUEL, L. F. O feminismo e a política. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**: uma introdução. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MISKOLCI, R. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Rev. Cronos**, UFRN, Natal, v. 12, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160/pdf>.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade?. **Caderno de Saúde Pública**, vol. 9. n. 3, 1993. pg. 239-262. Acesso em: 27/04/2017. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf](http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf)

MOLINIER, P. WELZER-LANG, D. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H. L.; SENOTIER, D. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: editora UNESP, p. 101-106, 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e Estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. Representações sociais. In: JACQUES, M. da G. C.; STREY, M. N.; BERNARDES, N. M. G.; GUARESCHI, P. A.; CARLOS, S. A.; FONSECA,

T. M. G. **Psicologia Social Contemporânea**: Livro-Texto, 104-117. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ONU BR. **Nações Unidas no Brasil**. Por que falamos de cultura do estupro?. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/por-que-falamos-de-cultura-do-estupro/>. Acesso em 25/03/2017.

PALACIOS, M.; MUNHOZ, P. Fotografia, blogs e jornalismo na internet: oposições, apropriações e simbioses. In: BARBOSA, S. **Jornalismo digital de terceira geração**. Univ. da Beira Interior, Labcom, 2007.

PALACIOS, M. **Jornalismo Online, informação e memória**. Comunicação apresentada nas jornadas de Jornalismo Online. Porto: Universidade da Beira Interior, 2002. Disponível em: < <http://labcom-ifp.ubi.pt/files/agoranet/02/palacios-marcos-informacao-memoria.pdf>>.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEIXOTO, A. F.; NOBRE, B. P. R. A responsabilização da mulher vítima de estupro. **Revista Transgressões**, v. 3, n. 1, p. 227-239, 2015. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/7203/5331>>.

PILCHER, J.; WHELEHAM, I. **Fifty Key Concepts in Gender Studies**. SAGE Publications, 2004.

PIMENTEL, E. Prisões Femininas: por uma perspectiva feminista e interseccional. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V.; SILVA, E.; PORTELA, C. (Orgs). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 18, n. 36, 2010, p. 15-23. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>.

RAMOS, S.; PAIVA, A. **Mídia e violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

RODRIGUES, V. P.; MACHADO, J. C.; SANTOS, W. da S.; SANTOS, M. de F. de S.; DINIZ, N. M. F. Violência de Gênero: representações sociais de familiares. **Rev. Texto Contexto Enferm.**, v 25, n. 4, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/tce/v25n4/pt\\_0104-0707-tce-25-04-2770015.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tce/v25n4/pt_0104-0707-tce-25-04-2770015.pdf).

ROSO, A. Relações de poder, violências e (trans)bordamentos midiáticos: ensaio sobre o uso democrático de espaços públicos pelas mulheres na era da (des)conexão. In: STREY, M. N.; SOUZA, N. A. P. de. **Corpo e relações de gênero na contemporaneidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 2017.

ROSO, A.; GUARESCHI, P. A. Megagrupos midiáticos e poder: construção de subjetividades narcisistas. **Rev. Política & Trabalho**, n. 26, 2007.

ROSO, A.; ROMANINI, M. CADERMATORI, A. C. Kit escola sem homofobia? E discursos políticos: quando representações sociais se tornam ideológicas. **Rev. Educação e Cultura Contemporânea**, v. 14, n. 37, p. 395-424, 2017.

ROST, M.; VIEIRA, M. S. **Convenções de gênero e violência sexual**: a cultura do estupro no ciberespaço. Contemporanea: comunicação e cultura. v. 3, n. 02, p. 261-276, 2015.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política do sexo”. Recife: S.O.S corpos, 1993.

SÁ, C. P. de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: BOCK, A. M. B. (Orgs). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 19-45, 1993.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular – Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, B. S. Introdução geral. Por que é tão difícil construir uma teoria crítica? In: SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 8 ed. São Paulo: Cortez, p. 23-37, 2011.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Rev. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 16, n. 1, 2005.

SAWAIA, B. B. Representação e ideologia: o encontro desfeticizador. In: BOCK, A. M. B. (Orgs). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 73-84, 1993.

SCARPATI, A. S.; GUERRA, V. M. Os mitos de estupro e a (im)parcialidade jurídica: a percepção de estudantes de direito sobre mulheres vítimas de violência sexual. **Dissertação Mestrado em Psicologia**. Universidade Federal do Espírito Santo, 2013. Disponível em: <[portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_5228\\_Scarpati,%20A%20Disserta%E7%E3oCompleta%20%20Os%20Mitos%20de%20Estupro%20e%20a%20\(im\)parcialidade%20jur%EDdica.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5228_Scarpati,%20A%20Disserta%E7%E3oCompleta%20%20Os%20Mitos%20de%20Estupro%20e%20a%20(im)parcialidade%20jur%EDdica.pdf)>.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de Análise Histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol.20, n. 2, 1995. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>

SEIDMANN, S. Identidad personal y subjetividade social: educación y constitución subjetiva. **Cadernos de pesquisa**, v. 45, n. 156, p. 344-357, 2015.

SIDANIUS J.; PRATTO, F. Social dominance theory. In: PAUL A. M. VAN LANGE; ARIE W. KRUGLANSKI; E. **Tory Higgins Handbook of Theories of Social Psychology**, 1sted., v.2., pp. 418-439. New York: Sage, 2012.

SIMON, W.; GAGNON, J. H. Sexual Scripts: Permanence and Change. **Rev. Archives of sexual behavior**, v. 15, n. 2, 1986. Disponível em: <[https://is.muni.cz/el/1423/jaro2016/PSY109/um/62130424/Simon\\_Gagnon\\_Sexual\\_Scripts.pdf](https://is.muni.cz/el/1423/jaro2016/PSY109/um/62130424/Simon_Gagnon_Sexual_Scripts.pdf)>.

SMIGAY, K. V. von. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, 2002.

SMITH, M. D. (editor). **Encyclopedia of Rape**. London, Greenwood Press, 2004.

SOUSA, R. F. de. Cultura do estupro: a prática implícita de incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/48512>>.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. Sexual and Gender-Based Violence against Refugees, Returnees and Internally Displaced Persons. **Guidelines for Prevention and Response**, 2003. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3f696bcc4.pdf>>. Acesso em 10/08/2018.

VALA, J. Representações sociais — para uma psicologia social do pensamento social. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. **Psicologia Social**. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 353-384, 1993.

VAN DIJK, T. A. **Discurso, notícia e ideologia**: estudos na análise crítica do discurso. 1 ed. Campos das letras, 2005.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e Poder**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. A. Hermenêutica de profundidade na pesquisa social. **Rev. Ciências Sociais Unisinos**, v. 42, n. 2, p. 85-93, 2006.

VIGARELLO, G. **História do estupro**: violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

VILLELA, W. V.; LAGO, T. Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 2007. p. 471-475.

ZALESKI, K. L.; GUNDERSEN, K. K.; BAES, J.; ESTUPINIAN, E.; VERGARA, A. Exploring rape culture in social media forums. **Rev. Computers in Human Behavior**, n. 63, p. 922-927, 2016.

WAGNER, W.; ELEJABARRIETA, F.; LAHNSTEINER, I. How the sperm dominates de ovum: objetification by metaphor in the social representation of conception. **European Journal of Social Psychology**, v. 25, p. 671-688, 1995. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/How the sperm dominates the ovum-Objectification b.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/How%20the%20sperm%20dominates%20the%20ovum-Objectification%20b.pdf)>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Violence prevention**: the evidence. Geneva: WHO, 2010. Disponível em: [https://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/4th\\_milestones\\_meeting/evidence\\_briefings\\_all.pdf](https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/4th_milestones_meeting/evidence_briefings_all.pdf).

WOMEN'S CENTER OF MARSHALL UNIVERSITY. **Rape Culture**. Disponível em: <  
<https://www.marshall.edu/wcenter/sexual-assault/rape-culture/>>. Acesso em: 25 de julho de  
2018.

**APÊNDICE A – QUADRO COM AS DESCRIÇÕES VINCULADAS AS VÍTIMAS E AOS AGRESSORES: REPORTAGENS DO JORNAL ZERO HORA**

<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Descrições vinculadas as mulheres em situação de violência sexual</b>	<b>Descrições vinculadas aos homens, autores da violência sexual</b>
1	19/01/2012	Marcelinho Paraíba é indiciado por estupro e pode ser condenado a 12 anos.	Advogada, ensino superior, idade 31 anos	Homem, negro, jogador de futebol
2	01/06/2013	Jovem de 21 anos é estuprada em Santo Ângelo.	“ela saiu com um rapaz de um baile na madrugada e foi para uma casa no bairro Ditz” (em Santo Ângelo).	Dono do imóvel, conhecido do rapaz.
3	16/08/2013	Três homens são condenados por estupro de turista americana em van no rio	Turista americana; ‘o casal foi obrigado a ficar’	3 homens condenados por estupro; nome próprio
4	18/08/2013	Jovem de 18 anos é estuprada por grupo na zona norte do Rio de Janeiro	Subtítulo – polícia civil afirmou que, segundo relato da vítima, os homens a abordaram após um baile-funk.  Jovem de 18 anos. A jovem não informou exatamente onde era a festa, conforme a polícia. “A jovem foi encaminhada para o exame de corpo de delito e os agentes estão realizando diligências para tentar identificar os autores do estupro”.	O grupo teria de cinco a seis homens, de acordo com o depoimento da vítima.
5	31/08/2013	Tribunal indiano condena adolescente que participou de estupro coletivo.	Uma estudante que morreu em decorrência dos ferimentos. Uma mulher de 23 anos, que morreu 13 dias depois em um hospital. Seu namorado também ficou gravemente ferido.	Subtítulo – a família pediu a pena de morte para o réu. “- ele foi considerado culpado de estupro e assassinato e condenado a três anos de detenção em uma instituição correcional, a pena máxima para um menor de idade.”  O jovem tinha 17 anos quando participou com outros cinco homens. A família pediu a pena de morte para o adolescente, sustentando que a legislação para menores, que visa a reeducar e não punir, era muito clemente.

				A expectativa é que o julgamento dos quatro suspeitos adultos termine nas próximas semanas. O quinto réu morreu na prisão, aparentemente por suicídio.
6	10/10/2013	Monstro de Cleveland (EUA) pode ter sido vítima de auto asfixia erótica	<p>Manteve três mulheres em cativeiro e as tratou como escravas sexuais por uma década.</p> <p>Elas foram sequestradas em momentos diferentes entre 2002 e 2004 com 14, 16 e 20 anos de idade e mantidas em cativeiro em um bairro popular de Cleveland.</p> <p>Suas três vítimas conseguiram fugir no dia 6 de maio, quando Berry conseguiu quebrar parte da porta da frente e pediu ajuda a um vizinho.</p> <p>Aos prantos, Michelle disse em um depoimento que a morte seria 'muito mais fácil' para seu raptor. - eu passei onze anos no inferno, e agora o seu inferno está apenas começando.</p>	<p>Monstro de Cleveland. Sequestrador e estuprador de Cleveland Ariel Castro, 53 anos.</p> <p>Morreu um mês depois de ter sido condenado a prisão perpétua. Pode ter sido vítima de auto asfixia erótica.</p> <p>Castro foi encontrado pendurado pelo pescoço na dobradiça de uma janela de sua cela com um lenço e com as calças arriadas.</p> <p>Ele se declarou culpado, depois que os promotores concordaram em não condená-lo à morte.</p> <p>Em declarações desconexas, quase como um pedido de desculpas às vítimas, Ariel Castro disse ter agido por impulso, devido a uma compulsão sexual.</p> <p>“- eu não sou um monstro. Eu sou um doente”.</p> <p>Apesar de ter se declarado culpado das 977 acusações relativas ao calvário de suas vítimas – incluindo pôr fim às gestações de Michelle sem alimentá-la e espancando-a – Castro insistiu que ele não era um homem violento e que ‘harmonia em casa’.</p>
7	12/10/2013	Homem é preso após estuprar ex-esposa pela segunda vez, em	A vítima, de 39 anos, foi quem chamou a polícia.	O criminoso foi identificado como ‘nome próprio’, de 41 anos.

		Novo Hamburgo		Ele foi preso.
8	26/12/2013	Jovem que confessou 12 assassinatos em 2008 volta a ser procurado pela Polícia.	Uma mulher.	O jovem que, em 2008, aos 16 anos, estremeceu o Rio Grande do Sul ao confessar 12 assassinatos é novamente procurado por policiais. Hoje com 21 anos.
9	01/01/2014	Foragido invade casa e estupra idosa de 78 anos no noroeste do Estado.	Uma idosa de 78 anos.  A idosa passou por exame médico que constatou o estupro.	Nome próprio, 29 anos.  A prisão foi possível porque o criminoso pegou no sono após o estupro. A polícia prendeu em flagrante. Ele estava foragido da penitenciária e tem antecedentes por homicídio.
10	01/01/2014	Suspeito de estuprar idosa de 78 anos, homem de 29 anos é preso após dormir na casa da vítima em Giruá	Subtítulo – a vítima aproveitou o descuido do agressor e buscou ajuda na casa de uma filha, que acionou a BM.  Uma idosa de 78 anos teria sido estuprada... Ela aproveitou o descuido dele e foi procurar ajuda na casa de sua filha, que mora próxima do local.  Segundo a polícia civil, a idosa morava com o marido de 104 anos. O casal dormia em uma mesma peça na casa, que era dividida por um armário. Ele não teria escutado nenhum barulho. Ela também possuía uma lesão no rosto, que pode ter sido causada pelo homem.	Nome próprio, 29 anos.  O suspeito foi impedido de fugir da casa da idosa. A BM foi acionada e o homem preso.
11	23/05/2014	Vítimas identificam suspeito de estupro em Santa Maria.	A jovem que sofreu o estupro reconheceu o suspeito como o autor do crime.	Homem, 45 anos.  O homem chegou a ser preso após uma quarta abordagem, mas como a vítima conseguiu fugir e não registrou ocorrência, ele acabou liberado.
12	20/08/2014	Ex-médico condenado por 56 estupros de pacientes chega à penitenciária de São Paulo	Várias mulheres, que afirmaram ter sido vítimas de Abdelmassih, acompanharam a chegada e pediram que outras pacientes denunciem os abusos.	Subtítulo - Roger Abdelmassih era considerado foragido desde fevereiro de 2011.  Especialista em reprodução humana. Condenado em 2010 a cumprir 278 anos de

				prisão.
13	26/08/2014	Polícia civil de Vacaria investiga suposto estupro de idosa.	Idosa de 64 anos.	
14	12/09/2014	Acusado de estupro em série no Balneário Cassino é preso em Rio Grande	As vítimas tem entre 19 e 25 anos.	Jovem de 18 anos suspeito de estupro de duas mulheres. Nome próprio.  “é bem provável que ele continuaria cometendo os crimes caso não fosse preso. Ele não soube explicar por que cometeu os estupro”, disse a delegada.
15	23/10/2014	Adolescente é apreendido por tentativa de estupro em Santa Maria	Subtítulo – mulher de 24 anos foi abordada por jovem na avenida...  A vítima afirmou a polícia passar diariamente pela avenida, caminho que faz para o trabalho, quando o adolescente a pegou pelo braço.	Um adolescente de 16 anos foi pego, por tentativa de estupro.  Os pais do jovem seguem na DPPA (delegacia de polícia de pronto-atendimento). O adolescente está apreendido e segue à espera da promotora da Justiça da Infância e da Juventude. Eles disseram estar surpresos com o comportamento do filho e afirmam que o jovem não estuda, mas que, até então, nunca tinha tido problemas com a polícia. O casal tem mais 12 filhos.
16	30/10/2014	Suspeito de sequestrar e estupro de mulher é preso em Canoas	A mulher.	Subtítulo – homem ofereceu mulher para traficantes em troca de drogas.  O suspeito de roubar um veículo e estupro de vítima foi preso. Segundo a Polícia Civil, ele ainda ofereceu a mulher para traficantes em troca de drogas.
17	06/03/2015	Análise de DNA comprova que vigilante estupro de jovem em Bento Gonçalves	Outra mulher que teria sido abusada pelo mesmo homem demorou para registrar a ocorrência na delegacia, impossibilitando a coleta. O ideal, segundo peritos do IGP, é que a extração seja feita até 24 horas após o fato.	O resultado da análise do IGP, que acredita que o homem seja um estupro de série. O vigilante suspeito de ter cometido outros dois estupro, não teve o nome divulgado.

			Conforme a delegada, há a suspeita de que o homem seja o autor de outros abusos sexuais, já que é comum que vítimas desse crime não registrem ocorrência policial.	“- nos relatos das vítimas, havia características muito semelhantes do acusado e também do modo operante. Por isso, chegamos à conclusão de que se tratava de um estuprador em série”, afirma a delegada.
18	12/03/2015	Guarda-vidas relata socorro a mulher encontrada ferida na Praia Brava em Itajaí	<p>Subtítulo - Gaúcha de 31 anos foi encontrada com marcas de agressão em um terreno.</p> <p>A mulher de 31 anos usava um vestido floral de festa, pouco acima do joelho, e a parte de cima de um biquíni.</p> <p>“- Comecei a conversar com ela, mas ela falava coisas cronologicamente desconexas. A impressão que dava era que ela tinha ficado uns cinco ou seis dias na mata. Estava toda arranhada, mas parecia ser do próprio mato”, relata o guarda-vidas.</p> <p>“- ela estava muito abalada psicologicamente, disse que havia sido abusada sexualmente por três homens, mas em seguida falou que eles já estavam presos. Não sei se ela estava em choque ou sob efeito de entorpecentes, porque estava com as pupilas bastante dilatadas”, descreve.</p> <p>O local onde a mulher foi encontrada, é local de bares e casa noturnas, que funcionam especialmente no verão e bastante frequentado por surfistas pela qualidade das ondas.</p>	Três homens.
19	12/03/2015	Insegurança preocupa moradores da Praia Brava em Itajaí.	<p>Gaúcha de 31 anos.</p> <p>Após uma mulher de 31 anos ter sido encontrada com indícios de estupro e desorientada na manhã de quarta-feira.</p> <p>Depoimento de um guarda-vidas “-fiquei bastante assustado, contei para a minha ex-namorada e para as minhas primas, para elas se cuidarem”.</p> <p>“-a lagoa está complicada, é muito frequentada por <b>usuários de drogas</b>. Não atacam ninguém porque ninguém mais vai lá, a presença deles intimida”.</p>	
20	12/03/2015	Polícia Militar		

		desloca viatura da área central para reforçar o policiamento na Praia Brava em Itajaí		
21	13/03/2015	Gaúcha encontrada machucada na Praia Brava em Itajaí sai do hospital	Investigação: a família contou que não tinha notícias da mulher há três dias.	
22	18/03/2015	Universitária faz desabafo sobre estupro à luz do dia na Redenção	<p>Subtítulo – em publicação anônima no facebook, jovem conta detalhes do que aconteceu, e faz críticas ao descaso de moradores e da polícia.</p> <p>Uma universitária contou ter sido atacada na avenida, onde foi estuprada ao meio-dia em 9 de março, um dia depois do dia internacional da mulher. Jovem de 21 anos.</p> <p>A universitária falou com a reportagem de ZH, que optou por não revelar o nome da jovem, para preservá-la. No início da conversa, ela mesma pediu isso: “- primeiro porque tenho medo de represália e, segundo porque temos pelo julgamento das pessoas.</p> <p>Questionada sobre o porquê de tornar público o ocorrido, a estudante disse que queria dividir com as pessoas tanto o fato da insegurança, que, segundo ela, é ‘ainda mais forte no trajeto universitário’, quanto como é feito o atendimento à mulher vítima de violência na Polícia Civil e no Departamento Médico Legal.</p> <p>“- eu faço parte de grupos feministas e sou engajada na causa. Mas, um dia antes de isso acontecer comigo, no Dia Internacional da Mulher, eu mesma não sabia que havia tanto descaso justamente onde deveríamos nos sentir mais protegidas. Fiquei chocada” – resumiu ela, que detalha, no texto compartilhado, ter sido desestimulada a registrar a ocorrência dentro da delegacia, entre outras críticas ao</p>	Dupla de agressores.

			atendimento policial.	
23	19/03/2015	Polícia promete investigar descaso em delegacia com vítima de estupro na Redenção	<p>Subtítulo – Universitária relatou no Facebook ter sido mal atendida na Delegacia da Mulher após sofrer violência no Parque da Redenção; delegada garante que abrirá sindicância.</p> <p>Jovem de 21 anos colocou em xeque o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual em POA. Molestada no dia 9 de março, em plena luz do dia, a jovem procurou no dia seguinte a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam). Saiu de lá com um boletim, mas uma semana depois publicou no facebook um desabafo sobre o atendimento opressivo e humilhante que teria recebido no local.</p> <p>Mais chocante que o próprio abuso, contudo, foi a descrição detalhada do descaso com que ela teria sido tratada na Deam.</p> <p>Ela teria sido desestimulada a registrar o caso, ouvindo frases como “tu sabe que vai fazer a ocorrência porque tu quer , né? Não podemos fazer nada para te ajudar” e “mas tu não foi de fato estuprada, não é?”, em referência ao fato de não ter havido penetração. Além disso a jovem reclamou da ausência de privacidade no atendimento.</p> <p>Delegada afirmou que será aberta uma sindicância para “apurar o caso com rigor”. “- tudo o que ela conta é exatamente o que não queremos que aconteça aqui. Nossa orientação é para um atendimento de atenção e acolhimento às mulheres”.</p> <p>“- enquanto mulher e militante feminista, fico constrangida e indignada. Isso não pode mais ser admitido. Temos que garantir atendimento de respeito”, declarou.</p>	Por sorte, os agressores desistiram de violentá-la, mas fugiram levando seu celular.
24	20/03/2015	Polícia divulga retratos falados de suspeitos de estupro à luz do	O caso ganhou notoriedade após a própria vítima ter desabafado sobre o estupro.	A polícia civil divulgou os retratos falados dos suspeitos de terem abusado sexualmente de

		dia na Redenção	<p>A sindicância para apurar se houve negligência no atendimento à jovem está em andamento, mas a servidora que atendeu no dia do boletim de ocorrência está de licença, porque casou. Assim que retornar, a atendente deve ser ouvida, assim como os demais funcionários que se envolveram com o caso naquele dia.</p> <p>“- hoje (sexta-feira) eu finalmente recebi o atendimento que eu devia ter recebido naquele dia (do registro policial). Me trataram bem, procuraram saber o que me aconteceu e admitiram que o atendimento possui falhas, além de terem prometido melhorias” – contou universitária, que pediu para ter o nome mantido em sigilo.</p> <p>Conforme ela, a repercussão do caso tem lhe provocado ‘cansaço’, mas se diz contente pela possibilidade de que a própria história provoque mudanças: “-infelizmente passei por isso, mas vai ser uma vitória se eu puder beneficiar outras mulheres” – afirmou.</p>	<p>uma universitária de 21 anos.</p> <p>“- os dois têm entre 20 e 25 anos e de 1m70cm a 1m75cm”.</p> <p>Os investigadores já identificaram o apelido de um dos suspeitos, graças a colaboração de testemunhas.</p>
25	24/03/2015	Justiça decreta prisão de suspeito de estupro no Parque da Redenção	<p>Reconhecido pelo estupro de uma estudante universitária de 21 anos.</p> <p>De acordo com a delegada, não houve sombra de dúvida no reconhecimento feito pela vítima.</p>	<p>Subtítulo - Nome próprio, 31 anos, foi detido pela Brigada Militar na manhã de terça e reconhecido pela vítima. Na tarde, teve a prisão preventiva cumprida.</p> <p>Ouvido, no entanto, nome próprio negou a autoria do crime, mas admitiu que estava na Redenção no momento do crime.</p>
26	24/03/2015	Polícia prende suspeito de estupro na Redenção	<p>Subtítulo – vítima atacada à luz do dia, reconheceu o rapaz na delegacia.</p> <p>“-acho que, se as pessoas são culpadas, têm que ser presas” – afirmou a vítima.</p> <p>Sobre a possibilidade do homem ser preso e, depois, solto pela Justiça como aconteceu como um dos responsáveis por estuprar uma adolescente no gasômetro em</p>	<p>A polícia localizou um dos suspeitos de ter estuprado uma universitária. O homem foi encaminhado à delegacia.</p>

			<p>outubro do ano passado, a vítima afirmou temer por sua segurança. “-espero que não sejam liberados” – disse a universitária.</p> <p>A vítima também afirmou ter ficado satisfeita com a decisão da polícia civil de abrir a sindicância para apurar o mau atendimento recebido por ela quando foi ao local para registrar a ocorrência,</p>	
27	06/04/2015	Jovem de 18 anos é estuprada em Estação de Metrô, em São Paulo	<p>Subtítulo – ela trabalha em uma cabine de recarga e foi abusada por dois homens que lhe abordaram no horário em que deixava o local, por volta das 23h30min.</p> <p>Jovem de 18 anos, foi estuprada por dois homens. Segundo o jornal Estadão, ela se preparava para sair do trabalho, por volta das 23h30min, quando os criminosos abusaram sexualmente da operadora, contratada pela empresa Prodata Mobility.</p>	<p>Dois homens. Um homem de aproximadamente 1,75 metro de altura e cabeça raspada entrou no local, a prendeu com fita adesiva e lhe estuprou. Em seguida, mais um indivíduo, este de cerca de 1,80 metro de altura, com roupa social, ingressou no espaço e perguntou à jovem se ela sabia abrir o cofre. Ela respondeu que não e ele tentou abrir o equipamento, sem sucesso.</p>
28	12/04/2015	Suspeito corta a garganta de homem e estupra mulher em Serafina Corrêa	<p>As duas vítimas mantêm relacionamento estável e foram atacadas dentro de casa.</p>	<p>Nome próprio, 27 anos, foi preso em flagrante sob suspeita de tentar matar um homem e consumir o estupro contra uma mulher.</p> <p>De posse das informações fornecidas pelo casal, um policial militar foi até a casa do suspeito e o prendeu. Naquele momento, Santos se preparava para tomar banho. Conforme a delegada ele admitiu os crimes e alegou que atacou por conta de uma desavença com as vítimas.</p>
29	14/04/2015	Mulher vítima de estupro morre em Serafina Corrêa	<p>A mulher vítima de um estupro ocorrido no domingo morreu à meia-noite desta terça-feira.</p>	
30	05/05/2015	Boate é alvo de boicote na internet após relato de estupro.	<p>Subtítulo – frequentadora da filial do Beco 203 (boate) em SP disse ter sido abusada durante festa na última sexta-feira.</p> <p>Os relatos, postados inclusive nos comentários da nota oficial, dão conta de que uma menina, que</p>	<p>O segurança envolvido no caso teria ficado com a cliente “consensualmente, conforme foi demonstrado e confirmado pelo sistema de monitoramento”, mas</p>

			<p>não tem sua identidade conhecida e não quer se pronunciar sobre o acontecimento, estaria ficando com um segurança do Beco durante a festa de sexta-feira.</p> <p>“- eu estava saindo do Beco e ouvi algumas garotas discutindo com os seguranças. Perguntei a elas o que estava acontecendo, e elas me contaram. Perguntei se a vítima ainda estava lá, e elas disseram que sim. Fui até uma viatura policial, que estava parada na calçada, onde outras já a consolavam. Ela estava em prantos, e um policial tentava apaziguar a situação. Perguntei por que ele não fazia nada, e ele disse que não podia fazer nada se a menina não falasse. Respondi que, se ele fora chamado, era por um real motivo. Mais uma vez ele disse que não podia fazer nada, pois o culpado não estava presente” – conta uma das frequentadoras da casa noturna, que estava na festa.</p> <p>A jovem se dirigiu para prestar depoimento, acompanhada da mãe e que “o depoimento dela foi colhido separadamente, sem a presença do outro envolvido no caso.</p>	<p>foi “afastado” porque “a postura não condiz com as normas da casa”.</p>
31	09/05/2015	<p>Cliente nega ter sido estuprada por segurança em boate de São Paulo</p>	<p>A cliente que supostamente teria sido estuprada por um segurança negou o crime à polícia civil. A polícia arquivou o caso após o depoimento da estudante de 21 anos.</p> <p>A cliente disse que estava embriagada na festa e que a falsa história de estupro teria se espalhado por “feministas”, que acharam o crime havia ocorrido. Assim como na primeira vez que prestou depoimento a polícia, a jovem afirmou ao delegado que teve contato com o segurança, mas não foi violentada por ele. A única diferença em relação ao primeiro relato é que, no primeiro momento, ela havia dito ter ficado com ele – e, nesta última vez, afirmou não ter certeza se havia ou não beijado o homem.</p> <p>No segundo depoimento a jovem</p>	<p>A direção da boate informou que o segurança perdeu o emprego, pois câmeras de segurança o gravaram beijando a estudante. De acordo com a casa, mesmo não tendo ocorrido o estupro, o comportamento dele foi repudiado pelos donos, uma vez que empregados não podem ter envolvimento com clientes durante o trabalho.</p>

			apenas confirmou que estava bêbada e que se lembrava de ter saído do banheiro chorando, após perceber que havia perdido a comanda. “-ela chorou quando descobriu que perdeu a comanda, mas as moças disseram que ela foi violentada pelo segurança.	
32	11/06/2015	Jovens denunciam assédio e tentativa de estupro em táxis de Porto Alegre	<p>Jovem, 22 anos. Nome próprio.</p> <p>A jovem chamou a corrida pelo EasyTaxi.</p> <p>As prejudicadas não são apenas as passageiras. Há relatos entre os próprios profissionais, como o de uma taxista que trabalha no Aeroporto Salgado filho e diz ser hostilizada por alguns colegas simplesmente por ser mulher.</p>	<p>Motorista.</p> <p>“animais, predadores”</p> <p>“- esses elementos são animais, predadores. Usam da credibilidade da maioria esmagadora da categoria, nosso maior patrimônio, para cometer crimes. Desde 2004 estamos propondo à Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) a exigência de histórico laboral para a liberação da licença. É preciso que o permissionário saiba quem está empregando e se responsabilize. Mais de 90% dos errados seriam eliminados assim” – defende Luiz, diretor do Sintáxi.</p>
33	19/06/2015	Em cartas, suspeito de ter matado Daniela afirma ter sido vítima de farsa.	Jovem, 19 anos.	<p>Nome próprio acusa delegado e administrador de presídio forjarem provas e testemunhos contra ele.</p> <p>Nome próprio é acusado pelo Ministério Público de Agudo de estupro, ocultação de cadáver e homicídio qualificado da jovem Nome próprio, 19 anos em 2012.</p> <p>Você confere detalhes de algumas das mais de 100 páginas escritas na prisão pelo réu.</p> <p>Diz que foi vítimas de uma armação por parte do delegado.</p>

				<p>Quem lê as cartas pode até se questionar como um detento que entrou para o mundo do crime logo após servir ao Exército e que, quando tinha 20 anos, recebeu sua primeira condenação (mais de 14 anos por roubo, sequestro e estupro) poderia ter tantos argumentos escritos com um linguajar um tanto rebuscado, utilizando, com certa frequência, alguns termos jurídicos e até citando o filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau? Em um parecer dado por uma psicóloga em 2009, quando Oliveira requisitou progressão de regime, a avaliadora ressaltou a inteligência do apenado, que terminou o ensino médio no sistema prisional: “o discurso proferido pelo apenado fora notadamente meticuloso, valendo-se de linguajar rebuscado... colocando em relevo sua capacidade de persuasão”.</p> <p>O suspeito fala sobre como foi a noite em que estava no baile, o mesmo onde estava Daniela. Há uma ocorrência registrada contra ele por tentativa de estupro de outra mulher.</p> <p>“- em nenhum momento me portei de forma desrespeitosa naquele ambiente. Afinal que apenado não poderia desejar atrair para si a atenção de inúmeros seguranças no seu entorno”.</p>
34	27/06/2015	Mulher é estuprada em prédio no bairro	Segundo a polícia civil, a vítima, uma mulher de 41 anos que trabalha como cuidadora de um	Um homem de 30 anos.

		Moinhos de Vento, na Capital	idoso no prédio.	
35	16/07/2015	Namorada e professor de suspeito por abusar de gestantes no Husm serão ouvidos pela PF	Pacientes.	Subtítulo – pedido para que a namorada e professor prestassem depoimento foi do próprio suspeito.  Homem de 32 anos suspeito de abusar de pelo menos seis mulheres no Husm. Ele se passaria por médico para realizar falsos exames ginecológicos nas pacientes, cinco delas gestantes.
36	24/08/2015	Dois homens são presos suspeitos de estuprar jovem na Zona Sul de Porto Alegre	Subtítulo - Vítima de 18 anos, foi arrancada de parada de ônibus e levada para o motel.	Dois homens de 23 anos foram presos, suspeitos de terem estuprado uma jovem de 18 anos. Um dos suspeitos já havia sido identificado pelo carro que usava no dia do crime e estava com prisão temporária decretada. O outro ainda passará por reconhecimento e deverá ter a prisão solicitada à Justiça.
37	30/10/2015	Polícia prende homem investigado por sete estupros em Gravataí	A investigação começou depois de uma denúncia anônima sobre o estupro de um vizinha dele. Devido as características do abuso sexual, a delegada procurou outra vítima que foi atacada em 2014. Ela também reconheceu o suspeito. Esta mulher era recepcionista de um motel que teria sido invadido por ele. Feita refém, ela foi levada para um matagal e estuprada.	Nome próprio, 33 anos, mora com a mãe, mas ele não foi localizado.
38	31/10/2015	“É a regra do jogo”, diz juiz que deixou estuprador em prisão domiciliar	A última vítima, uma mulher de 51 anos. Ela havia alugado uma peça nos fundos da casa dele – afirma delegada.	Subtítulo – apesar de ter fugido quatro vezes após condenação, homem recebeu progressão de regime.  Condenado por três estupros e, recentemente, reconhecido por outras duas novas vítimas, nome próprio, 33 anos, foi preso na sexta-feira. O último crime teria sido praticado quando ele cumpria prisão domiciliar.

				Para a polícia são indícios de que se trata de um “estuprador em série”. Ele guardava objetos das vítimas como recordação dos ataques.
39	27/12/2015	Polícia investiga suposto estupro em Santa Maria	A vítima seria uma mulher de 39 anos.	O suposto autor seria conhecido no bairro e fugiu.
40	28/12/2015	Suposta vítima de estupro não quer que polícia investigue o caso	A mulher de 39 anos que disse ter sido vítima de estupro em Santa Maria neste domingo não quis que a Polícia Civil investigasse o suposto crime.  O desejo de que seja feita uma investigação é manifestado pela vítima à Polícia Civil, que abre um inquérito policial para descobrir em que circunstâncias o fato ocorreu e quem são os responsáveis. Neste caso, apesar de ter sido gerada uma ocorrência policial, a mulher não manifestou a vontade de que fossem apurados os fatos.  Ainda no domingo a vítima relatou à Brigada Militar que estaria dormindo dentro de um carro estacionado e teria acordado durante suposto estupro, que, conforme ela, foi consumado.	
41	16/02/2016	“Cancelem as consultas. Vou até a delegacia”, diz médico ao ser preso em Florianópolis	-	Médico Omar César Ferreira de Castro, 66 anos. Nervoso, o médico chorava enquanto aguardava para descer pelo elevador. “Não sei do que estou sendo acusado. Também não conseguifalar com o meu advogado”
42	16/02/2016	Homem é preso por estupro dentro de supermercado em Santa Maria	A vítima, uma jovem de 19 anos, ela aguardava na fila da padaria	Um jovem de 28 anos foi preso em flagrante por estupro Aos policiais, ele teria dito que havia tomado dois comprimidos de testosterona e, por isso, o seu pênis ficou ereto e que ele não teve a intenção de molestar a jovem.
43		Médico de	As vítimas confirmam estupro em	O médico nutrólogo

	16/02/2016	Florianópolis é preso após investigação de crime sexual contra pelo menos 14 pacientes	<p>boletins de ocorrência registrados na 6ª Delegacia de Polícia.</p> <p>– Existe muita coerência nos históricos trazidos pelas 14 mulheres ouvidas, que até então não se conheciam, e sobre os detalhes de como o médico abusava delas – afirma Thomé.</p> <p>As vítimas sofrem um "covarde ataque do médico" por encontrarem-se fragilizadas em sua autoestima – buscam emagrecimento – e não sabem ou não podem distinguir exame clínico de ataque com conotação e objetivo sexual.</p> <p>Ele também cita no inquérito o constrangimento e a violência moral, o perigo iminente e a concretização de abuso e uso de força, como está detalhado no depoimento de uma das vítimas, na época com 18 anos.</p> <p>– Acreditamos que com a visibilidade do fato outras vítimas vão se sentir estimuladas a denunciar.</p> <p>Vítimas relatam carícias, beijos e até penetração.</p> <p>Apesar de as entrevistadas falarem abertamente sobre o ocorrido, estão identificadas por pseudônimos. As mulheres também aceitaram ser fotografadas, mas as imagens preservam as identidades.</p> <p>“– Como estava um pouco sonolenta quando cheguei ao consultório, conversei com o médico que queria apenas me pesar e ir embora descansar. Mas aí ele começou a conversar comigo, dizer que estava tudo bem e me deu um copo de água. Depois disso, só lembro de mim numa maca com as calças abaixadas, tentando empurrá-lo, e ele com uma camisinha nas mãos – relembra.”</p> <p>– Ao chegar, disse a ele que parecia ter acontecido algo estranho. Foi quando ele me disse: "tu não lembra? A gente transou duas vezes e foi bem gostoso" – diz.</p> <p>A paciente lamenta ter passado por uma situação tão degradante. Não queria acreditar no que estava ouvindo e sua primeira</p>	<p>Omar César Ferreira de Castro, 66 anos. Quarenta minutos depois, Castro deixou o local acompanhado pelos policiais. Estava algemado, protegia os punhos com uma toalha branca e chorava.</p> <p>À reportagem do DC, ele disse que não tinha conseguido falar com seu advogado nem sabia do que estava sendo acusado.</p> <p>O policial entende que o médico preparou o consultório como um terreno seguro para satisfazer seus desejos sexuais. Ele comprova o raciocínio a partir dos depoimentos, que falam da distribuição das salas, do distanciamento entre a recepção e o local de atendimento, e do volume alto do som ambiente.</p> <p>Acusado nega e defesa considera informações frágeis.</p> <p>A reportagem entrou em contato com a defesa do médico Omar César Ferreira de Castro.</p> <p>– Não tenho tantas informações. Só acompanhei um depoimento no segundo semestre do ano passado. Mas ele (o médico) nega todas as circunstâncias. As informações levantadas são frágeis. É a palavra dela (vítima), que temo que possa ter mais peso nesse caso, contra a dele (médico).</p> <p>O Conselho Regional de Medicina determinou a abertura de uma sindicância para apurar as denúncias contra o médico Omar César Ferreira de Castro. De acordo com</p>
--	------------	--	---	---

			<p>reação foi de negar o fato ao médico. A segunda, ir embora às pressas do consultório. Agora, um ano depois, o sentimento mudou:</p> <p>– Às vezes me desespero, pois parece que a investigação se arrasta e outras mulheres podem estar sendo vítimas também – disse a funcionária pública, formada em Direito.</p> <p>A veterinária Francisca*, 41, se apresenta como outra vítima. Mas foi na hora de ser examinada pelo profissional que vivenciou o mais surpreendente.</p> <p>– Quando me levantei, ele pegou na minha mão e disse que me transformaria em uma miss. Aí ele foi para trás de mim, começou a apalpar as minhas costas e a me encoxar (sic). Ele queria encostar o pênis nas minhas nádegas, mas fui me afastando – diz. Abalada pelo que passou, a veterinária contou com um apoio muito importante, do pai. Foi ele o maior incentivador para que levasse o caso adiante. O encorajamento paterno foi fundamental para que descobrisse que outras mulheres passavam pela mesma humilhação.</p>	<p>a assessoria de imprensa do CRM, existem processos contra o nutrólogo, porém, relacionados à conduta médica. Mas nenhum sobre prática sexual, como os investigados pela polícia.</p> <p>Como os abusos teriam ocorrido dentro do consultório, momento em que o médico exercia a atividade profissional, o assunto será apurado pela corregedoria do CRM. A pena pode variar de uma simples advertência à cassação do registro profissional.</p>
44	17/02/2016	Advogado ainda não conversou com suspeito de estupro em supermercado	O advogado da vítima também preferiu não se manifestar no momento, mas disse que sua cliente "prefere ficar no anonimato e quieta".	O suspeito, Cristiano Machado Martins, 28 anos, já teve a sua prisão em flagrante convertida por prisão preventiva e segue na Penitenciária Estadual de Santa Maria (Pesm). O advogado de Martins, Andrei Carosso Guglieri ainda não conseguiu falar com seu cliente.
45	17/02/2016	Defesa das vítimas promete atuar para manter preso médico investigado por estupro em Florianópolis	Existe muita coerência nos históricos trazidos pelas 14 mulheres ouvidas, que até então não se conheciam, e sobre os detalhes de como o médico abusava delas. <p>A prisão do médico incentivou outras mulheres a relatarem situações parecidas vividas no</p>	Preso temporariamente na manhã de terça-feira, 16, após ser investigado por pelo menos 14 crimes sexuais contra pacientes, o nutrólogo Omar César Ferreira de Castro, 66 anos. O médico nega as

			<p>consultório. Pela página do DC no Facebook, pacientes e ex-pacientes contavam histórias próprias ou de conhecidas que também passaram por momentos de constrangimento com o médico. Além disso, a Delegacia da Mulher, Criança e Idoso de Florianópolis informou que mais seis boletins de ocorrência contra o médico foram feitos nesta terça, após a prisão.</p> <p>– Tudo o que eu vivi, volta à tona. É revoltante. Na época, em junho do ano passado, eu desenvolvi diversas doenças que tinham origem psicológica, porque muitas pessoas duvidavam e me perguntavam se eu queria levar isso (denúncia) adiante. Minha pele estourou, emagreci 18 quilos e meu maxilar se deslocava com frequência. Mas agora estou aliviada e espero que ele não volte a exercer a profissão – torce.</p> <p>O advogado Francisco Emmanuel Campos Ferreira, que até a tarde de terça-feira representava Maria* e outras quatro vítimas do médico, destacou a gravidade do delito, que é considerado hediondo desde 2013 pelo Supremo Tribunal Federal (STF).</p> <p>– Há comprovação material do crime de estupro em todos os casos. A conduta caracterizava isso. Vamos atuar nas esferas criminal, civil e administrativa para impedir que esse médico continue atuando – garante o criminalista.</p>	<p>acusações de estupro e o advogado responsável, Alceu Oliveira Pinto Júnior, disse que, a pedido dos familiares, não irá comentar a prisão.</p> <p>Nutrólogo pode ter CRM cassado.</p> <p>Omar César Ferreira de Castro é gaúcho e formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).</p> <p>Até o fim da década de 1980, tinha dois registros profissionais ativos no Estado vizinho: clínico-geral e anestesista. Em 1990, transferiu a atuação para Santa Catarina com o registro adicional de nutrólogo.</p>
46	25/02/2016	Ex-pacientes de nutrólogo preso em Florianópolis relatam prescrição de medicamentos sem critério		<p>Depois que o médico foi encaminhado ao Complexo Penitenciário da Agronômica, devido à suspeita de ter cometido crime sexual contra mais de 30 mulheres, ex-pacientes relataram ao Diário Catarinense outro problema, que o Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina (CRM-SC)</p>

				relaciona à ética médica: prescrição sem critérios de medicamentos controlados para emagrecer.
47	26/02/2016	Homem é preso por tentativa de estupro em Viamão.	A vítima saía de uma igreja no bairro Santo Onofre, quando foi agarrada à força e levada para um matagal. O homem roubou o celular da mulher e tentou estuprá-la no local.	Homem é preso por tentativa de estupro em Viamão. Criminoso foi detido por populares no bairro Santo Onofre. O homem tem 35 anos e não teve o nome divulgado. Ele foi encaminhado à Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento de Viamão.
48	29/02/2016	Em tentativa de estupro, mulher é salva pelos seus cães na Argentina	Uma mulher de 35 anos em Santiago del Estero (Argentina) saltaram num sujeito que tentava violá-la. Os cães foram alertados pelos gritos da sua dona.	O homem, de cerca de 60 anos, invadiu a casa da mulher e a espancava quando os cães pularam em cima dele e o fizeram sair em disparada. O homem ficou ferido em razão das mordidas que sofreu.
49	29/02/2016	MP exige que investigação sobre nutrólogo suspeito de crime sexual seja concluída em 10 dias	Já são 37 boletins de ocorrência por estupro registrados na 6ª Delegacia de Polícia Civil, na Agrônômica, em Florianópolis – 23 deles feitos depois da prisão de Castro. Quase todas as novas vítimas que registraram BO estão depondo no mesmo espaço, a Delegacia da Mulher, desde a semana passada. Relatos referentes ao período entre setembro de 2015 e fevereiro de 2016 darão base ao inquérito instaurado ainda no ano passado com base no possível estupro à servidora pública. Ela acredita ter sido dopada pelo médico. Os mais antigos serão arrolados a outros arquivos de investigação. A investigação também está analisando o conteúdo de celulares, computadores e câmeras apreendidos na casa e no consultório do nutrólogo.	A defesa de Castro segue sem comentar as acusações.

50	04/03/2016	Justiça aumenta pena de casal que estuprou e torturou jovem surda em Santa Maria.	Uma jovem surda de 18 anos, em Santa Maria. A vítima começou a sofrer os abusos por parte do padrasto com 11 anos, após a morte de sua mãe. Quando a menina completou 12 anos, o acusado teria passado a obrigá-la a manter conjunção carnal, inclusive com o risco de transmitir à vítima o vírus HIV, do qual o homem é portador. O abusos tinham o consentimento da companheira dele.	O homem, que tinha 36 anos quando foi preso, no dia 3 de setembro de 2014, teve sua pena elevada de 26 para 37 anos de prisão em regime fechado. A companheira dele, com 26 anos à época, havia sido condenada a três anos e meio de reclusão em regime semiaberto. Com a mudança, deverá cumprir cinco anos em regime semiaberto. O homem já havia sido condenado, em 2004, por abusar de dois sobrinhos, mas, mesmo assim, havia ficado com a guarda da enteada.
51	11/03/2016	Justiça determina prisão preventiva de nutrólogo suspeito de abuso sexual em Florianópolis	O documento, que tem 246 páginas, é composto pelo relato de 38 vítimas. Conforme o investigador, oito são vítimas de estupro contra vulnerável, oito são vítimas de estupro comum e as demais são informantes que corroboram a conduta criminosa de Castro.	O médico Omar César Ferreira de Castro, 66 anos, teve a prisão convertida de temporária para preventiva nesta sexta-feira. É investigado por crime sexual contra 38 pacientes em seu próprio consultório. O profissional nega e diz não se lembrar da maioria das acusações feitas pelas vítimas em boletins de ocorrência. Também atribui as denúncias a supostas vantagens financeiras que elas poderiam ter com a exposição do caso. Em oitava, Castro também fez questão de enfatizar que, por ser hipertenso, cardíaco e diabético, tem problemas de ereção.
52	21/03/2016	MP oferece denúncia contra médico acusado de crimes sexuais em Florianópolis	-	Médico Omar Cesar Ferreira de Castro, 66 anos, nutrólogo.
53	23/03/2016	Polícia prende suspeito de estuprar idosa durante	idosa de 69	um jovem de 27 anos, antecedentes criminais por furto e roubo.

		assalto na Região Central		
54	09/05/2016	Médico acusado de estuprar pacientes em Florianópolis é impedido de atuar por seis meses	-	nutrólogo Omar César Ferreira de Castro, 66 anos
55	22/05/2016	Jovem é morto após discutir com dono de bar em São Francisco de Paula	uma mulher	por um homem armado com uma faca.
56	01/06/2016	Polícia divulga retrato falado de homem procurado por abusar de jovem rendida dentro de ônibus na Capital	Uma jovem de 19 anos	O homem, que era branco e tinha aproximadamente 1m80cm
57	03/06/2016	“Parecia um filme de terror”, diz homem que encontrou vítima confundida com estuprador	A jovem de 19 anos, vítima de violência sexual, conta que um familiar mostrou a foto do homem agredido antes da polícia. “-a história começou a circular na internet na mesma noite. Mas ele era totalmente diferente do homem que me agrediu, não entendo como foi confundido com um estuprador” – comenta. “a minha mãe respondeu os comentários do post dizendo que o homem agredido não era o mesmo que me violentou. E mesmo que tivessem pego ele, não é desse tipo de justiça que precisamos” – salienta.	
58	09/06/2016	Polícia conclui que não houve “estupro do T1” e indícia suposta vítima	Subtítulo – jovem admitiu que agressões sexuais não aconteceram depois de a investigação apontar uma série de contradições no seu relato.  A polícia civil indiciou a presumida vítima por falsa comunicação de crime. À polícia, ela não justificou o que a motivou a comunicar o falso crime, mas relatou que estava sob forte abalo psicológico. Uma psicóloga que já a atendeu disse, em depoimento, que a jovem já faltou com a verdade em outras ocasiões. A suposta vítima foi encaminhada para acompanhamento psiquiátrico.	
59	15/06/2016	Piauí tem 3º caso de estupro coletivo em menos de um mês	jovem de 21 anos,  2- jovem de 14 anos foi encontrada nua dentro de um banheiro do ginásio do município	4 homens  2- quatro rapazes - três adolescentes e um maior de idade.

			3- uma jovem de 17	3-quatro adolescentes e um jovem de 18 anos.
60	20/06/2016	Mulher é vítima de estupro na zona sul de Porto Alegre	mulher de 40 anos, estava com as duas filhas, uma de nove anos e outra de 14 anos.  A vítima registrou o crime, dela relatou que o homem teria a intenção de assalta-la e que o levou até a sua residência, localizada nas imediações parada do ônibus, para lhe entregar pertences. No local, o estupro teria se consumado.	Homem. O criminoso que estava em uma moto, fugiu levando dois celulares da vítima.
61	03/07/2016	Roger Abdelmassih é alvo de mais um inquérito policial	37 mulheres podem ter sido vítimas	ex médico Roger Abdelmassih
62	14/07/2016	Condenado por estupro em 2012 é preso em Restinga Seca	jovem de 21 anos	Um foragido da Justiça de 49 anos.  Ele havia sido condenado, em 2012, pelo crime de estupro.
63	18/07/2016	Escândalo sexual causa queda de comissão técnica da seleção cubana de vôlei	-	“Os jogadores, que se declararam inocentes...”  “os jogadores seriam punidos se fossem considerados culpados”  Declaram serem inocentes.
64	20/07/2016	Médica sofre tentativa de estupro em estacionamento de hospital em Porto Alegre	“Ela conseguiu se desvencilhar do agressor, que fugiu com a bolsa”  A mulher reagiu e conseguiu se defender.  “Uma médica sofreu tentativa de estupro”	“O agressor, que já possuía antecedentes por roubo e furto, será autuado pelos crimes de tentativa de estupro e roubo.”
65	26/07/2016	Mulher é encontrada morta a tiros e com sinais de estupro em Alvorada	“Vítima, ainda não identificada”, aparentando ter entre 25 e 30 anos.	Não refere ao agressor
66	31/07/2016	Segurança do Parque Olímpico é preso por estupro, diz site	“estupro contra uma bombeiro civil”	“Um segurança do Parque Olímpico foi preso na madrugada deste domingo em flagrante acusado de estupro”
67	07/08/2016	Em vídeo, Marco Feliciano nega tentativa de estupro	“Ela diz que foi atraída até o apartamento funcional de	“ser alvo de ataques à sua moral, promete apresentar provas de sua

		de jornalista	Feliciano” Vítima foi até o agressor.	inocência e defende que Patrícia seja responsabilizada por falsa comunicação de crime.” Se declara inocente.
68	08/08/2016	Deputas ingressam com representação contra Marco Feliciano	“a jovem já registrou boletins de ocorrência contra Feliciano e seu assessor”	“representação contra o deputado Marco Feliciano”
69	08/08/2016	Mais um boxeador é preso suspeito de estuprar camareira na Vila Olímpica	“uma camareira” “também suspeito de tentar estuprar duas camareiras” Vítima foi até o agressor.	“prisão preventiva do boxeador namíbio Jonas Junias, de 22 anos, acusado de tentar estuprar” “segundo caso de tentativa de estupro envolvendo boxeadores e camareiras dentro da Vila Olímpica” indica um padrão “os policiais prenderam o boxeador marroquino” “o africano não deve lutar”
70	09/08/2016	Representação contra Feliciano por suspeita de estupro está no gabinete de Janot	“jornalista e ex-militante do PSC Jovem Patrícia Lelis, de 22 anos.”	“suspeitas de que o pastor teria cometido os crimes de assédio sexual e estupro” “contra o deputado Marcos Feliciano” Profissão do agressor.
71	10/08/2016	Deputadas pedem que Feliciano seja investigado pelo Conselho de Ética	“Ela afirmou, em entrevista, que foi atraída por Feliciano para seu apartamento funcional” Vítima foi até o agressor. “foi acusado pela jornalista Patrícia Lellis.” Profissão da vítima “Ele tentou me arrastar para o quarto e tirar meu vestido. Como eu resisti, ele me deu um soco na boca e um chute na perna”	“O parlamentar é acusado por suposta tentativa de estupro, assédio sexual e agressão.” Profissão do agressor
72	11/08/2016	Em vídeo, assessor negocia silêncio de	“Diante das supostas agressões, Patrícia disse que começou a	“Me ajuda porque tenho

		jornalista que acusa Feliciano de tentativa de estupro	<p>gritar e, segundo ela, uma vizinha do deputado tocou a campainha do apartamento para saber o que estava acontecendo. Nesse momento, a jovem diz ter conseguido escapar do local.” – Reagiu ao estupro.</p> <p>“Também será apurado se Patrícia cometeu o crime de calúnia pela denúncia de cárcere privado contra Bauer” Alegando que mentiu sobre o estupro.</p>	<p>família”</p> <p>Agressor usa a família para comover.</p>
73	19/08/2016	Queixa de estudante contra deputado Marco Feliciano chega ao Supremo	<p>“estudante de jornalismo Patrícia Lélis”</p> <p>“Patrícia relata que gritou e que uma vizinha do deputado bateu à porta para saber o que estava acontecendo, o que colaborou para que o fato não se concretizasse.”</p> <p>Reagiu ao estupro.</p> <p>“Patrícia Lélis foi indiciada por denúncia caluniosa e extorsão por acusar Talma Bauer, assessor do deputado, de cárcere privado e sequestro.”</p> <p>Mentiu sobre o estupro.</p>	<p>“Feliciano então, segundo a estudante, tentou estuprá-la.”</p> <p>“Marco Feliciano negou as acusações e disse que com o tempo ficará provado que as acusações não passam de "engodo" e "mentira".” Alegando ser inocente.</p>
74	06/09/2016	Polícia pede prisão de jornalista que acusou Marco Feliciano de estupro	<p>Jornalista Patrícia Lélis, 22 anos.</p> <p>O delegado que cuida do caso, Luís Roberto Hellmeister, indicou, há duas semanas, que faria o pedido de prisão, dada a "periculosidade" de Patrícia.</p> <p>Diante das supostas agressões, Patrícia disse que começou a gritar e, segundo ela, uma vizinha do deputado tocou a campainha do apartamento para saber o que estava acontecendo. Nesse momento, a jovem diz ter conseguido escapar do local.</p> <p>- Em entrevista coletiva, a estudante afirmou que o presidente nacional do PSC, Pastor Everaldo (RJ), e Talma Bauer, assessor de Feliciano, lhe ofereceram dinheiro quando ela procurou ajuda do PSC a respeito das acusações que pretendia</p>	<p>Acusa o deputado Marco Feliciano (PSC-SP) de estupro e afirma ter sido sequestrada pelo assessor dele.</p>

			fazer contra Feliciano.  - Na quarta-feira, um grupo de deputadas entregou ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), representação solicitando que o Conselho de Ética da Casa investigue o deputado por suposta quebra de decoro parlamentar. O documento foi assinado por 22 deputadas.	
75	20/09/2016	Jogadores cubanos de vôlei são condenados à prisão por estupro na Finlândia	As autoridades não divulgaram detalhes sobre a identidade da vítima, apenas que era maior de idade.	Cinco jogadores da equipe cubana de vôlei foram condenados nesta terça-feira por estupro.  Quatro acusados foram condenados a cinco anos de prisão: o ex-capitão Rolando Cepeda Abreu, Abrahan Alfonso Gavilán, Ricardo Calvo Manzano, e Osmany Uriarte Mestre. O quinto, Luis Sosa Sierra, foi condenado a três anos e meio de prisão. Já Dariel Albo Miranda foi absolvido.
76	05/10/2016	Mulher é estuprada em Caxias do Sul	Uma mulher de 49 anos foi vítima de estupro em Caxias do Sul.	
77	14/10/2016	Idoso fica ferido ao tentar abusar sexualmente da nora em Santiago	Mulher foi ameaçada com uma faca pelo próprio sogro;  29 anos;	Idoso de 71 anos;
78	22/10/2016	Vítima de estupro volta a ser molestada por criminoso em viatura	O caso foi revelado pelo jornal Extra. A vendedora X., de 34 anos, foi atacada na madrugada de segunda-feira, 17. Ela estava em um bar com um amigo, no bairro Lagoinha, em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, quando quatro jovens ligados ao tráfico da região a arrastaram para o banheiro do bar. De lá, ela foi levada para uma rua deserta e com pouca iluminação, onde passou a ser estuprada pelo grupo. Um carro do 7o Batalhão da PM (São Gonçalo) passou pelo local, a	Dois adolescentes foram apreendidos pelo crime.  A vendedora contou que há quatro anos um ex-namorado divulgou vídeo íntimo gravado sem consentimento na favela onde ela mora. Depois disso, os traficantes a estupraram quatro vezes, em quatro anos.

			<p>encontrou nua e a socorreu.</p> <p>– Não é fácil. Durante o depoimento, fiquei muito desconcertada. Tinha acabado de acontecer tudo aquilo comigo. Estava sentindo dor e ainda muito abalada. Depois, fui para casa e me senti muito abandonada – disse a vendedora, em entrevista ao Extra.</p>	
79	24/11/2016	Polícia conclui que sobrinha-neta de Sarney foi estuprada e morta por cunhado	<p>A publicitária Mariana Costa, 33 anos. Sobrinha-neta de Sarney.</p> <p>– Foi um crime cometido com extrema violência e crueldade contra uma mulher sem chances de defesa. A vítima foi surpreendida enquanto dormia. Ele podia ter ido embora quando ela estava apenas desmaiada, mas ele a sufocou usando um travesseiro, decidindo finalizar a vida dela – disse o secretário em entrevista ao site G1.</p>	<p>Casado com a irmã de Mariana, Lucas confessou sentir uma "paixão incontida" pela cunhada durante depoimento na Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoa (SHPP), na madrugada do dia 16.</p>
80	02/01/2017	Mulher admite que não foi vítima de estupro coletivo em Caxias do Sul	<p>A suposta vítima de um estupro coletivo em Caxias do Sul negou o crime durante o depoimento a Polícia Civil na tarde desta segunda-feira. A mulher de 37 anos relatou que os fatos ocorridos na madrugada de domingo foram consentidos, porém mentiu para o filho por vergonha e medo do ex-marido.</p> <p>– Após, com vergonha, a mulher mentiu para o filho e a rmou ter sido estuprada. Foi ele quem acionou a Brigada Militar, o que resultou no registro desta ocorrência – aponta a delegada Thaís Norah Sartori Postiglione, que responde temporariamente pela Deam.</p>	
81	02/01/2017	Mulher denuncia estupro após roubo na Estação Férrea em Caxias	<p>Vítima de 29 anos. A vítima foi levada até uma residência supostamente alugada. A partir deste momento, a mulher tem poucas lembranças e provavelmente desmaiou. Quando</p>	<p>A vítima caminhava pelos trilhos do trem quando foi abordada por um suposto morador de rua. O rapaz, que aparentava ser usuário</p>

			<p>acordou, a vítima estava parcialmente despida.</p> <p>A mulher foi socorrida por populares que acionaram sua família e a conduziram para casa.</p>	<p>de drogas, portava um revólver e obrigou a mulher a caminhar pela Rua Augusto Pestana.</p> <p>O estuprador levou o celular e R\$ 19 da vítima.</p>
82	02/01/2017	Mulher que denunciou estupro coletivo pode ser indiciada por falsa comunicação	<p>A delegada em exercício, Thais Postiglione, disse que a mulher de 37 anos admitiu, no depoimento, não ter sido estuprada e ter mantido relação sexual consentida com sete homens.</p>	
83	09/01/2017	Vítima de estupro em vacaria reconheceu agressor por fotografia	Jovem de 18 anos.	<p>Vagner Borges da Silva, 25 anos, é o principal suspeito de estupro e tentado matar uma jovem de 18 anos em Vacaria, na segunda. A hipótese é embasada em dois fatores: além de ter sido reconhecido pela vítima, ele relatou ao pai que havia assassinado uma jovem. Vagner cometeu suicídio logo ter atacado a mulher.</p> <p>A identidade do rapaz, porém, foi descoberta após o pai dele procurar a delegacia. O homem relatou que o filho chegou transtornado em casa: o jovem afirmou que tinha matado uma mulher próximo à barragem da cidade. O pai deixou Vagner na casa de um familiar e foi até a represa, onde encontrou uma bolsa e uma sombrinha. Ao voltar, o filho havia se enforcado.</p> <p>Vagner não possuía passagens relevantes na polícia, apenas registros de uma fuga de local de</p>

				<p>acidente de trânsito no ano</p> <p>passado e de uma ameaça contra uma ex-companheira. No caso da ameaça, porém, a vítima não quis representar contra ele. O Kadett do suspeito foi prendido e passará por perícia. O veículo estava na casa da irmã dele.</p>
84	18/01/2017	Médico denunciado por estupro em Ivoti vira réu	<p>Paciente de 18 anos. Em depoimento, a paciente relatou ter ficado em estado de choque e só percebido o que de fato aconteceu ao final da consulta.</p> <p>Após a divulgação do caso, a Polícia Civil recebeu nesta semana uma nova denúncia, de outra mulher, de 31 anos, que também teria sido abusada.</p>	<p>Um médico da rede pública de saúde de Ivoti, no Vale do Sinos, tornou-se réu e será julgado pelo crime de estupro.</p> <p>À polícia, o médico negou o estupro. Segundo a delegada, o profissional é plantonista e não trabalha de forma fixa na cidade. Ele estaria cobrindo a ausência de outro colega.</p> <p>Segundo a nota, "o médico suspeito não atua mais no local".</p>
85	06/04/2017	Brasileiro defensor dos direitos humanos é suspeito de estupro no Estados Unidos	<p>A estudante disse à polícia que havia bebido muito e não estava em condições de dirigir. Segundo ela, Schincariol ofereceu carona e a levou para casa após deixar suas amigas. O relatório registra que às 2h30min ela enviou mensagem ao namorado, dizendo que um palestrante do evento a levaria para casa. Em razão da bebida, a estudante disse que sua memória do que ocorreu é vaga, mas que se lembra de estar no chão de sua sala e sentir muita dor em razão de penetração anal praticada por Schincariol.</p>	<p>Especialista em Direitos Humanos e ex-coordenador-geral da Comissão de Mortos e Desaparecidos da Presidência da República, o brasileiro Rafael Schincariol foi detido nos Estados Unidos na semana passada sob a acusação de ter estuprado uma universitária embriagada, após dar palestra na Universidade Tulane, na Louisiana.</p> <p>Schincariol, de 34 anos, é acusado de estupro de terceiro grau, cuja pena máxima é de 25 anos de</p>

				<p>prisão.</p> <p>Schincariol vive em Washington e foi preso quando foi à audiência do caso. O juiz que definiu a fiança permitiu que ele deixasse o Estado da Louisiana.</p>
86	15/04/2017	Pela segunda vez, médico é indiciado por estupro em Ivoti	<p>Os dois casos ocorreram em setembro do ano passado, mas a segunda vítima, de 31 anos, só fez a denúncia em janeiro deste ano depois que viu notícias sobre o primeiro fato.</p> <p>Como a vítima trabalha na área da saúde, percebeu que o atendimento não era normal e foi embora.</p>	<p>Um médico da rede pública de Ivoti, foi indiciado pela segunda vez por estupro.</p> <p>O suspeito, de 31 anos, só fez substituição a uma outra médica na cidade, e por poucos plantões, segundo a polícia.</p> <p>Ele já responde o processo na Justiça após denúncia no primeiro caso, que envolve uma jovem de 18 anos.</p>
87	10/06/2017	Taxista é detido suspeito de estuprar passageira em Santa Maria.	<p>Uma jovem de 18 anos, no centro de Santa Maria.</p> <p>A jovem que é estudante de um cursinho preparatório e a irmã dela – uma acadêmica de 22 anos da UFSM – saíam de uma festa que ocorria no Centro de Eventos da instituição, no bairro Camobi.</p> <p>A vítima passará por exame ainda no sábado.</p>	<p>Taxista de 31 anos é suspeito de estuprar.</p> <p>O taxista foi interceptado pela BM quando voltava para casa. Ele foi preso em flagrante pela delegada. O nome dele não foi divulgado.</p>
88	11/06/2017	Mulher tem os dentes quebrados em suposto estupro em Caxias	<p>Uma mulher de 42 anos teria sido estuprada e espancada na madrugada deste domingo em Caxias do Sul.</p> <p>A vítima relatou que estava em um bar do bairro Planalto na noite de sábado quando saiu com um homem.</p>	
89	21/06/2017	Condenado a 181 anos, ex-médico Abdelmassih ganha prisão domiciliar		<p>Subtítulo – a justiça de Taubaté concedeu o benefício ao ex-médico por entender que ele sofre de enfermidade severa, passível de agravamento na prisão.</p> <p>Condenado por 181</p>

				<p>anos de prisão pelo estupro de pacientes, o ex-médico Roger Abdelmassih, de 74 anos, obteve autorização da Justiça, nesta quarta-feira, para cumprir a pena em regime domiciliar.</p> <p>Desde o dia 18 de maio, Abdelmassih está internado em um hospital da cidade com broncopneumonia. Com a decisão, quando receber alta, ele vai para a casa, mas deve usar tornozeleira eletrônica.</p> <p>Os advogados do ex-médico vinham tentando conseguir o perdão judicial para o preso desde o ano passado. O indulto humanitário pode ser concedido a presos que têm doença grave permanente, com limitação severa nas atividades, exigindo cuidados contínuos, que não podem ser dados na prisão. O pedido dos advogados já havia sido negado em outras ocasiões. Desta vez, o juiz levou em conta laudos médicos que indicaram o agravamento de suas condições de saúde nos últimos meses e autorizou apenas a prisão domiciliar.</p>
90	29/06/2017	Médico de Florianópolis é condenado a 62 anos de prisão por estuprar pacientes		<p>A justiça condenou nesta quinta-feira o médico Omar César Ferreira de Castro a 62 anos, sete meses e seis dias de reclusão pela prática de sete estupros de pacientes, em Florianópolis.</p> <p>Omar também foi</p>

				<p>condenado por dois estupros tentados, um estupro de vulnerável e por sete contravenções penais por molestar alguém ou perturbar-lhe a tranquilidade por acinte ou por motivo reprovável.</p> <p>Omar sempre negou todas as acusações.</p>
91	07/08/2017	<p>Condenado por estupro e em prisão domiciliar, Abdelmassih é levado a hospital</p>		<p>A assessoria de imprensa do hospital não informou se o ex-médico está internado ou se apenas está fazendo exames. Já o advogado de Abdelmassih, Antonio Fraga, disse que “ele se apresentou ao hospital com um problema sério com a prerrogativa de poder ser internado”. Questionado sobre qual seria esse problema sério, o advogado informou à reportagem que ele adquiriu uma superbactéria, “que pode ser letal, principalmente se acabar se espalhando pelo organismo”.</p> <p>A situação, segundo o advogado, poderia se complicar porque Abdelmassih é portador de uma insuficiência cardíaca crônica. O tratamento para essa superbactéria, segundo Fraga, se faz por meio de antibióticos controlados, por isso ele precisou se deslocar até o hospital.</p>
92	07/08/2017	<p>Jovem baleada e que denunciou abuso sexual está grávida de 4 meses</p>	<p>Subtítulo – bebê é fruto de um relacionamento da vítima com um homem que ela conheceu em janeiro.</p> <p>Está grávida de quatro meses a</p>	<p>Três homens.</p>

			<p>jovem de 21 anos que foi baleada na cabeça e denunciou ter sido estuprada por três homens no bairro Rubem Berta, na zona norte de Porto Alegre, na madrugada de domingo.</p> <p>O bebê, que corre risco de vida devido aos ferimentos da mãe, é fruto de um relacionamento da vítima com um homem que ela conheceu em janeiro, e que é uma das pessoas ouvidas pela polícia.</p> <p>“-não se consegue dividir a atenção, nesse primeiro momento, entre ela e o bebê. A preocupação é estabilizar a vítima, deixar ela com condições de vida. Ela entrou com um quadro muito grave. Há grande possibilidade de que ela fique cega, em decorrência da área do cérebro que foi afetada.” – relata delegada.</p>	
93	13/08/2017	Justiça restabelece prisão domiciliar a Roger Abdelmassih		<p>Nesta sexta-feira Abdelmassih havia perdido o direito à prisão domiciliar, por causa da falta de tornozeleiras eletrônicas no Estado de São Paulo. O contrato com a empresa que fornecia o equipamento foi rompido na última quarta-feira pelo governador de SP.</p>
94	28/08/2017	VÍDEO: Justiça da Índia condena guru a 20 anos de prisão por estupro	<p>Defensores das vítimas já anunciaram a intenção de apelar contra a sentença.</p> <p>“-consideramos que pelo menos outras 48 vítimas foram agredidas sexualmente e teriam falecido ou teriam muito medo de romper o silêncio.” – disse advogado de uma das vítimas.</p>	<p>Subtítulo - Líder de seita com mais de 50 milhões de adeptos no mundo, Gurmeet Ram Rahim Singh foi condenado por abusar de dois seguidores.</p> <p>A justiça condenou, nesta segunda-feira, a 20 anos de prisão por estupro, poucos dias depois dos protestos convocados por seus seguidores que deixaram 38 mortos.</p> <p>Conhecido por gostar de joias e roupas</p>

				<p>chamativas, o líder espiritual de 50 anos, à frente da seita Dera Sacha Sauda, afirma ter mais de 50 milhões de adeptos em todo o mundo.</p> <p>Esta não é a primeira vez que Gurmeet se torna alvo de polêmica. Em 2015, o guru foi acusado de éter incentivado 400 de seus discípulos a se castrar para ficar mais próximo dos deuses. Além disso, ele foi processado em uma investigação do assassinato de um jornalista.</p>
95	29/08/2017	<p>Escritora Clara Averbuck desabafa no Instagram após denunciar estupro e mostra rosto machucado</p>	<p>Subtítulo – “Como sempre, vai ter gente duvidando da vítima”, declarou ela.</p> <p>A escritora utilizou o Stories, ferramenta do Instagram, para publicar uma série de vídeos falando sobre o estupro que sofreu de um motorista do Uber. Com um ferimento na testa e um olho roxo, Clara diz que decidiu não prestar queixa contra o agressor.</p> <p>“eu estava sumida por motivos óbvios, eu fiz um relato de uma agressão que sofri e isso viralizou de uma forma que eu não estava esperando. Como sempre vai ter gente duvidando da vítima. Como sempre, vai ter gente dizendo ‘mas por que não foi na delegacia? Por que não foi fazer B.O.?’. Porque a pessoa fica superbem depois de ser agredida e tudo o que ela quer é ir na polícia”, diz a escritora.</p> <p>Ela ainda diz que o fato atraiu “bolsominions” – apelido dado a fãs do deputado Jair Bolsonaro – e diz que castração química não é a solução para o estupro, pois o ato não precisa do órgão sexual masculino para que seja</p>	<p>O cara.</p> <p>“-Isso pode se voltar contra mim, o cara sabe onde eu moro. Ele não me deixou na frente de casa porque teria câmera e seria muito mais fácil identificar. Ele parou na rua do lado porque já estava mal-intencionado”.</p>

			<p>consumado.</p> <p>“-Duvidar da vítima não é nenhuma novidade. Estão me pressionando para fazer denúncia, para ir na delegacia. Não me encham o saco, essa decisão é minha, eu não confio no sistema, já fui mil vezes na delegacia. Já levei amiga, já levei desconhecida, já levei um monte de mulher e já vi o tratamento que é dado. B.O. não é um documento do Harry Potter que vai te proteger”, continua.</p> <p>“-sabe aquele ditado que o que não nos mata nos faz mais fortes? Estou mais forte e vou ficar mais. Ninguém me derruba”, finaliza.</p>	
96	01/09/2017	<p>Liberação de homem que ejaculou em passageira dentro de ônibus gera reação em redes sociais</p>	<p>Atrizes e atores se uniram a centenas de pessoas e manifestaram indignação com a decisão do juiz José Eugenio do Amaral Souza Neto, que liberou o homem que ejaculou em uma passageira de ônibus na última terça-feira na Avenida Paulista.</p> <p>No instagram, Adriane Galisteu divulgou uma imagem com a decisão do juiz e manifestou vergonha e constrangimento pela determinação. “em nome de todas as mulheres, não venha com desculpas ou explicação (até porque não tem), nós queremos ação!”, escreveu.</p> <p>O caso foi no início da tarde. Chorando e em estado de choque, a vítima foi acolhida por outras mulheres.</p>	<p>Subtítulo - Mesmo com a prisão em flagrante e outras passagens pela polícia, o ajudante de serviços gerais foi liberado.</p> <p>Mesmo com a prisão em flagrante e outras 14 passagens semelhantes na polícia registradas nos últimos oito anos, o ajudante de serviços gerais Diego Ferreira de Novais, de 27 anos, foi liberado um dia depois do ocorrido.</p> <p>Diego Ferreira de Novais, 27 anos, foi preso na última terça-feira após ejacular em uma mulher dentro de um ônibus na Avenida Paulista, em SP.</p> <p>O assediador foi mantido dentro do ônibus até ser retirado por policiais militares e levado para a delegacia. Menos de 24h depois, o ajudante de serviços gerais foi solto.</p> <p>Novais chegou a ser preso por flagrante de</p>

				estupro em 2013 e 2016, mas era solto depois e o crime, enquadrado como ato obsceno.
97	02/09/2017	Homem que ejaculou em mulher em ônibus é preso ao atacar outra passageira em São Paulo	Outra passageira.	<p>Preso nesta semana após ejacular em uma mulher dentro de um ônibus e depois solto pela Justiça, Diego Ferreira de Novais, 27 anos, foi detido novamente neste sábado. Segundo informações do G1, o homem atacou outra passageira em um coletivo nas proximidades da Avenida Paulista.</p> <p>Desta vez, a prisão ocorreu por ato obsceno contra uma vítima que estava em um ônibus na Avenida Brigadeiro Luis Antonio.</p> <p>O homem foi contido por passageiros do ônibus que acionaram a PM. A prisão ocorreu por volta das 8h.</p>
98	04/09/2017	“É uma palhaçada com a mulher”, diz vítima de homem que ejaculou em ônibus	<p>Cintia de Souza entrou em um ônibus na Avenida Paulista, em SP. Sentada em um banco do corredor para fugir do sol forte, pensava, distraída, nas tarefas que ainda precisava cumprir no estágio. Sem que ela notasse, Diego Ferreira de Novais, 27 anos, se aproximou e começou a se masturbar. A jovem só se deu conta do ato quando ele ejaculou no seu pescoço.</p> <p>“- se ele se esfregou em mim, não vi. Estava distraída. Quando, de repente, senti algo caindo no meu pescoço e descendo pelo ombro. Cheguei a imaginar que fosse um passarinho, mas quando olhei para o lado ele estava se masturbando e olhando para mim com cara de prazer. Comecei a gritar muito”.</p> <p>Depois de chamar a atenção dos</p>	<p>Sem constrangimento, Navais admitiu o ato e ficou dentro do ônibus junto com a vítima até a chegada da polícia.</p> <p>Dias depois de ser detido e solto pelo ataque a Cintia, Novais foi preso novamente por ato obsceno. No sábado, ele atacou uma outra mulher dentro de um ônibus.</p> <p>O suspeito acumula 15 passagens anteriores por crimes sexuais contra mulheres e três prisões.</p>

			<p>demais passageiros, o motorista parou o coletivo, evitando que o suspeito descesse no ponto seguinte.</p> <p>Levada à delegacia, Cintia lembra que seu maior temor era encontrar o homem no local.</p> <p>“- perguntei para a delegada se eu não ia dar de cara com ele, ela me assegurou que ele ficaria preso. Não imaginaria que em menos de 24h ele seria solto”.</p> <p>“- isso soou como uma piada (a repetição do ataque). É uma palhaçada com a mulher. Foi por isso que fui para a delegacia, pois não queria que ele ficasse solto para repetir com outras pessoas. É nojento” – desabafou.</p>	
99	05/09/2017	Jovem fez relato sobre o homem que ejaculou em ônibus no fim de 2016	<p>No post, que voltou à tona nesta semana depois de ele ter sido preso mais uma vez, a mulher conta que o homem estava se masturbando ao seu lado. Indignada com a atitude, ela tirou fotos dele e publicou na rede social.</p> <p>No relato do facebook, a jovem contou que estava às 21h, no ônibus, indo encontrar com seus amigos, quando sentou um homem ao seu lado.</p> <p>“-Notei que a mão direita estava na calça e a outra segurava a mochila de uma forma que escondesse de quem passasse pelo corredor, mas sei lá, a gente lê e lê casos na internet, mas quando você está passando por essa situação, sempre fica aquela dúvida, acha que não pode estar acontecendo, acha que está louca. Demorei pra aceitar que ele estava se masturbando do meu lado com a maior cara de paisagem”, escreveu.</p> <p>“-sério que bosta, nojo, levantei a voz, expus mesmo, fiz escândalo”, continuou. Ela diz ainda que ninguém a ajudou “O cara levantou na hora pra fugir do</p>	<p>Subtítulo – Diego Ferreira de Novais já foi detido 17 vezes, 13 por atos obscenos e importunação ao pudor e quatro por estupro.</p> <p>O homem preso por estupro em ônibus em SP e depois solto pela Justiça, Diego Ferreira de Novais, 27 anos, já havia sido denunciado por uma mulher em uma publicação no Facebook em dezembro de 2016.</p> <p>Novais já foi detido 17 vezes por crimes sexuais – 13 deles por atos obscenos e importunação ofensiva ao pudor e quatro estupros.</p> <p>Só na semana passada, Novais foi detido duas vezes por abusar de mulheres em ônibus. No domingo, após a segunda prisão, a Justiça decidiu mantê-lo detido.</p>

			ônibus, mas tirei foto dele na cara dele”, disse a internauta.	
--	--	--	--	--

## REFERÊNCIAS ACERVO REPORTAGENS

ZERO HORA, 1. Marcelinho Paraíba é indiciado por estupro e pode ser condenado a 12 anos. 19 de janeiro de 2012. Disponível em: <

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2012/01/marcelinho-paraiba-e-indiciado-por-estupro-e-pode-ser-condenado-a-12-anos-3636708.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 2. Jovem de 21 anos é estuprada em Santo Ângelo. 01 de junho de 2013.

Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2013/06/jovem-de-21-anos-e-estuprada-em-santo-angelo-4157165.html>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 3. Três homens são condenados por estupro de turista americana em van no rio. 16 de agosto de 2013. Disponível em: <

[/https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2013/08/tres-homens-sao-condenados-por-estupro-de-turista-americana-em-van-no-rio-4237310.html](https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2013/08/tres-homens-sao-condenados-por-estupro-de-turista-americana-em-van-no-rio-4237310.html)>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 4. Jovem de 18 anos é estuprada por grupo na zona norte do Rio de Janeiro. 18 de agosto de 2013. Disponível em: <

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2013/08/jovem-de-18-anos-e-estuprada-por-grupo-na-zona-norte-do-rio-de-janeiro-4238616.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 5. Tribunal indiano condena adolescente que participou de estupro coletivo. 31 de agosto de 2013. Disponível em: <

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2013/08/tribunal-indiano-condena-adolescente-que-participou-de-estupro-coletivo-4253801.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 6. Monstro de Cleveland pode ter sido vítima de auto asfixia erótica. 10 de outubro de 2013. Disponível em: <

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2013/10/monstro-de-cleveland-pode-ter-sido-vitima-de-auto-asfixia-erotica-4296581.html>> Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 7. Homem é preso após estuprar ex-esposa pela segunda vez, em Novo Hamburgo. 12 de outubro de 2013. Disponível em: <

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2013/10/homem-e-preso-apos-estuprar-ex-esposa-pela-segunda-vez-em-novo-hamburgo-cj5vdkcnw06u0xbj0xjgfyb3k.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 8. Jovem que confessou 12 assassinatos em 2008 volta a ser procurado pela Polícia. 26 de dezembro de 2013. Disponível em: <

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2013/12/jovem-que-confessou-12-assassinatos-em-2008-volta-a-ser-procurado-pela-policia-4374766.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 9. Foragido invade casa e estupra idosa de 78 anos no noroeste do Estado. 01 de janeiro de 2014. Disponível em: <

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2014/01/foragido-invade-casa-e-estupra-idosa-de-78-anos-no-noroeste-do-estado-cj5vghpvh0aavxbj0pozna8he.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 10. Suspeito de estuprar idosa de 78 anos, homem de 29 anos é preso após dormir na casa da vítima em Giruá. 01 de janeiro de 2014. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2014/01/suspeito-de-estuprar-idosa-de-78-anos-homem-de-29-anos-e-preso-apos-dormir-na-casa-da-vitima-em-girua-4378540.html>>. Acesso em 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 11. Vítimas identificam suspeito de estupro em Santa Maria. 23 de maio de 2014. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/05/vitimas-identificam-suspeito-de-estupro-em-santa-maria-cj5vlo8680hbnxbj0ymmmvowf.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 12. Ex-médico condenado por 56 estupros de pacientes chega à penitenciária de São Paulo. 20 de agosto de 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2014/08/ex-medico-condenado-por-56-estupros-de-pacientes-chega-a-penitenciaria-de-sao-paulo-cj5vov0a90mx9xbj0k59bxzqd.html>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 13. Polícia civil de Vacaria investiga suposto estupro de idosa. 26 de agosto de 2014. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/08/policia-civil-de-vacaria-investiga-suposto-estupro-de-idosa-cj5vp2xny0n9yxbj09pv8lfbf.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 14. Acusado de estupros em série no Balneário Cassino é preso em Rio Grande. 12 de setembro de 2014. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/09/acusado-de-estupros-em-serie-no-balneario-cassino-e-preso-em-rio-grande-cj5vpo9oo0o7fxbj0fqviy8tu.html>>. Acesso em 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 15. Adolescente é apreendido por tentativa de estupro em Santa Maria. 23 de outubro de 2014. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/10/adolescente-e-apreendido-por-tentativa-de-estupro-em-santa-maria-cj5vr5hom0qkwxbj0lbd2bsj8.html>>. Acesso em 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 16. Suspeito de sequestrar e estuprar mulher é preso em Canoas. 30 de outubro de 2014. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2014/10/suspeito-de-sequestrar-e-estuprar-mulher-e-preso-em-canoas-cj5vreg2p0r0xxbj0mb81lnel.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 17. Análise de DNA comprova que vigilante estuprou jovem em Bento Gonçalves. 06 de março de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/03/analise-de-dna-comprova-que-vigilante-estuprou-jovem-em-bento-goncalves-4713035.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 18. Guarda-vidas relata socorro a mulher encontrada ferida na Praia Brava em Itajaí. 12 de março de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2015/03/guarda-vidas-relata-socorro-a-mulher-encontrada-ferida-na-praia-brava-em-itajai-4717149.html>>. Acesso em 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 19. Insegurança preocupa moradores da Praia Brava em Itajaí. 12 de março de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2015/03/inseguranca-preocupa-moradores-da-praia-brava-em-itajai-4717195.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 20. Polícia Militar desloca viatura da área central para reforçar o policiamento na Praia Brava em Itajaí. 12 de março de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2015/03/policia-militar-desloca-viatura-da-area-central-para-reforcar-policiamento-na-praia-brava-em-itajai-4717216.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 21. Gaúcha encontrada machucada na Praia Brava em Itajaí sai do hospital. 13 de março de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2015/03/gaucha-encontrada-machucada-na-praia-brava-em-itajai-sai-do-hospital-4718170.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 22. Universitária faz desabafo sobre estupro à luz do dia na Redenção. 18 de março de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/03/universitaria-faz-desabafo-sobre-estupro-a-luz-do-dia-na-redencao-4721340.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 23. Polícia promete investigar descaso em delegacia com vítima de estupro na Redenção. 19 de março de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/03/policia-promete-investigar-descaso-em-delegacia-com-vitima-de-estupro-na-redencao-4722059.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 24. Polícia divulga retratos falados de suspeitos de estupro à luz do dia na Redenção. 20 de março de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/03/policia-divulga-retratos-falados-de-suspeitos-de-estupro-a-luz-do-dia-na-redencao-4722955.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 25. Justiça decreta prisão de suspeito de estupro no Parque da Redenção. 24 de março de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/03/justica-decreta-prisao-de-suspeito-de-estupro-no-parque-da-redencao-4725224.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 26. Polícia prende suspeito de estupro na Redenção. 24 de março de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/03/policia-prende-suspeito-de-estupro-na-redencao-4725170.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 27. Jovem de 18 anos é estuprada em Estação de Metrô, em São Paulo. 06 de abril de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/04/jovem-de-18-anos-e-estuprada-em-estacao-de-metro-em-sao-paulo-4734186.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 28. Suspeito corta a garganta de homem e estupra mulher em Serafina Corrêa. 12 de abril de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/04/suspeito-corta-garganta-de-homem-e-estupra-mulher-em-serafina-correa-4738328.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 29. Mulher vítima de estupro morre em Serafina Corrêa. 14 de abril de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/04/mulher-vitima-de-estupro-morre-em-serafina-correa-4739624.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 30. Boate é alvo de boicote na internet após relato de estupro. 05 de maio de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/05/boate-e-alvo-de-boicote-na-internet-apos-relato-de-estupro-4754580.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 31. Cliente nega ter sido estuprada por segurança em boate de São Paulo. 09 de maio de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/05/cliente-nega-ter-sido-estuprada-por-seguranca-em-boate-de-sao-paulo-4757613.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 32. Jovens denunciam assédio e tentativa de estupro em táxis de Porto Alegre. 11 de junho de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/06/jovens-denunciam-assedio-e-tentativa-de-estupro-em-taxis-de-porto-alegre-4779451.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 33. Em cartas, suspeito de ter matado Daniela afirma ter sido vítima de farsa. 19 de junho de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/06/em-cartas-suspeito-de-ter-matado-daniela-afirma-ter-sido-vitima-de-farsa-4785410.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 34. Mulher é estuprada em prédio no bairro Moinhos de Vento, na Capital. 27 de junho de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2015/06/mulher-e-estuprada-em-predio-no-bairro-moinhos-de-vento-na-capital-cj5vzyv7e1422xbj0neecl6l6.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 35. Namorada e professor de suspeito por abusar de gestantes no Husm serão ouvidos pela PF. 16 de julho de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/07/namorada-e-professor-de-suspeito-por-abusar-de-gestantes-no-husm-serao-ouvidos-pela-pf-4803203.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

ZERO HORA, 36. Dois homens são presos suspeitos de estuprar jovem na Zona Sul de Porto Alegre. 24 de agosto de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/08/dois-homens-sao-presos-suspeitos-de-estuprar-jovem-na-zona-sul-de-porto-alegre-4831756.html>>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 37. Polícia prende homem investigado por sete estupros em Gravataí. 30 de outubro de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/10/policia-prende-homem-investigado-por-sete-estupros-em-gravatai-4890447.html>>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 38. “É a regra do jogo”, diz juiz que deixou estuprador em prisão domiciliar. 31 de outubro de 2015. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/10/e-a-regra-do-jogo-diz-juiz-que-deixou-estuprador-em-prisao-domiciliar-4891370.html>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 39. Polícia investiga suposto estupro em Santa Maria. 27 de dezembro de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/12/policia-investiga-suposto-estupro-em-santa-maria-4939379.html>>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 40. Suposta vítima de estupro não quer que polícia investigue o caso. 28 de dezembro de 2015. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/12/suposta-vitima-de-estupro-nao-quer-que-policia-investigue-o-caso-4939644.html>>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 41. “Cancelem as consultas. Vou até a delegacia”, diz médico ao ser preso em Florianópolis. 16 de fevereiro de 2016. Disponível em: < >. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 42. Homem é preso por estupro dentro de supermercado em Santa Maria. 16 de fevereiro de 2016. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/02/homem-e-preso-por-estupro-dentro-de-supermercado-em-santa-maria-4976365.html>>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 43. Médico de Florianópolis é preso após investigação de crime sexual contra pelo menos 14 pacientes. 16 de fevereiro de 2016. Disponível em: < >. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 44. Advogado ainda não conversou com suspeito de estupro em supermercado. 17 de fevereiro de 2016. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/02/advogado-ainda-nao-conversou-com-suspeito-de-estupro-em-supermercado-4977296.html>>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 45. Defesa das vítimas promete atuar para manter preso médico investigado por estupro em Florianópolis. 17 de fevereiro de 2016. Disponível em: < >. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 46. Ex-pacientes de nutrólogo preso em Florianópolis relatam prescrição de medicamentos sem critério. 25 de fevereiro de 2016. Disponível em: < >. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 47. Homem é preso por tentativa de estupro em Viamão. 26 de fevereiro de 2016. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2016/02/homem-de-35-anos-e-preso-por-tentativa-de-estupro-em-viamao-cj5w8ngcs1g83xbj0pci195hg.html>>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 48. Em tentativa de estupro, mulher é salva pelos seus cães na Argentina. 29 de fevereiro de 2016. Disponível em: < >. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 49. MP exige que investigação sobre nutrólogo suspeito de crime sexual seja concluída em 10 dias. 29 de fevereiro de 2016. Disponível em: < >. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 50. Justiça aumenta pena de casal que estuprou e torturou jovem surda em Santa Maria. 4 de março de 2016. Disponível em: < [https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/03/justica-aumenta-pena-de-casal-que-](https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/03/justica-aumenta-pena-de-casal-que)

[estuprou-e-torturou-jovem-surda-em-santa-maria-4990155.html](#)>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 51. Justiça determina prisão preventiva de nutrólogo suspeito de abuso sexual em Florianópolis. 11 de março de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 52. MP oferece denúncia contra médico acusado de crimes sexuais em Florianópolis. 21 de março de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 53. Polícia prende suspeito de estuprar idosa durante assalto na Região Central. 23 de março de 2016. Disponível em: <  
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/03/policia-prende-suspeito-de-estuprar-idosa-durante-assalto-na-regiao-central-cj5w9m7pu1hh1xbj0v76ug3xy.html>>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

ZERO HORA, 54. Médico acusado de estuprar pacientes em Florianópolis é impedido de atuar por seis meses. 9 de maio de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 55. Jovem é morto após discutir com dono de bar em São Francisco de Paula. 22 de maio de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 56. Polícia divulga retrato falado de homem procurado por abusar de jovem rendida dentro de ônibus na Capital. 1 de junho de 2016. Disponível em: <  
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2016/06/policia-divulga-retrato-falado-de-suspeito-de-estupro-em-porto-alegre-cj5wc48ps1kxqxbj0scxswzyf.html>>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 57. “Parecia um filme de terror”, diz homem que encontrou vítima confundida com estupro. 3 de junho de 2016. Disponível em: <  
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2016/06/homem-e-espantado-na-capital-ao-ser-confundido-com-estuprador-cj5wc6fhp110mxbj0qskqs0wb.html>>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 58. Polícia conclui que não houve “estupro do T1” e indícia suposta vítima. 9 de junho de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 59. Piauí tem 3º caso de estupro coletivo em menos de um mês. 15 de junho de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 60. Mulher é vítima de estupro na zona sul de Porto Alegre. 20 de junho de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 61. Roger Abdelmassih é alvo de mais um inquérito policial. 3 de julho de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 62. Condenado por estupro em 2012 é preso em Restinga Seca. 14 de julho de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 63. Escândalo sexual causa queda de comissão técnica da seleção cubana de vôlei. 18 de julho de 2016. Disponível em: <

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/07/escandalo-sexual-causa-queda-de-comissao-tecnica-da-selecao-cubana-de-volei-6689140.html>>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 64. Médica sofre tentativa de estupro em estacionamento de hospital em Porto Alegre. 20 de julho de 2016. Disponível em: <  
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2016/07/medica-sofre-tentativa-de-estupro-em-estacionamento-de-hospital-em-poa-cj5wduzh41n8jxbj0nw4sfust.html>>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 65. Mulher é encontrada morta a tiros e com sinais de estupro em Alvorada. 26 de julho de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 66. Segurança do Parque Olímpico é preso por estupro, diz site. 31 de julho de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 67. Em vídeo, Marco Feliciano nega tentativa de estupro de jornalista. 7 de agosto de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 68. Deputas ingressam com representação contra Marco Feliciano. 8 de agosto de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 69. Mais um boxeador é preso suspeito de estuprar camareira na Vila Olímpica. 8 de agosto de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 70. Representação contra Feliciano por suspeita de estupro está no gabinete de Janot. 9 de agosto de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 71. Deputadas pedem que Feliciano seja investigado pelo Conselho de Ética. 10 de agosto de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 72. Em vídeo, assessor negocia silêncio de jornalista que acusa Feliciano de tentativa de estupro. 11 de agosto de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 73. Queixa de estudante contra deputado Marco Feliciano chega ao Supremo. 19 de agosto de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 74. Polícia pede prisão de jornalista que acusou Marco Feliciano de estupro. 6 de setembro de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 75. Jogadores cubanos de vôlei são condenados à prisão por estupro na Finlândia. 20 de setembro de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 76. Mulher é estuprada em Caxias do Sul. 5 de outubro de 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 77. Idoso fica ferido ao tentar abusar sexualmente da nora em Santiago. 14 de outubro de 2016. Disponível em: <>. Acesso em 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 78. Vítima de estupro volta a ser molestada por criminoso em viatura. 22 de outubro de 2016. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 79. Polícia conclui que sobrinha-neta de Sarney foi estuprada e morta por cunhado. 24 de novembro de 2016. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 80. Mulher admite que não foi vítima de estupro coletivo em Caxias do Sul. 2 de janeiro de 2017. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 81. Mulher denuncia estupro após roubo na Estação Férrea em Caxias. 2 de janeiro de 2017. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 82. Mulher que denunciou estupro coletivo pode ser indiciada por falsa comunicação. 2 de janeiro de 2017. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/01/mulher-que-denunciou-estupro-coletivo-pode-ser-indiciada-por-falsa-comunicacao-cj5wjsg4w1tjxsbj0hnd11ddv.html>>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 83. Vítima de estupro em vacaria reconheceu agressor por fotografia. 9 de janeiro de 2017. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 84. Médico denunciado por estupro em Ivoti vira réu. 18 de janeiro de 2017. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/01/medico-denunciado-por-estupro-em-ivoti-vira-reu-cj5wkd4ud1u3jxbj04sqehqqj.html>>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 85. Brasileiro defensor dos direitos humanos é suspeito de estupro no Estados Unidos. 6 de abril de 2017. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 86. Pela segunda vez, médico é indiciado por estupro em Ivoti. 15 de abril de 2017. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/04/pela-segunda-vez-medico-e-indiciado-por-estupro-em-ivoti-cj5wnfp321x8jxbj0xvr1uysq.html>>. Acesso em: 31 de julho de 2018.

ZERO HORA, 87. Taxista é detido suspeito de estupro passageira em Santa Maria. 10 de junho de 2017. Disponível em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/06/taxista-e-detido-suspeito-de-estuprar-passageira-em-santa-maria-cj5wpi3l91zh1xjbj0qa3y3jyg.html>>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 88. Mulher tem os dentes quebrados em suposto estupro em Caxias. 11 de junho de 2017. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 89. Condenado a 181 anos, ex-médico Abdelmassih ganha prisão domiciliar. 21 de junho de 2017. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 90. Médico de Florianópolis é condenado a 62 anos de prisão por estupro pacientes. 29 de junho de 2017. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 91. Condenado por estupro e em prisão domiciliar, Abdelmassih é levado a hospital. 7 de agosto de 2017. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 92. Jovem baleada e que denunciou abuso sexual está grávida de 4 meses. 7 de agosto de 2017. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 93. Justiça restabelece prisão domiciliar a Roger Abdelmassih. 13 de agosto de 2017. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 94. VÍDEO: Justiça da Índia condena guru a 20 anos de prisão por estupro. 28 de agosto de 2017. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 95. Escritora Clara Averbuck desabafa no Instagram após denunciar estupro e mostra rosto machucado. 29 de agosto de 2017. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 96. Liberação de homem que ejaculou em passageira dentro de ônibus gera reação em redes sociais. 1 de setembro de 2017. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 97. Homem que ejaculou em mulher em ônibus é preso ao atacar outra passageira em São Paulo. 2 de setembro de 2017. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 98. “É uma palhaçada com a mulher”, diz vítima de homem que ejaculou em ônibus. 4 de setembro de 2017. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.

ZERO HORA, 99. Jovem fez relato sobre o homem que ejaculou em ônibus no fim de 2016. 5 de setembro de 2017. Disponível em: < >. Acesso em: 11 de julho de 2018.